

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Pós-Graduação *Stricto-Sensu* em Psicologia

**RELACIONAMENTOS AFETIVO-SEXUAIS DE
ADOLESCENTES VÍTIMAS DE INCESTO**

Aline Luiza de Carvalho

Belo Horizonte

2011

Aline Luiza de Carvalho

**RELACIONAMENTOS AFETIVO-SEXUAIS DE
ADOLESCENTES VÍTIMAS DE INCESTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Dra. Márcia Stengel

Belo Horizonte

2011

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

C331r Carvalho, Aline Luiza de
Relacionamentos afetivo-sexuais de adolescentes vítimas de incesto / Aline Luiza de Carvalho. Belo Horizonte, 2011.
157f. : Il.

Orientadora: Márcia Stengel
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

1. Vítimas de incesto. 2. Adolescência. 3. Comportamento sexual. 4. Sintomas afetivos. I. Stengel, Márcia. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDU: 612.6

Aline Luiza de Carvalho
Relacionamentos Afetivo-Sexuais de Adolescentes
Vítimas de Incesto

Márcia Stengel (Orientadora) – PUC Minas

Hélio Cardoso de Miranda Júnior – PUC Minas

Luciana Kind do Nascimento – PUC Minas

Belo Horizonte, 01 de julho de 2011.

*Minhas conquistas são sempre as dos meus pais,
minha base, meus amores.*

AGRADECIMENTOS

A Deus por permitir participar de mais uma batalha, mais uma conquista pessoal e profissional.

Aos meus pais, João e Elida, por serem um exemplo vivo de dedicação, carinho e principalmente apoio em nossas escolhas. Não tem como não amar pessoas que, mesmo distante, estão sempre do meu lado. Amo vocês!

Ao meu irmão, Elcio Ricardo, que me amparou dentro de suas possibilidades e por ser um exemplo de inteligência e dinamismo.

À minha orientadora, Profa. Márcia Stengel, pela paciência, pelo afeto com que me acolheu e atenção dada a mim e especialmente ao trabalho, conduzindo orientação de forma impecável, fazendo-me acreditar ainda mais na minha capacidade. Serei eternamente grata!

Aos meus tios e primos “sergi-mineiros”, que também contribuíram com momentos maravilhosos, de muitas ideias e risadas, que me restabeleceram, contribuíram ao meu fortalecimento. Nesses momentos de muita preocupação estresse, foram de suma importância, especialmente Luiza Maciel, Cláudia Carvalho, Fernanda Carneiro e Cristiano Aguiar pelo bom humor, boas conversas, diversão, incentivo e carinho.

A Maria Goretti Machado, que se tornou uma grande amiga, auxiliando-me profissional e emocionalmente, além de momentos regados de boas conversas, novas teorias e viagens agradabilíssimas.

Aos meus amigos: Manuela Costa, Dianne Rezende, Sabrina Corredor, Thiago Mendonça, Isabella Castro, amigos de longa data e que mesmo distantes me ouviram atentamente, trazendo à memória histórias maravilhosas de nossas vidas.

A Marлизete Maldonado Vargas e Jacqueline Moreira, profissionais engajadas com a temática. Exemplo de profissionais. Obrigada pelo carinho e disponibilidade.

Às pessoas que entram nas nossas vidas e que deixam suas marcas, Lina Ruiz, Mabel Rabelo, Rogéria, Adalberto Cândido, Ricardo Jaenicke pelo apoio, palavras acalentadoras e orientações.

Não menos importantes, aos pacientes que semanalmente compartilham suas histórias de vida, assim como as adolescentes entrevistadas que contribuem(iram), direta ou indiretamente, a (re)pensar e escrever sobre este tema.

Muito obrigada a todos!!!!

RESUMO

O estudo buscou refletir sobre as expectativas afetivo-sexuais de adolescentes com vivências de incesto, tendo o enfoque direcionado a concepção e dificuldades que encontram a este tipo de relacionamento, bem como as aproximações com as vivências familiares. O trabalho realizou-se através de pesquisa qualitativa, com pesquisa bibliográfica e documental, sobre o tema família, adolescência, ofensas sexuais e incesto, além de dados de atendimentos realizados em Aracaju/SE e, em um segundo momento, com o resultado e análise das entrevistas realizadas com as adolescentes selecionadas. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com cinco adolescentes contatadas através dos profissionais do CREAS São João de Deus e da Casa Santa Zita, instituições de atendimento e de abrigo de Aracaju. Com as respostas oferecidas pelas entrevistadas, observamos as dificuldades com os relacionamentos sociais, principalmente às relações amorosas, demonstrando insegurança, angústia de separação e pouca perspectiva de uma relação positiva e feliz. Outro ponto a ser considerado foi as adolescentes em situação de abrigamento, que demonstraram distanciamento de experiências sociais íntimas, além da dificuldade de compreender sua própria sexualidade. Os resultados desta pesquisa revelaram a grande importância de discorrer sobre as temáticas envolvidas e de repensar formas de ação que não prejudiquem ainda mais crianças e adolescentes que já passaram por tantas situações de violência, assim como promover o seu desenvolvimento biopsicossocial e sexual.

Palavras-chave: Incesto; Adolescência; Relacionamentos Afetivo-sexuais

ABSTRACT

The study sought to reflect on the emotional-sexual expectations of adolescents with experiences of incest, with the focus directed at designing and difficulties encountered with this type of relationship, as well as the approaches to the family experiences. The work was carried out through qualitative research, with bibliographical and documentary research on the topic of family, adolescence, sexual offenses and incest, and data from the assessments at Aracaju / SE, and a second stage, with the result and analysis the interviews with the adolescents selected. The structured interviews were conducted with five adolescents contacted through professional CREAS São João de Deus and the Casa Santa Zita, the institutions that care and shelter of Aracaju. With the answers offered by those interviewed, observed the difficulties with social relationships, especially to romantic relationships, showing insecurity, separation anxiety and little prospect of a positive and happy. Another point to be considered was the girls in orphanages, which showed detachment of intimate social experiences, it was difficult to understand their own sexuality. These results showed the great importance of discussing the issues involved and to rethink ways of action that no further harm children and adolescents who have gone through so many situations of violence, and promote their sexual and biopsychosocial development.

Keywords: Incest; Adolescence; Affective and sexual relationships

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 Número de Atendimentos Realizados	96
TABELA 2 Faixa Etária da Clientela atendida	96
TABELA 3 Vínculo com o Agressor	97
TABELA 4 Informações sobre as entrevistadas	105

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 FAMÍLIA	13
2.1 Definição	14
2.2 Família na Contemporaneidade	16
2.3 Funções da família	33
3 ADOLESCÊNCIA	41
3.1 Desenvolvimento social, subjetivação e identidade	4848
3.2 Relações Familiares	577
3.3 Relacionamento com amigos	60
3.4 Relacionamentos afetivo-sexuais	611
4 O TABU DO INCESTO	68
4.1 Ofensa Sexual	711
4.2 Consequências das ofensas sexuais	79
4.3 Dificuldades no atendimento a vítimas de ofensas sexuais	88
5 DESCRIÇÃO DE CASOS DE OFENSA SEXUAL INCESTUOSA	911
5.1 Caracterização de ofensas sexuais em Sergipe	933
5.2 Entrevistas	9999
5.2.1 Caso Gabriela	1011
5.2.2 Caso Carolina	1022
5.2.3 Caso Andrea	1033
5.2.4 Caso Carmen	1033
5.2.5 Caso Clarice	1044
6 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	1066
6.1 Família	1077
6.2 Relacionamentos sociais e as amizades	1122
6.3 Abrigamento	1166
6.4 Relações amorosas	1211
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	1311
REFERÊNCIAS	1433
ANEXOS	152

1 INTRODUÇÃO

O período da adolescência é acompanhado de grandes mudanças e instabilidades, perturbada a alguns adolescentes e perturbadora na perspectiva adulta, porém absolutamente necessária no processo de amadurecimento do sujeito. Pode-se situá-la, então, como a ruptura entre o aconchego da infância e o embrutecimento da vida adulta, sendo este um dos maiores objetivos neste momento da vida: em que se depara com o mundo adulto, embora não completamente preparado para tal, ao mesmo tempo em que se desprende da comodidade encontrada na infância.

Percebe-se que devido à “crise” que se instaura, essencial à adolescência, este período acaba se tornando vulnerável perante os impactos provocados pela transição até a fase adulta. Dessa forma, ocorrem modificações nas manifestações de ordem sociopsicológica.

Neste contexto observa-se a necessidade do bom convívio familiar, pois este é o primeiro sistema social no qual o ser humano é inserido quando nasce, e é neste que os indivíduos permanecem, em sua maioria, por significativa parte do tempo, objetivando sua sobrevivência, aprendizagem e adaptação social.

Os deveres básicos da família seriam o de assegurar a sobrevivência dos filhos, seu crescimento saudável e sua socialização dentro dos comportamentos básicos de comunicação, diálogo e simbolização – função esta que vai mais além, estendendo-se aos aspectos que permitem transformar um ser humano biológico em um ser psicológico; fazer surgir nos filhos um clima de afeto e apoio, sem os quais o desenvolvimento psicológico saudável não seria possível; estimular nos filhos a necessidade de transformação em seres com capacidade para se relacionar competentemente com o seu meio físico e social, bem como responder às demandas e exigências necessárias à sua adaptação ao mundo no qual lhes toca viver; e, tomar decisões quanto à abertura a outros contextos educativos que compartilharão com a família a tarefa da educação dos filhos.

E quando a família não corresponde a estas expectativas? Ou mais grave, quando a família traz consigo a marca de uma ofensa sexual a um ou

mais entes? Como isso pode repercutir em suas relações afetivas e nos futuros vínculos? Estas e outras perguntas são feitas na atualidade e pesquisadas por pessoas de diversas áreas, buscando entender a dinâmica familiar e repercussões de tais acontecimentos na saúde dos filhos.

Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é refletir acerca da influência do relacionamento familiar nas expectativas afetivo-sexuais de adolescentes vítimas de incesto, tendo um enfoque direcionado à vivência incestuosa e a relação deste evento na escolha dos parceiros e manutenção destes relacionamentos.

Para tanto, foram realizadas entrevistas com adolescentes que fazem parte deste público para colher informações sobre as expectativas e os vínculos afetivo-sexuais atuais e futuros. Buscou-se também pesquisas publicadas sobre a temática. Através destas, foi possível avaliar a complexidade do assunto, baseando-se na influência das referências relacionais anteriores e vivências violentas no desenvolvimento sociopsicossexual das jovens.

A sociedade acompanha com mais frequência em noticiários informações de casos de diferentes violações de direitos, negligência, maus-tratos, exploração a crianças e adolescentes, trazendo à tona a repercussão e gravidade de tais experiências em suas vidas, bem como o valor das relações parentais no desenvolvimento socioafetivo destes.

Observamos com mais frequência informações acerca de ofensas sexuais extrafamiliares, como também o significativo crescimento no número de crianças e adolescentes vítimas de aliciadores, exploradas sexualmente por pessoas de diversas classes sociais. A mesma frequência não ocorre quanto a informações e dados sobre a ofensa sexual incestuosa.

No entanto, pesquisa recente do Hospital das Clínicas (HC) da Universidade de São Paulo (USP) revela que o combate e a prevenção das ofensas sexuais a crianças e adolescentes precisam ser iniciados, principalmente, dentro de casa. Segundo o estudo, dos 205 casos atendidos entre os anos de 2005 e 2009, 88% do público foi violentado por parentes, sendo que, entre estes, 67% dos casos atendidos teve como agressores pais e padrastos.

Dos números apresentados, os casos atendidos em que o pai era o principal agressor chegavam a 38% dos atendimentos, seguido dos agressores padrastos,

que totalizaram 29% do público. Ou seja, sete entre dez crianças são violentadas pelo pai ou padrasto. Outro ponto importante a considerar é a idade das vítimas. Em sua maioria não chegam aos 10 anos de idade, o que dificulta a identificação, defesa pessoal e denúncia desses casos.

A importância desta pesquisa se faz uma vez que, à medida que pesquisamos sobre esta temática, podemos clarificar questões existentes na relação incestuosa e repensar as ações de intervenção com o intuito de perceber as necessidades de cada realidade. Desta maneira, pode-se garantir a qualidade dos serviços de atendimento e da intervenção profissional que possibilitem o cuidado e a garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Devemos considerar também a importância da participação familiar ou do grupo de convívio da vítima no sucesso de seu tratamento, visto que o incesto acontece silenciosamente nestes espaços, a fim de promover a prevenção de novos eventos e a revitimização das crianças ou dos adolescentes.

Diante do exposto, a relevância deste trabalho é aproximar as temáticas das relações entre os membros das famílias e violência sexual incestuosa, visando compreender os tipos de relacionamentos existentes entre pais e filhos, na prática de seus respectivos papéis, na dinâmica familiar, para a compreensão do ato incestuoso e consequências geradas às relações afetivo-sexuais das vítimas. Para uma melhor compreensão sobre o tema em questão, este trabalho está organizado em cinco capítulos.

Nos três primeiros capítulos apresentamos uma discussão com base na revisão bibliográfica, considerando polos importantes dentro da questão principal deste estudo: a família, o adolescente e a ofensa sexual.

O segundo capítulo trata da família enquanto célula da sociedade, apresentando uma discussão sobre conceito, formação, modelos possíveis de organização familiar na contemporaneidade, assim como suas funções.

O capítulo 3 faz uma abordagem das características gerais da adolescência, do desenvolvimento sociocultural, estruturação e refinamento da identidade, relacionamentos sociais e afetivo-sexuais nesta fase da vida.

O quarto capítulo aborda o tabu do incesto, trazendo um levantamento bibliográfico sobre a temática de ofensa sexual familiar, em que são discutidas algumas fundamentações sobre o incesto, observações de Lévi-Strauss, Malinowski, Azevedo e Guerra, Cromberg, Nasio, dentre outros autores

importantes que discutem a relação familiar incestuosa, sua dinâmica e consequências no desenvolvimento infanto-juvenil.

No quinto capítulo foi realizada a caracterização dos atendimentos realizados em Ambulatório de Atendimento a Vítimas de Violência Sexual de Aracaju-SE, entre os anos de 2006 e 2008, sendo apresentados os números de atendimentos médico e psicológico, a faixa etária da clientela atendida, assim como o perfil do agressor. Além da distinção destes casos, serão apresentados o perfil das adolescentes entrevistadas, bem como o histórico social de cada uma.

Já no sexto capítulo, analisaremos as entrevistas com as adolescentes, buscando refletir sobre suas expectativas afetivo-sexuais, bem como outros aspectos importantes a serem considerados, a exemplo da família, relacionamentos sociais e abrigo.

Lembramos que para o desenvolvimento destes dois últimos capítulos, foi realizada pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas semiestruturadas a adolescentes vítimas de ofensa sexual incestuosa, que estão em atendimento sociopsicológico no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) São João de Deus em Aracaju.

O último capítulo traz as considerações finais, destacando-se que este trabalho não tem como pretensão esgotar o tema, mas levantar algumas reflexões possíveis, não possuindo, dessa forma, um caráter conclusivo.

2 FAMÍLIA

A questão familiar há muito vem sendo estudada e debatida por diversas áreas do conhecimento, a exemplo da Antropologia, Economia, Direito, Psicologia e Sociologia. Dada a importância da família na estrutura social, seu estudo contribui para a compreensão do funcionamento das sociedades, seus arranjos e a dinâmica relacional nela existente.

Objeto clássico das ciências sociais e humanas, a família é tida, em alguns estudos, como célula primeira de socialização e de formação da personalidade da criança. Além disso, é colocada como ponte entre a sociedade e o indivíduo, se empenhando a fazer a interposição entre o indivíduo e as normas culturais contidas em cada sociedade, a fim de colaborar com a manutenção da ordem social.

Para alguns autores, a exemplo de Osório (2002), Oliveira (1985), Mussen (1990), a família pode contribuir ao processo de desenvolvimento físico e psíquico necessário ao indivíduo e significativo às suas futuras vivências no meio social. Sabe-se que é neste ambiente que o indivíduo realiza seu primeiro contato social, no qual pode compartilhar experiências, formar sua identidade e adquirir características à formação da personalidade. Para Oliveira (1985), isto se elucida inicialmente durante o processo educacional dado por pais a filhos, a fim de tornar estes capazes de se adaptarem às exigências e regras sociais preestabelecidas. A família, com isso, é vista como um subsistema dinâmico associado às noções de valores, crescimento, mudança e adaptação entre os elementos envolvidos, ajudando a desenvolver e integrá-los ao sistema social mais amplo no qual está inserido, que denominamos de sociedade (ALLEN, 1970).

De acordo com Oliveira (1985), a família é concebida como um subsistema estruturado, dentro de outro sistema social, mais complexo, no qual as relações entre os seus componentes seguem um tipo de padrão. Estas relações são reguladas por um conjunto de normas associadas às expectativas quanto a suas funções, metas e objetivos, assim como reprodução, hábitos, cultura, responsabilidades, valores, identificação e socialização dos filhos.

Apesar das definições acima descritas, observam-se rearranjos ou adaptações em sua estrutura e organização que refletem as contínuas

transformações sociais. Dessa maneira, para estudar a família deve-se considerar sua história, o contexto socioeconômico em que está inserida e as expectativas pessoais daqueles que a constitui (COELHO, 2007).

Segundo esta autora, estas mudanças trazem perspectivas diferenciadas para o sujeito na relação familiar. Para ela, é notória a diferença entre a família idealizada, descrita e pensada por muitos, desejada e observada em programas de televisão, propagandas e discursos ou imaginadas em alguns lares; e, a família vivida, aquela real, com diferentes formações, limitações e problemas específicos, podendo causar, com isso, constante insatisfação por parte de seus integrantes.

Neste trabalho, observamos a necessidade de discutir a organização, estrutura e funcionalidade para pensarmos nas influências que estas relações podem ter no desenvolvimento da criança e do adolescente. Apesar de trazer alguns autores, muito se foi, e certamente ainda será discutido, sobre o significado de suas transformações. Desta maneira, não é a finalidade deste trabalho concluir qualquer ideia ou defender alguma teoria específica, mas entender a família como organização social existente e fonte de apoio à estrutura social.

2.1 Definição

O primeiro ponto é pensar em como tentar definir família. Durante o período de estudo, observamos várias tentativas de definições, todas próximas, diferenciadas por particularidades dos olhares de seus autores e dos estudos que sustentam, mas que não chegam a um consenso.

Etimologicamente, a palavra família vem do latim *famulus*, que significa servo ou escravo. Primitivamente, a família, sobretudo a romana, referia-se ao conjunto de escravos ou subordinados de uma determinada pessoa ou, numa leitura menos restritiva, a “tudo aquilo que estivesse debaixo do poder paterno, mulher, filhos, escravos e até bens, como terra, instrumentos e animais de trabalho.” (GENOFRE *apud* ALMEIDA NETO, 1999, p. 82). Esta visão passa por transformações que consideraremos posteriormente neste trabalho.

Semanticamente podemos utilizar duas coleções conhecidas para auxiliar-nos com esta definição. No Dicionário Aurélio, Ferreira (1993, p.244), o significado da palavra família está assim descrita:

(...) pessoas aparentadas, que vivem, em geral, na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos. Pessoas unidas por laço de parentesco, pelo sangue ou por aliança. Os membros de uma família. Ascendência, linhagem, estirpe (...) comunidade constituída por um homem e uma mulher, unidos por laço matrimonial e pelos filhos nascidos dessa união. Um mesmo tronco, e fundada, pois na consangüinidade. Grupo formado por indivíduos que são ou se consideram consanguíneos uns dos outros, ou por descendentes de um tronco ancestral comum e estranhos admitidos por adoção (...)

Nas descrições feitas por Ferreira (1993), observa-se a caracterização da família em relacionamento patriarcal e relacionada por um vínculo de consanguinidade, laços da mesma descendência, permitindo considerar pessoas da mesma linhagem mesmo com pouco convívio entre si, assim como pessoas que estreitam relações com aquele grupo. Desta maneira, devem-se considerar também os laços afetivos de amizade mútua e de auxílio.

Podemos verificar que laços valorizados nesta descrição são resultados de uma união entre um homem e mulher que, numa união heterossexual e nuclear, traz consigo uma descendência e uma proximidade, além de uma organização a este modelo.

Em Priberam (2010), dicionário virtual português, obtivemos a seguinte denominação:

(latim familia, -ae, os escravos e servidores que vivem sob o mesmo tecto, as pessoas de uma casa).s. f. 1. Conjunto de todos os parentes de uma pessoa, e, principalmente, dos que moram com ela. 2. Conjunto formado pelos pais e pelos filhos. 3. Conjunto formado por duas pessoas ligadas pelo casamento e pelos seus eventuais descendentes. 4. Conjunto de pessoas que têm um ancestral comum. 5. Conjunto de pessoas que vivem na mesma casa. 6. Conjunto de vocábulos que têm a mesma raiz. 7. Fig. Raça, estirpe; casa.

Nota-se nesta segunda definição que a ligação a considerar na formação da família é muito mais ampla, não definindo assim a sexualidade de seus pais e responsáveis, assim como a necessidade da consanguinidade para a sua

formação, diferente da posição de Ferreira (1993) que enfatiza a importância da ligação biológica e de convívio.

Nesta última citação, podemos perceber uma visão mais ampla, que inicialmente aponta uma organização de um resultado conjugal, uma descendência entre os entes, mas considera também a convivência e laços afetivos que dela resultam.

Ressalta-se que podem parecer diferenças simples/pequenas, até nos parecer descrições muito próximas, mas também nos permitem visualizar a complexidade de tal grupo. Além disso, nos contextualiza quanto às diferenças estruturais, de constituição, assim como desperta um olhar às redefinições conceituais que foram necessárias diante das mudanças estruturais que aconteceram com o passar dos anos.

Neste sentido, diante da dinamicidade e das constantes transformações que certamente acontecerão socialmente e no seio familiar nas próximas décadas, torna-se difícil estabelecermos uma definição que abarque toda a sua complexidade, mas com isso podemos ter a família como um símbolo de relações comuns às sociedades, com figuras e atores particulares que definirão seu destino.

Mas com tantas mudanças sociais, culturais e econômicas, torna-se necessário refletir em como as transformações ideológicas e estruturais repercutiram nas relações familiares até a contemporaneidade, como será exposto a seguir.

2.2 Família na Contemporaneidade

Nos estudos de Ariès (1981) sobre a história da infância e a evolução familiar, são observadas mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas que percorreram a história e que serviram como base para a construção dos conceitos e estruturas atuais.

Entre os séculos XII a XVII, eram considerados pertencentes deste grupo familiar todos aqueles do mesmo convívio, dentre eles os senhores, escravos, criados, esposas, filhos dos senhores e parentes mais próximos dos

senhores. Todos estes estavam, na época, sob a ordem do patriarca, a quem deviam obediência e favores. Posteriormente, estas estruturas foram sendo reformuladas a outro princípio vinculador que o próprio Ariès (1981) define como “sentimento da família” e que influenciou significativamente às mudanças estruturais.

Segundo a investigação de Ariès (1981), em meados do século XIII, a presença da criança não era proeminente na constelação familiar. Ela não estava presente no dia-a-dia das atividades dos pais, mas sim, desde cedo, era separada de sua família para aprendizagem com suas amas e com elas, era basicamente preparadas para os papéis no lar, educação à cultura, valores, crenças e relacionamentos sociais.

O autor destaca ainda o alto índice de mortalidade infantil como ponto importante para o distanciamento afetivo entre pais e filhos, já que não podiam criar expectativas quanto a sua sobrevivência por longo tempo. Os sentimentos de amor materno e paterno não existiam como uma referência à afetividade e, conseqüentemente, tornar-se-ia difícil o sentimento de família fortalecido. Porém, a conjuntura começa a mudar no século XVII.

Com a interferência política e religiosa a não aceitar tal realidade, foram criadas medidas para proteger as crianças, tais como investimento em higiene, saúde, segurança, trazendo aos pais a preocupação e a vontade de mantê-los próximos aos seus cuidados, sob as suas responsabilidades. Estas medidas representam mudanças no interior da família e nas relações estabelecidas entre pais e filhos. A partir deste momento, a criança passa a ser educada pela própria família, agora centrada na figura materna, o que fez com que se despertasse um novo sentimento por ela.

Com a escolarização e o afastamento dos filhos do seio do lar, a composição e os vínculos afetivos se transformariam: o distanciamento dos entes traria a sensação de falta e resultante a isso, afloraria o desejo dos pais de não se afastar de seus filhos, mantendo-os, quando possível, mais próximos, estimulando o convívio entre si.

Observa-se que esta mudança de realidade promove a aproximação e a participação dos herdeiros nos costumes, integrando-os à organização e às tradições, conseqüentemente, aumentando o contato na particularidade de

cada lar. Tal reestruturação permite renovar e estreitar seus vínculos, assegurar e fortalecer a esfera privada destas relações. Como consequência disso, a família começa a fechar-se entre os seus descendentes e a se fortalecer sob esta relação, com seus papéis, hábitos, crenças, obrigações, reformulando costumes, criando intimidade entre pais e filhos, fortalecendo a esfera privada deste grupo.

Ariès (1981) aponta esta mudança como preponderante na constituição deste grupo. Neste momento, é assegurada à criança sua participação, passando do papel de coadjuvante para sujeito, com direitos e deveres, inclusas às decisões e preocupações, projetos e investimento familiares.

As pessoas deixam de ser objetos de pertencimento do senhor para entrar em foco a consciência do significado afetivo e simbólico deste grupo, uma união que se fortalece por sua escolha, em sua solidariedade às gerações a fim de encorajarem-se para enfrentar dificuldades sociais, como descreve Duby (*apud* ARIÈS, 1981, p. 145):

Na realidade a família é o primeiro refúgio em que o indivíduo ameaçado se protege durante os períodos de enfrentamento do Estado. Mas assim que as instituições políticas lhes oferecem garantias suficientes, ele se esquiva da opressão da família e os laços de sangue se afrouxam. A história da linhagem é uma sucessão de contradições e distensões cujo ritmo sofre as modificações de ordem política.

Em tal afirmativa, Duby (citado por ARIÈS, 1981) destaca a relação entre o Estado e a família, e a influência da realidade social, econômica e política nas relações familiares. Desta maneira, constata a influência da organização política e socioeconômica na qualidade de vida, nos relacionamentos, mudança de posturas, papéis, cuidados e segurança que tais vínculos proporcionam aos seus integrantes.

Diante destas afirmações, notamos, neste primeiro momento, que com a reconfiguração familiar, os pais tornam-se responsáveis pelos cuidados primários das crianças, suas necessidades básicas à sobrevivência, assim como assumem para si os cuidados secundários, que envolve a educação, a socialização e o repasse de valores e costumes.

Ariès (1981) traz em sua obra a importância da família para o desenvolvimento social da criança, pois é neste espaço privado que se pode

encontrar afeto, emoção, intimidade, moral, dentre outros fatores que contribuem para este aspecto. Porém, com as mudanças instauradas, houve novas ressignificações quanto ao papel familiar.

Nas observações de Ariès (1981), os pais no século XVIII mostravam-se pouco participativos no acompanhamento dos entes, porém responsáveis pelo sustento financeiro familiar, pela ordem hierárquica e moral. A mãe, então, torna-se peça importante no processo educacional dos filhos. Hoje, em pleno século XXI, além da participação financeira dos pais na criação dos filhos, podem contar também com sua participação em cuidados básico, atenção e afetividade. Além deste parceiro, a família pode contar com uma rede de apoio significativa, tais como profissionais da saúde e educação, escola, creches, informações dos mais variados meios de comunicação que os auxiliam como substitutivos e/ou complementares nos cuidados dos filhos.

Para Ariès (1981) e Singly (2007), o papel econômico é importante para a sobrevivência e organização familiar. Desde os primórdios, a necessidade de subsistência e as condições financeiras interferiram na configuração familiar. Neste sentido, a organização familiar acontece conforme as necessidades, condições socioeconômicas, desejos individuais, a fim de arranjar a participação de seus atores no sustento, em uma relação recíproca de ajuda mútua, (re)configurando novas relações hierárquicas do grupo, porém com funções e responsabilidades preservadas.

Com a Revolução Industrial, o enfraquecimento do Estado, além de movimentos que preconizavam igualdade de gêneros, acarreta assim as reformulações de papéis e na participação dos homens nos afazeres domésticos e cuidados de casa, assim como o aumento de mulheres no mercado de trabalho e diminuição de sua participação na matriz familiar. Neste sentido, as novas formas relacionais, reconsiderações entre os gêneros, planejamento familiar acompanharam a formação de novos formatos familiares (ZAMBERLAM, 2001; SINGLY, 2007; VAITSMAN, 1994).

Nessa corrida para a subsistência, atualmente a mulher participa ativamente no crescimento social e econômico e, em casos comuns, assumem o papel de protagonista dessa história. Observa-se que, diante da busca pela igualdade de gêneros, a mulher assume ativamente a sua história, sai da condição de submissão para uma ação de escolher seu destino, busca do

crescimento profissional e realização pessoal. Deste modo, seu papel de mãe, cuidadora das necessidades do lar é complementado por outros papéis que assume.

Na configuração atual, percebe-se que a mulher acrescenta mais uma jornada, a de trabalho, além dos cuidados do lar. Esta nova condição coloca os relacionamentos tradicionais, a divisão e as funções familiares em questão, já que os cuidados familiares são os mesmos e o tempo para tais já não é semelhante.

Frente às mudanças políticas, sociais e culturais, passamos hoje por uma redefinição do modelo familiar nuclear patriarcal, assumindo novos formatos, contando com a participação de novos atores e instituições na educação da criança e do adolescente. Assegurar o cumprimento de tal função tem colocado em questão a eficácia da família e como essas novas formatações podem influenciar no cumprimento de suas funções.

Segundo Zamberlam (2001, p.60):

O papel materno, em consonância com a representação simbólica do corpo feminino, caberiam, além da função nutrícia, de agasalho e proteção da prole, uma função continente ou de receptáculo das angústias existenciais de que esteja correspondentemente no papel filial. Em contrapartida, o papel paterno, pelos mesmos condicionantes simbólicos da anatomofisiologia sexual, tocaria interpor-se entre mãe e filho para facilitar o processo de dessimbiotização e encaminhar a aquisição da identidade deste ao longo de seu desenvolvimento psicológico.

A mulher, que antes era educada para garantir interesses do esposo e dos filhos, passa a assumir, mesmo que timidamente no início, o mercado de trabalho, buscando a adaptação das antigas e das novas atividades. Mesmo ao assumir carreiras pouco ambiciosas, o tempo de convivência familiar é diminuído e traz consigo a insatisfação de muitos que se apoiam na ideia rousseauliana da mulher mãe, zeladora e principal responsável pelos cuidados do lar.

Neste sentido, cada família tenta se organizar de maneira específica à sua realidade, o que não traz necessariamente reais consequências negativas para os filhos, mas sim um reposicionamento sobre os costumes, valores e

tradições. Diante de tal mudança, então qual a referência desses “novos pais” na criação dos seus filhos? Quais os lugares que eles ocupam?

O casamento e a família têm como modelo anterior a delimitação por gênero, do homem como provedor financeiro e da mulher como dona de casa. Com tais alterações, a família é arrebatada por novas concepções e fragmentações: a mulher começa a repensar seus objetivos, projetos, e os homens repensam seus papéis e a paternidade.

A mãe, antes cuidadora do lar como única função, estava ocupada em cuidar do crescimento dos filhos, educação das responsabilidades inerentes a sua função materna e marital, assim como a ordem familiar, seja no núcleo ou de outras relações parentais extensas. Hoje se torna cada vez mais comum a mulher que complementa a renda familiar, ou que participa como personagem principal no sustento da casa (ROMANELLI *apud* CARVALHO, 1995).

Segundo Zamberlam (2006) e Ariès (1981), durante toda a história, a mulher ocupou o lugar de submissão à lei masculina e foi renegada à esfera privada. Contemporaneamente, ela reivindica igualdade de gênero e responsabiliza outros atores do contexto familiar nos cuidados com o lar e dos filhos, marcando uma nova característica da família moderna.

Nos moldes atuais, as mulheres buscam seu espaço no mercado de trabalho, escolhem parceiros, programam gestações, redescobrem o prazer sexual, antes proibido, reveem laços relacionais, conquistas pessoais, buscam novos papéis sociais, assim como participam de maneira mais ativa e comprometida em cada relação, vivem estas escolhas, seus ganhos e perdas com esta autonomia.

A partir da concepção moderna de que a igualdade entre os indivíduos faz-se a partir da essência universal que estes possuem sendo donos de seu corpo e, conseqüentemente, de seu trabalho, vê-se por que a definição de indivíduo não incluía as mulheres, pois efetivamente elas não detinham o controle nem de seu corpo nem de seu trabalho: de seu corpo, porque só muito recentemente elas passaram a ter plenas condições técnicas de controlar a própria fecundidade, superando então um limite imposto pela natureza (embora a possibilidade de autoproteção contra a violência física e sexual, que é outra dimensão do domínio sobre o próprio corpo, esteja longe de ter sido resolvida pelo desenvolvimento tecnológico), e de seu trabalho, porque este oficialmente se tornou um trabalho no interior da família, invisível, sem valor, definido como improdutivo. (VAITSMAN, 1994, p. 32-33)

Os princípios da liberdade e igualdade permeiam as relações modernas; entretanto, nas famílias estruturou-se uma hierarquia de uma divisão sexual do trabalho que impedia o exercício desses princípios equivalentes aos dois sexos. Os casamentos fundados nesta concepção enfraquecem-se e dão lugar a uma realidade em que se busca o compartilhamento das responsabilidades, investimento às necessidades e satisfações pessoais diante da heterogeneidade nas relações.

As mulheres, neste sentido, procuram igualdade com os parceiros, não se contentam com sua dependência financeira e buscam a sua autonomia por meio do trabalho assalariado, aprimoramento profissional, escolarização, participando das despesas da casa, mas não deixando de lado os seus trabalhos domésticos.

Para Vaitsman (1994), estas mudanças deixaram de ser pensadas como algo a ser perseguido, mas como uma realidade de uma reestruturação das relações de gênero, perfis, atividades. Algo inerente à convivência entre homens e mulheres.

Dentre as formas familiares contemporâneas, Prado (1996) cita a família participativa com compartilhamento de papéis entre os cônjuges, tanto ao nível profissional quanto ao doméstico. Este tipo de organização contrapõe-se aos valores da família tradicional, quebrando com isso este padrão.

Cecarelli (2002) e Zamberlam (2006) ressaltam o surgimento da separação entre o mundo do trabalho, o mundo doméstico e o mundo do casal como pontos importantes na reestruturação dessa “nova família”. Como consequência, as funções pedagógicas, de presença afetiva e cuidados físicos ficam à mercê das reais necessidades básicas dos indivíduos, o que pode provocar o desequilíbrio no desenvolvimento dos entes.

A conquista de independência financeira apoia-se numa redefinição da divisão sexual do trabalho que, em alguns casos, se transforma para ambos numa carga dupla de trabalho, assumindo sozinhos as responsabilidades, pedagógica e financeira, ou até o restabelecimento de outras relações, ligadas às necessidades individuais, como cita Vaitsman (1994).

Tais mudanças também repercutem significativamente no exercício da paternidade o qual Vaitsman(1994) define como passagem de uma paternidade estritamente biológica para uma paternidade afetivo-social,

trazendo com isso novos desafios aos homens. Porém, apesar das novas constituições familiares, o papel que ainda sobressai para o homem é prover economicamente a família ou, no caso de uniões destituídas, os cuidados aos filhos.

Desta maneira, foi-se necessário desconstruir a ideia inicial para vivermos um novo período, conhecido como pós-modernidade, ressignificando as escrituras e rompendo o que caracteriza tal fase. Mas como isso repercute na formação do indivíduo e suas relações? O trecho de Vaitsman (1994, p.50) traz um bom comentário para compreendermos tais mudanças: “(...) a identidade moderna era um negócio sério, envolvendo escolhas fundamentais que definiam quem era uma pessoa (profissão, identificações políticas, família).”

E complementa:

A identidade não perdeu a reflexividade e consciência de que é escolhida e construída, mas agora se tornou mais natural escolher entre múltiplas identidades e mudar com os ventos da moda, produzindo-se uma erosão da individualidade e aumentando a conformidade social.

Billac, citado por Carvalho (1995), complementa que essas relações variam conforme as negociações existentes na família. Dessa maneira, a relação familiar é fruto de acordos que se dão continuamente e que definem a duração e a forma relacional. Esta observação nos faz pensar nos papéis de cada membro do grupo, assim como em seu desempenho, como expressa Szymanski (*apud* CARVALHO, 1995, p.25) no seguinte trecho:

A família vivida: grupo de pessoas vivendo numa estrutura hierarquizada que convive com uma proposta de ligação afetiva duradoura, incluindo uma relação de cuidados entre adultos e deles para com as crianças e idosos que aparecem neste contexto, criando o compromisso de todos para a manutenção da saúde relacional, mesmo que custe mudanças na estrutura em momentos específicos.

A mulher goza de uma liberdade autêntica, a autoridade materno-paterna é revalorizada diante de tantas oscilações. Os homens começam a ser obrigados a participar dos cuidados com a criança para não perderem o seu direito de pai, estabelecendo, no primeiro momento, um declínio da função

paterna como conhecida anteriormente, inscrevendo a família no cerne de uma nova ordem simbólica.

Neste sentido, o parentesco serviu como mediação importante entre os pais e filhos. Mudar a concepção social dos papéis individuais é mudar também as estruturas familiares independentes, mas enraizados a esses novos modelos de papéis sexuais, mas ao mesmo tempo, novas formas de relações afetivo-sexuais.

O indivíduo não deixa de desejar uma relação que dure a vida inteira, porém repensa seu desejo quando constata que poderá abdicar de alguns sonhos e de uma outra liberdade. Mesmo assim, observa-se nos dias atuais, pessoas que procuram a seriedade do relacionamento conjugal, mas procurando avaliar constantemente a qualidade, os objetivos e os planos de sua relação.

Cai por terra a certeza de estabilidade, superação de crise e “eternidade” nos relacionamentos afetivo-sexuais. As diferenças se apresentarão e não serão esquecidas, mas serão postas à resolução, trazendo consigo o risco de conflitos, divórcios e, caso isso aconteça, a possibilidade de uma nova união, uma recomposição de laços conjugais e familiares com a entrada de novas pessoas na família.

Diante de tantas mudanças, Afonso (*apud* COELHO, 2007, p. 198) também traz as seguintes observações sobre as características das famílias contemporâneas:

(a) diminuição do tamanho médio da família, (b) na taxa de crescimento anual do número de famílias, (c) aumento do percentual de casais sem filhos, (d) o aumento no percentual de famílias monoparentais, especialmente as chefiadas por mulheres, e particularmente nos setores não-brancos e mais pobres da população, (e) aumento dos índices de separações e divórcios, (f) o aumento no percentual de pessoas que vivem sós.

E Coelho (2007, p. 199) ainda complementa:

De modo paralelo, mudanças nas estruturas e nas formas de relação entre os membros da família se apresentam junto com as mudanças de valores da mesma, bem como o significado dado ao “valor” da família como elemento integrante das relações sociais.

Estas citações demonstram algumas das mudanças socioculturais, trazendo com isso a possibilidade de reformulação nas necessidades das famílias e a presença de novos arranjos conjugais e parentais, conforme cada realidade.

Stacey (citado por VAITSMAN, 1994) observa a diversidade de estruturas e a incerteza de um modelo com “progressão lógica”. O casamento e a família conjugal moderna, cada vez mais, passaram a conviver legitimamente com uma pluralidade de padrões, o que também interfere nas relações afetivo-sexuais frente as expectativas e particularidade dos comportamentos sexuais.

A repercussão disto, principalmente no âmbito das relações de gênero, faz das mulheres sujeitos, indivíduos construindo seu futuro e que desafiam o discurso moral e patriarcal. Tais ideologias encontram solo fértil ante os interesses das mulheres em participar de universidades, mercado de trabalho e eventos sociais autonomamente. Repensar seu papel e sua identidade inevitavelmente fariam os homens e toda a sociedade repensar as consequências

As mulheres foram atrizes principais deste processo, no curso do que se redefiniram os papéis sexuais modernos dicotomizados. A entrada para o mundo da universidade plantou bases para projetos de individuação que reconstruíam os significados do feminino e masculino predominantes até então. (VAITSMAN, 1994, p. 97)

A transformação da família remete, contudo, a uma tendência de autonomia pessoal e uma reversão dos elos parentais. Essa fragilidade nas uniões se reflete no espaço privado, na formalização das necessidades afetivas, com homens e mulheres buscando relações que tragam satisfações pessoais: “Hoje, a ‘família feliz’ é menos atrativa, o que importa é a felicidade de cada um.” (SINGLY, 2007, p.131).

Esse processo mobiliza a todos a repensarem suas relações e construir seus novos modelos considerando objetivos e desejos individuais. Tais especificações criam uma relação com duas pessoas autônomas, que buscam algo suplementar, mas que justifiquem a manutenção da relação, caso não consigam satisfazerem-se nela, construir uma relação considerando os interesses de ambos, a separação é o meio de dissolvê-la.

A família é construída em cima de interesses de estar naquela relação, naquele momento, tendo uma identidade própria, mas que preserve a característica da vida a dois, como reconhecimento, respeito e apoio. Como descreve Bozon (*apud* SINGLY, 2007, p.67), “Em um mundo social, onde o valor de referência se tornou o *self*, a família conserva uma utilidade a de ajudar cada um a se constituir como pessoa autônoma”.

As observações de Durkheim (*apud* SINGLY, 2007) reforçam a ideia de relações familiares baseadas em interesses individuais. Para ele, o lado afetivo é individual, com interesses pessoais e que, em um grupo, acabam se ligando. O que une seus integrantes, neste sentido, é o interesse em ter um espaço que chamam de “privado”, que os liguem para manterem-se socialmente protegidos.

Na citação acima, percebe-se que à manutenção da relação conjugal e, paralelamente da família, deve-se considerar o desejo da fundação e continuidade destas relações, assim como a valorização das necessidades e os desejos do parceiro, resultando isso, em um evitamento de conflitos.

Romanelli (1995) coloca como atributos da família a estrutura hierarquizada, a divisão de tarefas entre o sexo masculino e o feminino; o vínculo afetivo entre os cônjuges e entre a prole; o cuidado com a educação sexual, principalmente das meninas; a flexibilidade das relações frente à realidade e as propostas da sociedade quanto à sua função, tentando, diante de tais obrigações, concretizar os interesses do grupo e de cada ente às expectativas sociais.

Cecarelli (2002) e Kehl (2003) contestam tal fator diante das novas configurações. O desejo atual é ressignificar tais reformulações para que homens e mulheres repensem seus papéis.

Ao homem foi sempre atribuído o papel de prover, auxiliar a mulher para que ela pudesse exercer com plenitude a tarefa de educar a criança e vincular-se de maneira diferente da definida para ele. Com a força de trabalho, autoridade e poder compartilhado, o homem vê-se a repensar o seu papel de ser pai e reavaliar a relação pai e filho.

Mesmo considerando a particularidade de cada caso, observamos hoje, homens mais participativos, a função única do pai provedor é obrigado a cair por terra e este se vê chamado para a responsabilidade e a aproximação

dos filhos para efetivamente reconhecer seus deveres na formação e no desenvolvimento de seus filhos.

As profundas mudanças nos perfis feminino e masculino, advindas desta mudança cultural, vêm marcando comportamentos que repercutem nas formas relacionais e na constelação familiar. Cecarelli (2002, p. 12) cita:

(...) as modificações nas condições de procriação (procriação artificial, doador de esperma anônimo, barriga de aluguel, embriões congelados); as mudanças nas formas de filiação e de criação dos filhos (alterações no sistema de atribuição do sobrenome, pais adotivos, pais artificiais, monopaternidade, homopaternidade); as demandas de modificação de identidade sexual (transexualismo); as novas práticas sexuais (sexo pela internet) e os limites impostos à sexualidade (o surgimento da AIDS). Entretanto, tais transformações não são, em sua essência, um fenômeno completamente novo, devendo, talvez, ser consideradas como “reorganizações” coletivas.

O aumento no número de separações, a independência financeira, a perda dos cônjuges, a gravidez indesejada e não planejada ou, opções de filho sem uniões estáveis, engordam este número de novas constituições familiares diante da infinita possibilidade de organização como já foi apontada por Cecarelli (2003).

Segundo Dolto (*apud* ZAMBERLAM, 2001) este fenômeno é peculiar. As mulheres, diante de tal autonomia, também escolhem seus relacionamentos e novas formas de se relacionar, vinculando-se emocional e sexualmente a outros homens, sem necessariamente casar-se, ficando ao seu critério fazê-lo.

Os homens, da mesma maneira, estão abertos a uma gama de possibilidades de laços afetivos, permitindo novas formas de relações. Este movimento repercute às mulheres, que saem da situação de dependência e anulação a pessoas que desejam; elas podem procurar e escolher seus parceiros com mais autonomia que antes.

Para Leite (*apud* ZAMBERLAM, 2001, p. 103):

O desejo de um compromisso pessoal frente à sociedade, com a pessoa que se ama, a aspiração à duração e à estabilidade, a procura da segurança afetiva e material, o desejo de fundar uma nova família, vinculando-se nas famílias dos ascendentes de ambos os nubentes, enfim, tudo isto que significa o casamento não representa mais o modelo e não parece ser, tampouco, meta das novas gerações.

O desafio das novas configurações familiares na contemporaneidade é encontrar um elemento comum, seu objetivo e função diante de tantas diferenças estruturais e as novas redefinições de conceitos.

Famílias desfeitas, famílias monoparentais, guarda partilhada de filhos de união(ões) anterior(es), famílias reconstituídas, etc. estão mudando completamente o próprio conceito de paternidade. Isso de dois modos. O laço biológico entre pais e filhos não garante mais a ligação permanente entre eles. Quando as uniões se desfazem, diversos pais que não obtêm ou não querem a guarda terminam simplesmente por não dar mais sinal de vida aos filhos. Inversamente, à medida que as famílias reconstituídas se multiplicam, os homens devem manter relações parentais com crianças as quais não têm laços biológicos. (ZAMBERLAM, 2001, p.107-108)

Observa-se a destituição das figuras de referência, refletindo em sua fragilização, perda de objetivos e ideais sociais, que são base e subsídio de novos laços. O sujeito contemporâneo vive num mundo de infinitas possibilidades de criação e satisfação, mas que também aponta incertezas, inseguranças e angústias.

Para Kehl (2003), estas mudanças na organização familiar podem fragilizar as relações e comprometer o desenvolvimento das relações intergeracionais, tamanho o desamparo que se encontra a família. A patologia da família, termo usado pela própria autora, incide à medida que se investe alto na continuidade familiar de uma maneira demasiadamente individualista e narcísica, existindo pouco controle do limite de tal investimento, fazendo com que as necessidades do grupo estejam em segundo plano, sem referências, obrigações ou responsabilidades.

Cecarelli (2002) nos faz pensar em um reposicionamento social e redefinições de papéis, provocando o que o autor denomina como “crise de referências simbólicas”. Para ele, todas as mudanças estruturais evidenciadas são influenciadas pela cultura e sociedade, e trazem consigo uma desordem social e familiar, sendo assim necessária uma reorganização.

Esta individualidade requer ou tem como consequência também em certo distanciamento da parentela, afastando da sua família a convivência com as gerações anteriores e posteriores. Aquela imagem de família toda reunida

em uma mesa de jantar é substituída com parentes se orientado em cômodos diferentes, em frente à televisão.

Seguindo a mesma lógica, o casamento também é reflexo dessas mudanças. Intenções familiares são contrapostas por escolhas pessoais do frágil que se esfacela, reconstrói constantemente, assim como busca novas formas de relação que abarquem interesses de cada um. Será possível pensar, então, em uma família modelo?

Para Parsons (citado por SINGLY, 2007) existem formas de constituição familiar particulares: iniciadas pela união conjugal – aquela a qual ele pertence pelo casamento; ou família de procriação ou consanguínea; ou ainda o que nomeia como a família de orientação, aquela na qual o elo nasce com a convivência e sentimento de pertencimento entre as pessoas – onde se encaixam as famílias substitutivas, como exemplo. Qualquer que seja a sua estrutura, ordem e situação econômica, ela continua com a finalidade de contribuir para o crescimento individual e interesses coletivos. Apesar de características diferenciadas, o autor não nega a transformação de parentesco, das relações e das buscas individuais, como já preconizava Durkheim ao perceber interesses variados substitutos dos interesses de entes comuns.

Os papéis a serem desempenhados na nova configuração são delineados em termos significativos dentro de um determinado tempo e considerando um processo extremamente dinâmico, intimamente ligado às transformações sociais, encontrando-se dentro de um ciclo evolutivo da sociedade e das pessoas.

Cada grupo se organizará com regras próprias, com formatos diferenciados e descentralizando responsabilidades à medida que se recriam suas estruturas e repensam na prática suas fusões a fim de dar continuidade a seus objetivos: ser reprodutor e formador pessoal. Como Kehl (2003) comenta, a fórmula mudou, mudaram os papéis, mas a família não foi substituída por outra forma de organização molecular.

Winnicott restabelecia de fato um equilíbrio entre os dois pólos do materno e paterno ao assinalar que o pai “é necessário para dar à mãe um apoio moral, para sustentá-la em sua autoridade, para ser a encarnação da lei e da ordem que a mãe introduz na vida da criança”. A esse respeito, foi de fato, ele também um representante de uma concepção maternalista da família em virtude da qual o filho se torna

'his majesty baby' e o pai suporte da autoridade materna. Tanto que recusava o maniqueísmo da onipotência, boa ou má, do materno "internalizado" em prol da idéia de uma partilha da autoridade simbólica. (ROUDINESCO, 2003, p. 108)

Dentro desta constante modificação surge a noção da família recomposta, que remete à "dessacralização do casamento e humanização dos laços de parentesco." (ROUDINESCO, 2003, p. 153). A família contemporânea, com isso, busca incessantemente sua fórmula para evitar seu enfraquecimento e declínio.

Essas transformações repercutem na família por possuir laços frouxos, com preocupações particulares de estímulo à autonomia, individualidade, com laços flexíveis diante da complexidade relacional e a necessidade de segurança que todos buscam neste grupo, desenvolvendo com isso novos modelos/formas de filiação. A ordem é mudada, mas a normatividade é a mesma. O espaço familiar está mais aberto, liberto, com objetivo comum e buscando novas formas para se manter.

Observa-se a possibilidade de escolhas, consciente ou não, do elo moderno, oferecendo mais modalidades de se reconstruir. O que causava a incerteza e crise frente a tantas incertezas, não é visto com a mesma insegurança diante de tanta instabilidade e constante mudança. No casamento e relações familiares, homens e mulheres passaram a procurar outras formas de identificação, não mais ligadas à esfera privada, mas a outras experiências, permitindo a manutenção de aspirações e projetos individuais.

Para a mulher e a criança é dado um novo olhar, como participantes dessa relação de aliança em lugar de ser reduzidas dos seus respectivos papéis de esposa e mãe, filhos e subordinados, restando aos pais consentir a partilha, dividindo o poder sobre o filho.

Frente a tantas mudanças relacionais antes discutidas, podemos entender que a família é um fenômeno universal, como já apontava Lévi-Strauss (2009). Independente das visões, acredita-se que, mesmo com diferentes formas, sua função é de transmitir os saberes entre pais e filhos, entre os quais ele pontua a interdição do incesto, dentre outras normas, proibições e cuidados.

Para Roudinesco (2003), a família contemporânea traz consigo mudanças em suas estruturas, assim como em suas características relacionais e de referência hierárquica. À medida que a realidade econômico-financeira e social se modifica: “O pai deixa de ser vínculo único de transmissão psíquica e carnal e divide o papel com a mãe. Esse pai é um pai mais real que simbólico”. (ROUDINESCO, 2003, p. 38)

A revalorização do pai, assim como do esposo, não pode ser somente de ordem simbólica, devendo o homem recusar o poder lhe dado, assim como controlar a sexualidade, rejeitar a poligamia e o incesto. A mulher se torna mulher na construção contínua de sua identidade ao lado da cultura e não da natureza.

Pensem neste aspecto que o eu, desejos e necessidades sobressaem ao nós, o que acarreta a diminuição de grupos conjugais familiares, mas que proporciona uma nova forma de relação, escolhida e querida.

Como exemplo, podemos citar a relação homoafetiva, caracterizada pelo casal formado por pessoas do mesmo sexo. Este tipo de relacionamento se contrapõe aos valores da família tradicional, sendo muito criticado por fugir às concepções e costumes sociais, que aceitam unicamente a união de pessoas de sexos opostos, heterossexual.

Na relação homoafetiva, são necessárias adequações dos papéis aos parceiros como aponta Cecarelli (2003) e Ehrensaft (*apud* ZAMBERLAM, 2001), que consideram a necessidade de papéis e funções complementares ao bem-estar da criança.

Por mais que se pense a família como conjunto de interação, organizado de maneira instável, em função de suas necessidades, com uma história e um código próprios, que lhe outorguem singularidade, um sistema cuja qualidade emergente excede a soma das individualidades que o constituem para adquirir características que lhes são específicas, a ausência do pai, no caso da monoparentalidade, faz recair toda a atividade parental sobre a figura materna, o que, certamente, interferiria na imagem que a criança estabelecerá sobre a presença onipresente da mãe, em detrimento da absoluta ausência do pai. (ZAMBERLAM, 2001, p.112)

Vale informar que estudos como o de Cecarelli (2002) mostram não existir indícios de que a união homoafetiva influencie negativamente no

indivíduo. Poderemos pensar além: diante de tantas transformações na nossa estrutura, torna-se difícil identificar um modelo único e ideal. Tais identificações nos mostram possibilidades diferenciadas dos arranjos tradicionais, de forma peculiar, mas sistemática, dentro das necessidades de cada grupo, considerando a sua finalidade de sobrevivência, educação e reciprocidade.

O homem, que deveria assumir o papel de pai, e a mulher com o papel de mãe em um relacionamento marital heterossexual, modificam os papéis impostos pela sociedade para este tipo de relacionamento. Desta maneira, são necessárias adequações dos papéis em uma união homoafetiva (PRADO, 1995).

Com a flexibilidade dos padrões de comportamento institucionalizados, a família passa a apresentar configuração particular, quando os envolvidos em algum conflito escolhem soluções para cada caso, considerando suas realidades, necessidades e desejos. Neste sentido, a criança também torna-se um sujeito de voz, com possibilidade de compartilhar e decidir seus destinos.

Diante das considerações supracitadas, é muito difícil descrever modelos fixos de novos arranjos familiares, pois os contextos, as necessidades de cada grupo, suas vivências e formas de organização são diferenciados, bem como o valor simbólico e funcional para os seus integrantes. Desta maneira, torna-se inútil procurar um modelo único de família, pois as famílias variam com o tipo de união escolhida, relações afetivas buscadas, papéis dentro do grupo, formas diferenciadas de criação de seus filhos, raças/etnias, classes sociais, culturas distintas e que podem ser desorganizadas e reorganizadas conforme seus recursos, suas necessidades e sua história (KEHL, 2003).

Durkheim (citado por SINGLY, 2007), Vaitsman (1994) e Roudinesco (2003) concordam sobre as transformações dos laços familiares até os dias de hoje. Nas suas concepções, a transformação estrutural é algo que sempre acontecerá nas relações familiares, tendo a família que se planejar constantemente para assumir as necessidades dos seus entes em qualquer época.

Acredita-se que inevitavelmente a família, na sua estrutura mais ampla, além da consanguinidade, permanecerá sendo de extrema importância para a sobrevivência e o desenvolvimento do indivíduo.

Diante de tantas mudanças e (re)configurações, a família pode se apresentar em diferentes formatos, diferentes lugares, deslocada, mesmo que temporariamente, de seus significados, reconstituindo seus conteúdos, ou em processo de rearranjo e redefinição de suas formas, objetivos e fronteiras. Cedo ou tarde, fácil ou não, ela procura sua própria identidade.

2.3 Funções da família

Servindo como aporte às ideias de Ariès (1981), Malinowski (1973) nota que a família tem uma funcionalidade comum, independente de sua estrutura e a cultura a qual está inserida. Ela deve ser considerada como uma célula social onde são repassados conhecimento social, concepções, crenças e tradições experimentados durante o seu convívio como uma preparação socioemocional para um grupo social maior.

Em tudo isto há uma necessidade de uma especial cooperação entre duas gerações, a mais velha que transmite a tradição e a mais moça que a recebe. Vemos aqui, ainda uma vez, a família formando a verdadeira oficina do desenvolvimento cultural, pois a continuidade da tradição, especialmente nos mais baixos níveis do desenvolvimento, é a condição mais vital da cultura humana e esta continuidade depende da organização da família. É importante insistir no fato que, com relação à família humana, esta função, a manutenção da continuidade da tradição, é tão importante quanto a propagação da raça. Pois o homem não poderia sobreviver se fosse privado da cultura, nem esta sobreviveria sem a raça humana transportá-la (...) (MALINOWSKI, 1973, p.184)

Para Malinowski (1973) assim como Ariès (1981), a família tem uma função de repasse de valores a cada cultura, variando, contudo, as atitudes dos pais e mães frente a essa função. No livro “Sexo, Repressão e Sociedade Selvagem”, Malinowski (1973) procura estudar a relação familiar dos Ilhéus de Trombriand, que vivem no norte de Nova Guiné. A partir de observações peculiares deste grupo, inicia uma reflexão sobre a estrutura e função familiares, à medida que compara suas organizações sociais com a burguesia européia e os papéis desempenhados por homens e mulheres de ambos os grupos.

As famílias de Trombriand possuíam características predominantemente matrilineares. Nelas era deixada para a mãe a função de coordenar o grupo familiar. Elas eram autoridades a serem ouvidas, figuras centrais, responsáveis pela ordem e sustento do lar. Aos pais, ou aos que cumprem a função paterna, resta o cuidado, o interesse de ensinar e promover um ambiente emocional favorável ao desenvolvimento da criança, além da continuidade da cultura e organização social. Esta instituição é essencialmente fonte cultural.

Considerando que a gestação e a procriação ser um ato predominantemente biológico, Malinowski (1973) observa as mudanças na postura e na organização dos indivíduos quando o ideal de procriação é pensado. Tais mudanças são exemplificadas como os cuidados que a mãe começa a tomar frente a anúncio da gravidez, assim como a postura dos pais com os cuidados com quem procria, a sua esposa, cuidando, de sua maneira, das necessidades maternas, além da segurança.

Porém, a peculiaridade da família humana que não é observada na família animal. Enquanto esta se dissolve com a cessação da necessidade biológica do acompanhamento, na família humana tal relação tende a perdurar ao processo de educação, transmissão de conhecimento, construção de atitudes sentimentais e morais, e compreensão de leis e costumes (MALINOWSKI, 1973; LÉVI-STRAUSS, 2009).

Para estes dois últimos autores, as relações familiares permeiam um estreito limiar entre o biológico, que se volta aos cuidados para a sobrevivência dos entes, e o cultural, baseado nas respostas aprendidas em cada grupo desde o anúncio da gravidez com a preparação para o resguardo, os cuidados necessários para o melhor desenvolvimento do filho, permitindo, com isso, o envolvimento dos pais e pessoas próximas para este objetivo, além do estreitamento dos laços afetivos, determinações sociais no cumprimento de suas funções parentais.

Já comentava Lévi-Strauss (2009), que o homem é um ser biológico ao mesmo tempo em que um indivíduo social. Assim, em família, ele assume atitudes instintivas de manutenção de si e sua prole, bem como manifesta ordem, regras e papéis que pertencem à sua cultura. É universal a procriação,

porém os cuidados pertencem a outra ordem. Ambas estão intimamente relacionadas, distanciando os seres humanos de outros animais.

A exemplo de tal afirmação, podemos citar a interdição do incesto, que proíbe relacionamento entre parentes próximos. Essa proibição, que rege relacionamentos afetivo-sexuais entre pessoas consanguíneas e próximas de convivência, é universal, porém observamos uma variação cultural. Neste sentido, Lévi-Strauss (2009) aponta o transpasse dessa temática entre a natureza e a cultura, pois é observada em todas as sociedades, mas se apresenta em diferentes contextos com variações e particularidades de cada cultura.

Vemos com isso que a permanência de laços familiares e a correspondente atitude biológica e cultural são inerentes às relações e, ao mesmo tempo, indispensáveis à continuidade da tradição, propagação dos valores e para a cooperação cultural. Neste fato, distingue-se o homem do animal, pois na sociedade humana a extensão de laços familiares vai para além da maturidade dos filhos e são condicionados por desejos, o que representa a cultura e não a biologia.

Deixaremos para aprofundar sobre o problema que envolve o incesto no capítulo que aborda as ofensas sexuais com mais distinção. De qualquer maneira, percebemos a importância de observarmos que as relações de parentesco não acontecem de forma automatizada ou somente biológica, mas também devido a aspectos pessoais, culturais e sociais que envolvem tal relação e que orienta a organização e os papéis parentais.

A família, além da reprodução biológica, reproduz valores, costumes e crenças através da função ideológica que exerce ao introjetar a seus membros esses padrões de comportamento, que devem ser considerados pelas sucessivas gerações. Dessa maneira, como ressignificar a família como função balizadora é essencial, reposicionando-a como guardiã de nossas identidades pessoais como concordam os autores supracitados?

Partindo da evolução histórica e das mudanças nos diferentes tipos de relação entre os indivíduos, torna-se necessário o aprofundamento a respeito da questão funcional da família.

De acordo com Oliveira (1985, p. 12),

[...] pode-se dizer que a família é concebida como um subsistema estruturado, dentro de outro sistema social maior e complexo, no qual as relações entre os seus componentes seguem um tipo de padrão, sendo reguladas por um conjunto de normas.

Mesmo a tantas mudanças, a sociedade tem expectativas sobre o grupo familiar e determina funções ao mesmo. Cabe à família, portanto, a missão de suprir tais expectativas sociais, realizando os objetivos impostos e cumprindo as metas. Segundo Oliveira (1985), o subsistema família tem duas funções básicas: a reprodução e a educação aos imaturos. A família deve estar preparada para se reproduzir a fim de subsistir às gerações mais antigas. Essa inserção de novos indivíduos no grupo deve ser feita de maneira consciente, de modo que devem ser educados para manter os padrões e a organização social, tanto da família quanto da comunidade.

Por outro lado, Prado (1995, p. 37) considera que a família “[...] tem inúmeras funções, mas quatro são prioritárias e exclusivas: a de reproduzir-se, a de identificação social, a socialização e a denominada função econômica.”

De acordo com esta autora, a primeira função coincide com a colocada por Oliveira (1985), a de reprodução, uma vez que a família tem a função de trazer ao mundo novos indivíduos para substituir os mais velhos ou falecidos. A partir de então, seria garantida a perpetuação da espécie e a manutenção de hábitos, costumes e valores. As novas gerações vão ser criadas e educadas seguindo os padrões sociais da época, a fim de perpetuar as responsabilidades impostas pela cultura.

Outra função importante é a inserção do indivíduo na sociedade por meio da identificação social e socialização dos filhos. A identificação, neste caso, teria a finalidade de nomear ou reconhecer a filiação do indivíduo necessária ao convívio social, mostrando sua origem e seu papel no meio social, papel este que continua sendo passado no processo educacional do indivíduo pela família (PRADO, 1995).

É no comportamento social do indivíduo que pode ser notada a eficácia dos objetivos familiares e a educação para manutenção dos padrões e normas, uma vez que o comportamento social nada mais é do que a demonstração

individual do que é aceito ou concebido pelo indivíduo, explicitando os valores e costumes do grupo, neste caso, a família.

Kehl (2003) expõe como ponto principal da educação infanto-juvenil a orientação quanto à interdição do incesto e à sexuação. Estas resumem o desempenho familiar na formação do sujeito, assim como oferece informações importantes sobre responsabilidades em relação às normas de convívio social.

Outra característica citada por Prado (1995) é a função econômica, uma vez que a família deve auxiliar o crescimento profissional e fixar o status social de seus membros, ou seja, oferecer ambiente propício para que o indivíduo possa pelo menos se manter na posição ou status em que vive, assegurando a comodidade dos integrantes.

Nota-se que não há contraposições entre os autores, havendo na visão de Prado uma complementação das funções identificadas por Oliveira. Já Parsons e Smelser (*apud* OLIVEIRA, 1985, p. 19) consideram que a estrutura funcional da família:

[...] é formada por quatro processos funcionais que devem, segundo eles, ser levados em consideração na análise dos sistemas sociais: a perseguição dos objetivos, a adaptação, a manutenção dos padrões e a integração das funções da família enquanto considerada instituição.

Esses processos estão interligados e embutidos no sistema de maneira a serem realizados independentemente da particularidade da instituição, das normas e da cultura em que vivem. Fatores que não esgotam o entendimento do que seja uma família, uma vez que esta se revela como um instrumento de controle social, por meio das relações parentais características e particulares de cada grupo, visando que seus membros, principalmente os filhos, internalizem normas sociais e valores de sua época.

Aliado aos aspectos socioculturais da família verificam-se os relacionados à questão psicoemocional, percebendo-se que é no ambiente familiar que se configuram os traços psicológicos e da personalidade, no qual, segundo Knobel (1992), os mais velhos, os mais amadurecidos tendem a ser modelos a serem seguidos pelos mais novos, em que os pais irão oferecer aos filhos exemplos de como se conduzir na vida para depois usufruir a repercussão que o exemplo tenha na sua conduta e participação na sociedade.

O autor prossegue dizendo que não há melhor escola de formação cultural, social e, sobretudo, psicológica do que o ambiente familiar. Neste aspecto, teorias psicológicas diversas e diferentes orientações poderão servir como base educacional e formativa para jovens e adultos.

Isso pode ser observado nas obras de Bowlby (2002), que discutem a importância da convivência em grupo e dos relacionamentos parentais para o desenvolvimento afetivo dos entes. Para ele, os pais, mesmo aqueles que não proporcionem um ambiente com todas as condições para o desenvolvimento, fornecerão ao menos uma referência de história de sensação, ainda que aparente, de segurança com os quais os filhos se identificam.

Bowlby (2002) revela que a família tem funções especiais e indispensáveis, desde as necessidades biológicas no período que ele considera de imaturidade, ajudando o bebê a satisfazer as necessidades fisiológicas imediatas, tais como calor, abrigo, alimentação, segurança, assim como proporcionar um ambiente que possa proporcionar ao máximo as capacidades físicas, mentais e morais. Tais funções trazem consigo o objetivo de auxiliar as crianças, de afeto e proteção, desenvolvendo habilidades sociais e afetivas futuras.

Aproximando-se da exposição de Bowlby (2002), Sarti (*apud* CARVALHO, 1995) explana sobre a função familiar. Neste ponto, atribui à família a função de alicerçar relações, favorecendo os membros do grupo a união estáveis, fundadas no princípio da reciprocidade, solidariedade, respeito à hierarquia e geracional, além de segurança para que seus membros consigam encontrar apoio na busca dos objetivos comuns, assim como na formação de sujeitos e integração social e profissional dos entes.

Vale ressaltar que esta consideração de Bowlby (2002) traz consigo outro fator importante ao desenvolvimento pessoal, os modos relacionais observados pela criança e pelo adolescente que transmitem significados, aproximações afetivas, capacidade de se envolver e formas de relações que servirão de modelos para futuras relações, que o autor define como “Hereditariedade de características”.

A responsabilidade de tal instituição pode transparecer, neste sentido, como uma “carga” de responsabilidades para com os entes e de resultados a serem dados à sociedade, para qual os responsáveis nem sempre estão

preparados e trazem consigo, muitas vezes, uma carga emocional que pode repercutir nos cuidados e no desenvolvimento afetivo dos filhos.

As dificuldades emocionais encontradas na família contribuem, desta maneira, ao aparecimento de distúrbios de personalidade e necessidades neuróticas que colaboram aos desajustes em relacionamentos afetivo-sexuais futuros, seja numa busca incessante por um objeto de amor que nunca recebeu e que não encontrará num relacionamento conjugal, assim como dificuldades de encontrar segurança em si e aproximação de terceiros.

Graves problemas no seu relacionamento com outras pessoas. Algumas delas [crianças] não eram capazes de manter, com sucesso, nem mesmo contatos superficiais; outras se saíam bem com amigos e conhecidos casuais, porém mostravam-se incapazes de estabelecer relacionamentos próximos e íntimos com qualquer pessoa [...] Os problemas estendiam-se ao trabalho de cada uma e poucas utilizavam mais do que uma pequena parcela de sua inteligência e capacidade naturais [...] O que todas essas moças, infelizes e impedidas por necessidades inconscientes, procuravam às cegas, ao ter um filho ilegítimo, era uma saída a seu dilema emocional. Não é estranho que não se possa encontrar, entre elas, quase nenhuma realmente que tenha se importado ou tenha sido feliz com o pai do seu filho. (BOWLBY, 2002, p. 96)

O que se verifica é que, no caso da função psicológica da família, o exemplo do comportamento dos pais tem uma capacidade de definição de personalidade muito grande, através da criação da imagem de figuras parentais desenvolvidas pelos filhos desde a infância. Knobel (1992), compartilhando dessas ideias com Bowlby, diz que são os pais que darão aos filhos as bases psicológicas, dinâmicas que constituirão a personalidade, uma vez que é no lar que as pautas culturais e sociais são aprendidas. Os pais seriam, dessa forma, “mestres naturais dos filhos” (p. 34).

Observa-se que, apesar das transformações que continuarão ocorrendo e da constatação da diminuição de famílias com o modelo patriarcal em sua constituição, aquelas idealizadas por muitos, não devemos nos esquecer que, independente da sua forma, é na relação com pessoas de referência que o indivíduo inicia seu primeiro contato. É nesse relacionamento que deve ser preservada a saúde física, repassados crenças e valores importantes para o desenvolvimento social da criança e do adolescente.

Diante disso, nota-se que a socialização é primordial. Porém é necessário o exercício nos contatos familiares diários ou com pessoas de

referência para que seus descendentes possam aprender com estas vivências. Como complementado pelos estudos de Mello e Romanelli (*apud* CARVAHO, 1995), tal proposta pode ser alcançada independente a organização e estrutura em que convivam, contanto que consigam encontrar tais propostas de envolvimento afetivo e modelos de conduta para que possam ser favorecidos.

No comportamento social do indivíduo é que pode ser notada a eficácia dos objetivos familiares, a educação para a manutenção dos seus padrões e costumes, uma vez que o comportamento social nada mais é que a demonstração individual do que foi aprendido e vivenciado como costumes e valores sociais.

Vale ressaltar a importância da participação das escolas, grupos de convívio e redes sociais mais amplas no desenvolvimento da criança e do adolescente, pois é em relação que ele interage e desenvolve suas habilidades, num processo de aprendizagem contínuo.

Percebe-se, neste sentido, que o controle realizado, de certa forma, frente à instituição familiar impõe responsabilidades sobre cada um de seus participantes, permitindo uma variedade somente no que se refere à ordem social a qual pertencam, requerendo dos indivíduos mudanças constantes a respeito de seus papéis e, conseqüentemente, seus deveres e direitos.

3 ADOLESCÊNCIA

“O sujeito só o é por ser apenas seu assujeitamento ao campo do Outro.”
(Lacan)

A adolescência tem despertado grande interesse aos meios de comunicação e nos espaços acadêmicos. Entender as mudanças, o período do desenvolvimento, as necessidades, os desejos, as relações socioafetivas e as identificações neste período podem auxiliar na compreensão das nuances desta fase, assim como o trabalho com esse público. Para tanto, torna-se necessário que comecemos a estudá-la a partir de sua etimologia.

De origem latina, a palavra adolescente vem de *adolescere* – crescer para a maturidade, engrossar, tornar-se maior, atingir a maioridade. Segundo Rezende citado por Passos (2002), esta fase pode ser definida cronológica, sociológica e psicologicamente. Cronologicamente como sendo o período que varia dos doze aos vinte e um anos. Sociologicamente como um período de transição do estado de dependência para o de autonomia. E, psicologicamente, por ser um período crítico de definição do ego, com a estruturação da identidade e grandes mudanças na personalidade.

Sobre esta etapa da vida serão abordadas as principais características, transformações e consequências decorrentes a ela, visto ser uma fase de grande importância, sobretudo do ponto de vista psicológico, o que traz aos estudiosos a curiosidade em aprofundar sua caracterização conforme as linhas teóricas apresentadas.

Antes, no entanto, faz-se necessário esclarecer a diferença e a ligação entre adolescência, pubescência e puberdade, termos usados por diversos autores para orientar sobre características comuns deste período.

A adolescência, segundo Papalia (2000, p. 446), “é a amplitude de tempo entre a infância e o estado adulto”. É neste momento em que o sujeito se encontrará no processo de desligamento de uma posição infantil com todas as suas limitações e possibilidades para, rapidamente, a condição adulta e todas as suas responsabilidades e atribuições.

Na caracterização da adolescência, os aspectos físicos e psicológicos tornam-se mais visíveis em suas alterações que os outros, sobressaindo, desta maneira, por sofrerem importantes influências biogenéticas e socioculturais no desenvolvimento da personalidade.

Pubescência é o termo utilizado para denominar o processo maturacional dos órgãos sexuais do indivíduo antes da adolescência. É neste período que acontecem mudanças biológicas e fisiológicas associadas ao amadurecimento sexual e das funções reprodutivas. Ao final deste processo, quando os órgãos sexuais já estão desenvolvidos e a capacidade de reprodução é existente, diz-se que o indivíduo, então, “chegou à puberdade”. Este é o critério essencial para a denominação de “adolescente”, visto ser o ponto inicial, para muitos estudiosos, característico desta fase (MUUSS, 1996).

Na pubescência, as primeiras mudanças observadas são transformações físicas, como aparecimento de pelos, amadurecimento dos órgãos sexuais, assim como alargamento de partes específicas do corpo como tronco e cintura. Para este trabalho devemos considerar as observações iniciais de Mussen *et al* (1990) e Papalia (2000), que apontam o desenvolvimento mental, cognitivo, emocional como aspectos amplamente modificados e que possibilitam uma reestruturação da identidade, a ampliação de repertório de atitudes sociais às situações vivenciadas, além do maior interesse e envolvimento na formação de novos vínculos de amizade e relações afetivo-sexuais comuns, importantes na constituição subjetiva. Abordaremos com isso os aspectos psicossociais para focar em nosso objeto de estudo.

Atentamos, porém, que são apresentados três conceitos diferentes, mas que estão fortemente relacionados. A pubescência como processo de desenvolvimento para chegar à puberdade e que tem por característica o amadurecimento dos órgãos sexuais, e a adolescência, que é o período despertado pela puberdade, na qual se apresenta particularmente pelas mudanças psíquicas do mundo infantil para o adulto.

Em termos cronológicos, a adolescência pode ser considerada como uma fase ou um período aproximadamente de onze a vinte e três anos, variando conforme o enfoque abordado, a cultura da qual faz parte e a individualidade. Sociologicamente, compreende-se como fase maturacional em que o indivíduo começa a se tornar independente – característica da fase

adulta – por meio de novas responsabilidades adquiridas com o seu crescimento. A partir daí, emergem novas condições sociais nas quais o indivíduo participa e deve desenvolver outra posição relacional. Independente da linha estudada, a puberdade deve ser considerada como um processo natural, uma condição humana, enquanto a adolescência é particular, caracterizada por mudanças nos aspectos psicossociais que influenciarão na reestruturação de identidade e que deve ser considerada como um aspecto único a cada cultura, relevando suas peculiaridades (MUUSS, 1966).

Para a Psicologia, a adolescência é a fase de transformações em que ocorre redefinição e estruturação da identidade do indivíduo, suas ideias, comportamentos, valores e modos de interação interpessoal, construídos desde a infância, em relação a si e ao mundo. Esta é a perspectiva a qual aprofundaremos a fim de compreendê-la.

León (2009) aponta diferentes modos de conceitualizar e delimitar a adolescência, que podem ser concebidos por enfoques variados, nos quais opera uma multiplicidade de fatores, características e elementos, uns com mais relevância que outros, mas todos transitando pela ênfase nas transformações físicas e biológicas, intelectuais e cognitivas, de identidade e de personalidade, sociais e culturais, morais e valorativas. Para o referido autor, as principais concepções sobre adolescência podem sintetizar-se em três teorias: a teoria psicanalítica, a teoria sociológica e a teoria de Piaget.

A primeira concebe a adolescência como resultado de um processo do desenvolvimento observado na puberdade, o qual leva à modificação por meio de um desequilíbrio psíquico, produzindo com isso a vulnerabilidade da personalidade. Neste período ocorre o despertar da sexualidade e também a modificação dos laços de família de origem, o que podem resultar na desvinculação destes laços, com atitudes de oposição às normas, gerando novas relações sociais.

Para Macedo, Azevedo e Castan (2004), a adolescência é abordada pela Psicanálise como um período de mudanças significativas e que traduz a continuidade do desenvolvimento psicosexual. Para as autoras, a adolescência pode ser caracterizada como um período em que o sujeito está em um “processo na busca de si mesmo”, no qual vai encontrar dificuldades,

incertezas quanto aos acontecimentos ao seu redor, assim como à sua própria existência.

Neste período o adolescente revive situações passadas, possibilitando um trabalho de reestruturação psíquica, estabilização do ego, reorganização das pulsões, acomodando-se às mudanças físicas que observa, como iniciantes deste processo, assim como alterações psíquicas, trazendo como resultado uma nova configuração identitária.

Na perspectiva teórica da sociologia, a adolescência é resultado de tensões e pressões que vêm do contexto social, fundamentalmente daquelas relacionadas com o processo de socialização que o sujeito realiza, com a aquisição de novos papéis sociais e atribuições para o bom desempenho desses papéis.

A teoria de Piaget tem como base as mudanças observadas no pensamento durante a adolescência, quando o sujeito tende à elaboração de planos de vida e as transformações afetivas e sociais estão unidas a mudanças no pensamento. Segundo esta perspectiva, a adolescência é resultado da interação entre fatores sociais e individuais.

Diante dessa difusa diferenciação conceitual, assim como a especificidade do caso, não é incomum observar aproximações ou mesmo superposição, como comentava Léon (2009), entre uma teoria e outra, mas que delimitam a superposição de fatores biológicos, sociais e de subjetivação.

Mas como se reconhece a adolescência? Segundo Justo (2005), é uma fase de grandes transformações psicobiológicas e sociais, responsáveis pelo que considera como o último grande impulso do processo do desenvolvimento, denominando como o período das realizações fundamentais e do chama de acabamento final do sujeito.

Na visão dos autores utilizados a este trabalho, a adolescência é considerada como mais um período da vida humana, mas com características visíveis e significativas, em um curto espaço de tempo, relacionadas a aspectos diversos, refletindo desde as questões hormonais, passando pelas exigências de habilidades para a interação social, até a elaboração subjetiva e a formação da sua identidade.

As sociedades estabelecem seus próprios critérios para a definição do estado adulto, mais em termos de tradição social que de maturidade biológica. As culturas variam, acentuadamente, nas definições do estado adulto, pois os meios culturais diferem muitíssimo e de formas surpreendentes, produzindo adultos típicos e visivelmente diferentes. O temperamento nacional [...] resulta muito mais de diferentes expectativas e procedimentos culturais, em relação às crianças e adolescentes, do que as de herança racial. (CAMPOS, 1993, p. 29)

León (2009) informa que, por ser mais um período no desenvolvimento humano e conhecido principalmente por ser uma fase de transição, a adolescência não traduz-se, com isso, em um momento estacado, um período de "moratória inativa", como denomina o próprio autor, mas sim um período repleto de mudanças em curso, que se desenvolve.

O desenvolvimento psicológico vai influir em todas as atitudes do adolescente frente às situações que a vida venha a apresentar, tanto no campo físico, como no emotivo, social, ético e cultural. Os fatores do desenvolvimento mental e sua atuação, segundo Campos (1993, p. 39), podem ser resumidos na seguinte citação:

Progresso na atividade mental, através da melhor utilização da percepção, imaginação, memória, lógica e atenção;
Aumento da capacidade de controlar a imaginação (...);
Maior possibilidade de utilizar a atenção voluntária;
Aumento da sensibilidade na recepção de estímulos, como decorrência do próprio aumento da experiência de vida;
Maior riqueza dos estímulos ambientais;
Desenvolvimento da consciência de si mesmo, descoberta do mundo interior que leva à reflexão;
Perda do interesse pelos conhecimentos que apelam para os órgãos sensoriais, para o contato com a matéria. É atraído pela sensibilidade interna, pelas experiências afetivas;
Desenvolvimento do espírito crítico.

Nota-se que, à medida que o adolescente torna-se intelectualmente amadurecido, ocorrem modificações no pensamento e na formação de ideias e, dentre as modificações, verificam-se como as mais evidentes a capacidade de generalizar, de lidar com abstrações e símbolos, de tratar com o conceito de tempo e com ideias sem envolvimento pessoal imediato. Há também aumento do interesse em explorar a si mesmo e aos outros. Estas modificações oferecem a oportunidade ao adolescente de ser sujeito, com pensamentos singulares, características e sentimentos únicos, que lhe possibilitam uma análise crítica a tudo o que acontece.

No que se refere à capacidade mental do adolescente, observa-se que esta, dentre outras características, pode influenciar a ideia e a avaliação que o adolescente faz de si mesmo, constituindo-se, dessa forma, em uma característica muito importante nesta fase.

Paralelamente e influenciado pelo desenvolvimento mental, acompanhamos também o desenvolvimento emocional. A emoção deve ser considerada, pois é a partir dela que o indivíduo encontra a força construtiva e estimuladora da atividade humana, impelindo os seres humanos à ação. Entretanto, se mal conduzidas ou interpretadas, convertem-se em forças destrutivas, desintegradoras da personalidade, tornando-se frequentes e reprimidas, descontrolando o comportamento adolescente.

Campos (1993, p. 50) diz que:

Quando atinge a adolescência, uma criança já vivenciou múltiplas e variadas experiências emocionais. Agora, alcançando a fase da luta pela maturidade de adulto, em todos os aspectos da vida, também precisa lutar para se tornar madura emocionalmente. Uma pessoa emocionalmente madura é capaz de satisfazer suas próprias necessidades, impulsos e desejos razoavelmente bem; como ainda, paralelamente, é capaz de satisfazer às exigências da sociedade em geral.

Segundo Melucci, citado por Dayrell (2003, p. 42), existe uma sequência temporal no curso da vida cuja maturação biológica desperta para outras potencialidades, como podemos observar na descrição abaixo:

(...) é possível marcar um início de juventude quando fisicamente se adquire a capacidade de procriar, quando a pessoa dá sinais de ter necessidade de menor proteção por parte da família, quando começa a assumir responsabilidades, a buscar independência e a dar provas de auto-suficiência, dentre outros sinais corporais e psicológicos.

Porém, não é por essa visão que Birman (2006) observa a adolescência. Para o autor, a leitura psicobiológica que nos dava norte para o início e final de tal período, dando-nos parâmetros objetivos de fundamentação e modelo, já não serve mais. O fundamento biologicista hoje deve ser considerado também com a participação de atuações institucionais, sociais, de educação, trabalho, saúde e família como fatores que também referenciam na construção histórica do sujeito

Birman (2006) aponta à Psicanálise o mérito de desbiologizar o desenvolvimento infanto-juvenil, inscrevendo este acontecimento, como outros, no registro simbólico do indivíduo, na construção de sujeitos com história, assim como o faz Ariès (1994) quando ressignificou as construções na infância.

Utilizando a definição de Dayrell (2003), ser sujeito é participar de uma construção histórica constante, uma pessoa portadora de desejos e movida por eles, um ser em relação que interage, ocupando um lugar nas relações, um sujeito que é ou virá a ser diante de suas potencialidades, um ser igual em aspectos naturais da espécie e singular em suas especificidades.

Frente às mudanças de concepções, devemos atentar, como bem pontuam Birman (2006) e Kehl (2004), o alongamento do período da adolescência na pós-modernidade. Birman (2006) aponta que, com essas mudanças de ponto de vista, a adolescência tem se iniciado cada vez mais cedo e se prolongado, em alguns casos, a anos mais tarde. Tais mudanças de concepção se dão devido à exigência do que ele chama de *performance* realizada pelas crianças hoje no que se refere à multiplicidade de atividades ligadas à educação e ao aprendizado, preparando-se cada vez mais cedo para o mercado de trabalho e para a competitividade que ele exige.

Kehl (2004) traz uma visão complementar ao perceber que, precocemente, estimula-se a necessidade de se tornar adolescente e adulto, atrás de uma liberdade e autonomia possíveis a cada fase, porém não são fornecidos subsídios suficientes para que os sujeitos assumam as responsabilidades desta condição. Neste sentido, os adolescentes estão desamparados por falta de referência, modelos, instrumentos satisfatórios que os subsidiem e amparem as suas necessidades.

Com tantas transformações econômicas, sociais e culturais, os jovens de hoje ganham espaço e liberdade, mas estão desamparados, por outro lado, devido à falta de referências, tendo que buscar outras fontes de identificação que contribuam no processo de subjetivação, dentre as quais podemos citar: avós, vizinhos, babás, televisão, internet, personagens de jogos e filmes, artistas, amigos, dentre outros.

O texto de Birman (2006) traz a discussão sobre as mudanças culturais, a liberdade conquistada pelos jovens, assim como as mudanças relacionais

observadas, principalmente nas relações familiares em que os pais saem do seus papéis para ocuparem outros lugares, deixando seus filhos sem uma referência social e afetiva primária.

Esse deslocamento é sentido por crianças, jovens e adultos, com os vazios que se criam, com mudanças e os preenchimentos a outras necessidades e desejos que, algumas vezes, não completam sentimentos ou realidades, fazendo com que estejam desassistidos sem apoio, sem referência e descontraídos em seus espaços e papéis.

Rodolfo (1999b) e Ruffino (1999) alertam para tal realidade. Os agentes de subjetivação atuais estão saindo do núcleo familiar diante da precariedade de muitas relações para meios externos como grupos, tecnologias, mídias, outros adultos que oferecerão algum suporte nos seus questionamentos ou crises. Essa ruptura de laços simbólicos e de referência antes encontrados no núcleo familiar deixa o adolescente deslocado frente às ressignificações da fase.

Podemos entender este período como um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que possui características comuns e especificidades diante da importância da fase, as descobertas, o processo de desenvolvimento, a aprendizagem e as representações de suas vivências.

3.1 Desenvolvimento social, subjetivação e identidade

Além das mudanças biopsicológicas, a nossa atenção é especialmente voltada ao desenvolvimento psicossocial, o processo de subjetivação e a construção da identidade neste período de significativas transformações corporais, cognitivas e socioafetivas em contextos culturais distintos.

O que se vê frequentemente com os adolescentes nos dias atuais é a diferença relativa às gerações passadas, assim como as especificidades em suas características em outras sociedades, principalmente mediante a diversidade sócio-histórica e cultural que permite essa distinção.

Para Allison Davis citado por Muuss (1966), o processo de socialização ocorre quando o indivíduo aprende e se adapta a novos valores, tradições e

culturas colocados pela sociedade. O comportamento do indivíduo deverá mostrar sua aprendizagem e adaptação quanto às normas sociais passadas pelos grupos dos quais faz parte, a exemplo da família: “O comportamento aceitável e inaceitável são definidos pela sociedade, ou por seus agentes socializantes, os subgrupos, as classes sociais, as castas.” (MUUSS, 1966, p. 108).

Face a isso, o desenvolvimento social do adolescente acontece à medida que este internaliza a concepção da necessidade do convívio social mais intenso, com a finalidade de adotar e perpetuar esses valores. A maturação social, bem como o desenvolvimento mental e emocional ocorrem gradativamente no desenvolvimento do ser humano, sendo, dessa forma, acompanhados por uma ampla variedade de definições e reações culturais.

Diante das características da fase adolescente, a definição da identidade se torna um ponto de grande importância no desenvolvimento do sujeito, de acordo com o qual Friedenberg, citado por Campos (1993, p. 37), acredita que existe uma incompatibilidade essencial entre a sociedade moderna e a adolescência, apontando em sua perspectiva a ideia de que “a formação da identidade adolescente realiza-se, principalmente, através de conflito com a sociedade.” Para o autor, a sociedade moderna estaria formando jovens conformistas, identificados com a escola e outros valores institucionais.

Podemos pensar hoje que, além da participação da escola no processo de construção da identidade do sujeito, o jovem conta com referências próximas às suas casas, artistas, profissionais, ídolos com quem se identificam, seja por produção à sociedade ou por partilharem ideias e comportamentos próximos. Os adolescentes buscarão, com isso, algo/alguém que esteja visível para trazer para perto de si como ponto de reconhecimento e apoio.

Para Stengel (2003), o processo de construção da identidade tem sido estudado ora enfatizando a influência da sociedade na formação do sujeito, ora focalizando a dimensão intrapsíquica. A identidade, neste sentido, é estruturada por uma localização e interação do indivíduo em um grupo.

O auge desta fase é caracterizado pela passagem do que Stengel (2003) e Justo (2005) chamam de círculo social restrito ou primário, caracterizando a

grande participação familiar no desenvolvimento, para um universo secundário, mais amplo, com redes sociais extensas. A conquista da autonomia, a iniciação ao mundo independente, com exposição de suas vontades e evolução intelectual, superação da tutela econômica e jurídica são alguns dos aspectos a serem considerados para este acontecimento.

A socialização primária - relações iniciais no desenvolvimento do indivíduo - é observada nos contatos familiares, e servirá como base para as próximas interações e referência para as socializações secundárias. Porém, estas também servirão para a constituição da identidade, considerando que este aspecto está em constante processo de transformação e de constituição.

O movimento de integração contínua de papéis, vínculos e valores encontra sua interface em uma dimensão intrapsíquica da construção da identidade. A integração contínua dos vínculos espacial, social e temporal resulta no sentimento de identidade. (MACEDO *apud* STENGEL, 2003, p. 26)

Stengel (2003, p. 27) complementa:

O indivíduo está constantemente envolvido no desempenho de papéis sociais, resultantes do conjunto de atributos e expectativas socialmente construídos e vinculados à posição social que ele ocupa. Esse jogo delinea sua identidade em uma trajetória que inclui continuidades e descontinuidades, reprodução e inovação, permanência e mudança. Assim, a identidade pode ser entendida como metamorfose, como proposto por Ciampa (1990).

Neste sentido, a identidade social deve ser considerada por sua interação e metamorfose diante da diversidade cultural, interações sociais vivenciadas, raça/etnia, classe social e gênero. Na formação do sujeito, esta última torna-se muito importante para a construção de uma identidade psicossocial do indivíduo.

Ao nascer, a criança traz consigo uma inscrição, um sexo que identificará e influenciará nas formas relacionais seguintes. A identidade sexual traz um significado e uma marca na sociedade, que repercutirá nos papéis e expectativas ante os comportamentos sociais esperados para cada sexo. Considerando esta inscrição inicial, são esperadas a construção da feminilidade ou masculinidade do adolescente em suas formas de relação e comportamentos que afirmem esta expectativa. Stengel (2003) e Giffin (1994)

apontam a importância da referência materna e de seu apego a esta figura na formação da identidade feminina. Representações e crenças associadas à participação da criança e do jovem assinalam limites dos papéis afetivos, familiares e sociais que cada um carrega como características, a exemplo das relações afetivo-sexuais, responsabilidades sociais, maternidade, dentre outros.

Tal afirmação é expressa na citação de Giffin (1994, p. 150) quando explica as relações familiares e a organização das relações sexuais de gênero:

Na medida em que a família é identificada como a principal instituição social que organiza as relações sexuais entre os gêneros, o controle social é visto como atuando diretamente sobre o corpo das mulheres, cuja identidade principal é a de mãe, e cuja sexualidade é socialmente aceita somente na reprodução de filhos legítimos.

Outro ponto a ser enfatizado são os modelos parentais que Stengel (2003), assim como Bowlby (1989) revelam como fontes de influência significativa na construção da identidade. Estes pais fornecerão base, modelos, formas de vinculação possíveis e que servirão como referência para futuros relacionamentos de trabalho, amizades, além das relações afetivo-sexuais.

Nas relações sociais o adolescente experimentará as antigas e novas formas de relação, estabelecendo vinculações variadas, transitórias ou não, para adaptações de hábitos, rotinas, valores e planos. Mas como é este convívio nos dias de hoje? A contemporaneidade traz consigo uma dinâmica acelerada, com um consumo elevado, apegos, descartes, instabilidades, que repercutem significativamente nas novas formas de relações.

Segundo Justo (2005) e Vaitsman (1994), a contemporaneidade traz consigo uma cultura a qual denominam de cultura de descartabilidade, caracterizada por sua constante renovação de demanda em uma busca de um objeto de desejo e prazer constante. Tal organização de estrutura repercute nas relações emocionais e afetivas, que, hoje, se observam mais rápidas, superficiais e que podem ser comparadas às relações de consumo.

Sem dúvida, um mundo que se apresenta móvel, caótico, fragmentado, inflacionado de signos, informação e linguagens, um mundo em constante movimento, produção e consumo que nada acaba ou completa, um mundo que interconecta os seus habitantes, deslocando-os ou inserindo-os em redes de comunicação, que os introduz em todo tipo de sistema Online, um mundo assim constituído não pode ser o lugar de personagens fixas, cristalizadas, unidirecionais nas ações, pensamentos, afetos, sentimentos e formas de expressão e comunicação. Mais do que um sujeito sedentário e sedimentário capaz de acumular, fixar, reproduzir, unificar, universalizar, o mundo contemporâneo solicita um sujeito capaz de multiplicar-se, fracionar-se, viver notadamente no plano intelectual, afetivo e social, um sujeito que não pare, mas que continue deslizando constantemente por espaços e tempo indefinidos. (JUSTO, 2005, p. 69)

Na lógica de compressão de tempo e espaço, como expõe Justo (2005), as relações passam a ser fluidas, breves e instáveis, o que pode ser observado nas novas modalidades de relacionamentos, como o “ficar”, “os namoros relâmpagos”, as relações sexuais e uniões que se apresentam como algo passageiro, de menor confiabilidade, ou baseadas em uma negociação de cossatisfação entre os parceiros, tema o qual nos deteremos posteriormente.

Nesta complexa teia de mudanças e variadas interações, o indivíduo desenvolve suas capacidades, experimenta situações em que promove sua autonomia, assim como possibilita a experimentação de formas variadas de relacionamentos que repercutem na construção de identidades até que estabeleça algumas as quais sobressairão e estruturarão sua identidade.

Observamos que, além das transformações da pubescência, o adolescente experimenta mudanças em seus sentimentos e emoções, sua organização psíquica e relações sociais. Com todas estas mudanças, o sujeito pouco se reconhece e ocorre, com isso, a busca de sua subjetividade e individualidade, tentando continuamente apropriar-se desse novo eu que está em transformação.

Para Macedo, Fensterseifer e Werlang (2004), muitas das dificuldades relacionais é resultado de uma revivência edípica que o adolescente a quer e ao mesmo tempo, a evita incessantemente, buscando a segurança possível na continuidade em sua condição infantil, mas, em paralelo, novas vivências são possíveis na condição de adolescente.

São nestas vivências, nos encontros com novos parceiros e grupos que o indivíduo busca identificações, um lugar de segurança com pessoas que estejam nas mesmas condições, promovendo uma socialização das sensações

comuns a estas mudanças, além da culpa, medo e dificuldades. Este compartilhamento, então, funciona como uma defesa frente à identidade que ainda não foi estabelecida.

As ressignificações vão dar um novo sentido a antigas relações e olhar ante o novo. A história pessoal deverá ser considerada, pois foram importantes para a formação da identidade, porém esta servirá como apoio a investimento em relações exogâmicas que possibilitarão novas vivências, repensar e reestruturar as relações antigas, além de reavaliar seu relacionamento com os pais.

É neste período, então, que ocorre o afastamento dos pais e o investimento em novas relações, nas amizades, em grupos com os quais o adolescente se identifica a cada momento e que podem oferecer novas realizações em suas vivências, assim como o contato com experiências particulares que serão importantes para escolha de seu caminho e na busca pela individuação.

Vale ressaltar que, mesmo com a busca por novas relações, o adolescente não se separa totalmente da família. Apesar desse afastamento e do aumento dos conflitos ante esse turbilhão de mudanças, o adolescente investe simultaneamente nas relações secundárias e nas relações primárias, que continuam sendo sua fonte de segurança e que o ligarão a sua condição e identidade infantis enquanto se organiza.

Como já discutido, passa-se por novas situações, mudanças para as quais os jovens muitas vezes não estão preparados para enfrentá-las, pelo nível de dependência da família ou imaturidade cognitiva e emocional, tendo que adquirir repertório de habilidades para um status diferenciado. Neste sentido, são exigidas do jovem novas responsabilidades sociais e morais, além de posturas diferenciadas a situações diversas, aprimorando a identidade construída na infância.

Contrariamente à ideia de Friedenberg, Keniston, citado por Campos (1993) argumenta que a sociedade moderna produz um estabelecimento da identidade nos adolescentes de maneira prematura, alienando os jovens dos sistemas de valores dos adultos. Para o autor, os adolescentes veem o mundo adulto com desconfiança, falta de expectativas, esperanças ou sonhos, reconhecendo que a vida adulta seria “fria”, exigente.

Diante de tais perspectivas, percebe-se que, enquanto o primeiro autor vê na juventude uma simulação precoce da maturidade através de meios sem conflitos com os valores sociais, o segundo autor visualiza uma luta sem compromisso e com certa desafeição pelo adulto.

Mas, então, onde se encaixa realmente a formação na adolescência? Será que essa inscrição precoce no “mundo adulto” é a real definição dessa fase? Ou momento sem compromisso, valia ou de confusão melhor a descreve?

Para Knobel (1992, p. 143),

[...] “adolescência” não é sinônimo de descontrolada alegria, de festas e privilégios, de irresponsabilidade. É também sofrer e viver no mundo com angústia e incerteza. É procurar solidão e esforçar-se por entender as contradições desse mundo adulto que frustra, proíbe e mente ao mesmo tempo em que exige comportamentos adequados e honestos. Isso confunde. Isso apavora... Isso não deixa desejar crescer.

Longe de entrar, ainda que precocemente, na sociedade adulta, o adolescente tenta desenvolver uma subcultura própria, com linguagem e padrões que contribuam para a distinção de sua identidade. E, muitas vezes, forçado pelos companheiros de idade, afasta-se da sociedade adulta, constituindo uma pequena sociedade, mantendo poucas conexões com a sociedade de fora, formando, assim, uma “cultura jovem”.

Ao longo do tempo a adolescência tem sido descrita como uma “anormalidade” normal (KNOBEL, 1992). Dessa forma, a busca da identidade, ou do “quem sou eu?”, torna-se um fator importante durante este momento, cujo esforço para dar sentido ao seu eu é parte de um processo saudável e vital, baseado em realizações que envolvem confiança, autonomia, iniciativa e que estabelece bases para que se possa enfrentar as crises de uma vida adulta.

Para Knobel (1992, p. 144), os pais têm papel de extrema importância nesta fase.

Os pais, [...] são as “figuras” que ajudam a configurar o mundo interno de cada pessoa, determinam grande parte de nossos modelos de vida e passam-nos os ideais de cultura na qual nascemos e crescemos. Fica difícil separar-se desse mundo interno tão precocemente constituído e que será o alicerce para futuros desenvolvimentos; sobre esses modelos constrói-se a identidade.

Segundo Kroger (*apud* PAPALIA, 2000, p. 342), “[...] para formar uma identidade, os adolescentes devem afirmar e organizar suas habilidades, necessidades, interesses e desejos para que possam ser expressos em um contexto social.”.

Neste período, um perigo real seria a confusão de identidade, que poderia retardar a maturidade psicológica do adolescente. Embora certo grau de confusão seja considerado normal, percebe-se que a intolerância para com as diferenças – considerada um marco do quadro social da adolescência – pode fazer com que os adolescentes regridam à infantilidade para não ter que resolver conflitos próprios desta época da vida. Outra reação seria a entrega impulsiva a ações impensadas.

Entre questões consideradas importantes para a busca da identidade, podem ser vistas a escolha de uma ocupação, a adoção de valores nos quais acreditem e segundo os quais vivam, e o desenvolvimento de uma identidade sexual satisfatória. O que se percebe é que, quando os jovens apresentam problemas para estabelecer uma identidade ocupacional, correm o risco de apresentar comportamento com graves consequências negativas, que podem ir da gravidez precoce à atividade criminosa.

Apesar do desenvolvimento da identidade ser um processo que dura toda uma vida, a sua busca ou o senso de identidade é extremamente relevante durante a adolescência, visto ser nesta fase que se estrutura o adulto do futuro. Embora seja transitória, cabe aos pais, professores e adultos, de modo geral, entender esta etapa da vida, ajudando os jovens a construir seu mundo interno na base de figuras mais positivas e construtivas possíveis, no sentido de proporcionar a possibilidade de viver a adolescência em plenitude, com um olhar profundo, confiante e tranquilo no futuro. A identidade, segundo Macedo, Fensterseifer e Werlang (2004), então, vai tomando uma forma à medida que o indivíduo consegue integrar suas experiências do passado com as atuais, assim como projetar-se no futuro com a ideia de continuidade.

Ainda que se veja na literatura a menção constante de que a adolescência é a transição entre infância e fase adulta, dizer que é uma fase

transitória e com crise é muito generalista. Num certo sentido, todas são transitórias e passam por crises específicas. Na medida em que passamos por elas, repensamos novas formas de relação e integração dos nossos papéis em nossas vidas, assim como evoluímos para próximas etapas continuamente.

Os amigos e companheiros desempenham um papel importante no desenvolvimento psicológico e social da maioria das crianças e adolescentes. A relação com companheiros do mesmo sexo e do oposto durante a adolescência serve como um ensaio para as relações da vida adulta, seja em nível social, de trabalho ou em interações com membros do sexo oposto.

É possível verificar que os adolescentes acreditam, muitas vezes, que o amigo mais próximo o entende melhor do que seus próprios pais. Este fato ocorre porque a relação com os membros da família pode ser carregada de emoções e situações conflitantes, sobretudo nos primeiros anos da adolescência, quando desejos de dependência coexistem com a luta pela independência; quando a hostilidade é misturada com o amor e ocorrem conflitos com valores culturais e comportamentos sociais, tornando mais difícil para o adolescente compartilhar muitas áreas de sua vida interior e de seu comportamento exterior com os pais.

Percebe-se, no entanto, que as relações com os companheiros nesta fase da vida podem ser, muitas vezes, prejudiciais, embora o desejável é que a maioria das experiências de um adolescente com companheiros seja positiva.

De acordo com Mussen *et al* (1990), os adolescentes são mais dependentes das relações entre companheiros do que crianças mais novas, pelo fato de que os laços com os pais tornam-se, a cada dia, mais fracos à medida que adquirem mais independência. Porém, relações parentais vivenciadas por eles podem influenciar nas escolhas e formas de interação futuras. Vale ressaltar que, mesmo que eles busquem a sua autonomia e estejam cada vez mais envolvidos em grupos de interesse, não se traduz que os laços familiares se extinguem. Eles continuam existindo e sendo significativos em suas vidas.

3.2 Relações Familiares

Apesar da evolução da independência dos indivíduos na fase adolescente com relação à fase anterior, a infância, percebe-se que os jovens ainda são, de certa forma, dependentes da família quanto ao processo de socialização, por haver, nesta época da vida, uma necessidade da aquisição de algumas atitudes e habilidades que os tornem capazes de interagir socialmente.

Já foi visto que a família ajuda o indivíduo a atender às suas necessidades fundamentais, transmitindo padrões culturais estabelecidos pela experiência através dos anos e o preparando para o exercício das funções adultas. Entretanto, nas últimas duas décadas do século passado, foi possível perceber consideráveis mudanças na estrutura familiar quanto à divisão de trabalho, distribuição de autoridade, processos decisórios, padrões de comunicação e apoio emocional. Neste aspecto, o que se observa na cultura ocidental, no entanto, é a prevalência do tipo de família orientada por certos princípios éticos e determinado sistema de valores que funcionam como instrumento de estabilidade da própria sociedade (VAITSMAN, 1994; SINGLY, 2007).

Uma ideia que surge com frequência é a de que os pais e adolescentes não se relacionam bem. Essa ideia pode ter origem na primeira teoria formal da adolescência de G. Stanley Hall, que acreditava, de acordo com Papalia (2000), que os esforços dos jovens por se adaptar aos corpos e à realidade de aproximação da fase adulta anunciariam um período de “tormentas e desgastes”, levando, de maneira inevitável, ao conflito. Da mesma forma, Freud (1909/1976) achava que o atrito entre pais e filhos seria forçoso, pela necessidade de os adolescentes se libertarem da dependência de até então.

Ideia esta compartilhada por Rosa (1983, p. 95) quando diz que:

Talvez o ponto mais crítico da relação entre o adolescente e sua família seja o chamado “conflito de gerações”. Esse hiato que separa gerações é o resultado de mudanças radicais nas escalas de valores e nos padrões de comportamento que normalmente ocorrem em qualquer cultura em processo rápido de transformação, como é o caso da maioria das culturas do mundo moderno. Mas esse conflito parece ocorrer, sobretudo, por conta do fato de a nova geração ter maiores

oportunidades educacionais, sociais e culturais do que os seus pais quando eram adolescentes. Portanto, podemos dizer que se trata mais de um hiato cultural do que necessariamente de algo causado por fatores cronológicos ou de simples diferença de idade entre pais e filhos.

A maioria considerável de discussões que acontecem entre pais e filhos adolescentes estaria relacionada a quanta liberdade os jovens podem ter para planejar suas próprias atividades ou quando poderão exercer esta liberdade. E, no entendimento de Papalia (2000), estes conflitos ocorreriam mais frequentemente com as mães do que com os pais, talvez pelo fato de que elas estariam mais intimamente envolvidas com os filhos.

Neste sentido, um fator importante de observar é o que se refere ao papel da mãe, que, de acordo com Oliveira *et al* (2002), por ser socializada no sentido de assumir uma função central na família. Passaria, com isso, a transferir suas experiências de criação, seja em uma relação conjugal ou fora dela, em uma tendência a transmitir sua autoridade materna, principalmente quando esta relação se apresenta conflituosa.

Além desta inscrição cultural do masculino e do feminino, das relações de gênero sobre a forma de se relacionar em sociedade, são observadas mudanças também em outros espaços como no trabalho, participação social, nas relações afetivas, assim como no principal meio de transmissão dessa diferença, o corpo.

Macedo, Gobbi e Waschburger (2004) apontam o corpo como território da sexualidade. Nele estão inscritos códigos que nortearão o comportamento do indivíduo em sociedade e é diante de suas mudanças que cada um tem que tentar apropriar-se deste Eu. Na adolescência, a maturação genital traz consigo outras dúvidas, angústias e novos modos de interação com o mundo.

Esta maturação estabelece uma revivência edípica, em que o jovem repensará as formas de investimento nas relações parentais, buscando fora do seio familiar outro objeto de satisfação. Para as autoras supracitadas, o jovem sente angústia não só pelas mudanças corporais, mas pela consequência dessas mudanças, que traz consigo a possibilidade de concretização das fantasias incestuosas. Tal aspecto se torna tão assustador que ele busca o afastamento de seus pais para evitá-la, para assim buscar uma relação erótica possível.

Este afastamento dos pais, acompanhado pela introspecção, permite uma liberdade nunca tida anteriormente e que possibilita um contato com sentimentos, intensificando com isso suas sensibilidade e perceptividade próprias. Como consequência deste afastamento, o adolescente apresenta maior investimento na formação do Eu, ocorrendo assim o aumento do narcisismo. “Este narcisismo transitório possibilita ao ego um desenvolvimento essencial para a auto-estima, elemento muito importante nesta fase de transformações que interfere na redefinição da identidade.” (MACEDO, FENSTERSEIFER, WERLANG, 2004, p. 35).

Esse engrandecimento, como expressam Macedo, Fensterseifer e Werlang (2004), também pode ser prejudicial, pois da mesma maneira que exige uma expansão do mundo interno, pode trazer, por consequência, prejuízo nas percepções do mundo externo pela centralidade em si e pelo processo de autoconhecimento, provocando dificuldade de interação e conflitos em família.

A mudança de objeto de amor, entretanto, desenvolve um sentimento de insegurança, fragilidade ante a mudança de referência e a falta de orientações superegóicas como eram anteriormente estabelecidas na autoridade das relações parentais. O amigo passa, então, a ser uma figura importante na busca para alcançar o ideal de ego e é nele que são procuradas características as quais o adolescente gostaria de possuir, configurando o que denominam de uma busca objetal narcísica.

Diante das inconstâncias inerentes às relações e às fraquezas apresentadas pelos adolescentes, a amizade tornar-se-á ameaçada, denunciando a fragilidade do processo de idealização. Para lidar com isto, os ídolos e o amor platônico aparecem como forma de postergar tal mal-estar, assim como o encontro genital, o qual se torna possível com a puberdade.

Em geral, os jovens sentem afinidade com as pessoas ou coisas que lhes ofereçam mais possibilidades, ou que sejam culturalmente estimulantes, e, se a família e a sociedade não souberem canalizar as necessidades apresentadas pelos adolescentes, estes irão buscar a televisão, o cinema, a internet ou as revistas que lhes ofereçam uma saída. Caso estes recursos sejam de igual forma insuficientes, há uma tendência a que se busque o ato antissocial perverso, o uso de drogas, a loucura, entre outros (KNOBEL, 1992). O autor diz ainda que, não somente, mas principalmente para o jovem que

está amadurecendo para a vida, a família ainda é o grande “aconchego” da sociedade e, caso apresente falhas, estas devem ser corrigidas.

3.3 Relacionamento com amigos

A amizade na adolescência é um fator importante para que se possa enfrentar a transição própria desta fase, bem como a pressão proveniente dos pais, fazendo com que o jovem encontre conforto em estar com outros que estejam passando por mudanças semelhantes.

Nesta fase o grupo de amigos é uma fonte de afeto, solidariedade e compreensão, um incentivo para conquistar autonomia e independência dos pais. É, igualmente, um ambiente formador de relacionamentos íntimos que servirão para o ingresso na vida adulta (PAPALIA, 2000).

A confiança nos amigos faz com que os adolescentes sejam mais capazes de expressar seus pensamentos e sentimentos privados. Eles também são mais capazes de prontamente considerar o ponto de vista de outra pessoa, e assim, lhes é mais fácil compreender os pensamentos e sentimentos de um amigo. (PAPALIA, 2000, p. 361)

A autora ainda observa que a maior intimidade verificada nas amizades nesta fase está relacionada à adaptação e à competência social, em que adolescentes que têm amigos íntimos possuem melhor autoestima, consideram-se competentes, não possuem uma tendência hostil ou mesmo ansiedade e depressão, além de terem um bom desempenho escolar.

Percebe-se, nesta fase, uma “cultura adolescente”, em que a formação de grupos é um dos aspectos mais importantes por favorecer a definição da identidade do próprio indivíduo. No entanto, constata-se que, muitas vezes, a escolha deste tipo de grupo pode se formar com base em semelhanças físicas, que não se fundamenta suficientemente para que perdure, o que só acontece com aquele que se baseia em semelhanças psicológicas, formas de interpretação da vida, de pensamentos e afetividade próximas.

Algumas pessoas tendem a acreditar que, nestes casos, os valores paternos e dos grupos de adolescentes sejam mutuamente exclusivos e que a

dependência e a conformidade elevada aos amigos levem ao declínio da influência dos pais de uma forma geral. No entanto, de acordo com Mussen *et al* (1990), esse fato não se apresenta como verdade para a maioria dos adolescentes, uma vez que, inicialmente, há uma coincidência considerável entre os valores dos pais e dos amigos, principalmente pelas semelhanças culturais. E, além disso, nem a influência dos pais, nem a dos amigos estende-se a todas as áreas de decisão e comportamento adolescentes.

Na adolescência, os melhores amigos têm características de escolha afetiva e, preferencialmente, buscam estar juntos, seja só com o mais próximo, seja com o grupo ou a turma. E, quanto melhor psicologicamente estiver o jovem, maior facilidade terá para conviver socialmente, mantendo amizades e interagindo com sua realidade social (DAYRELL, 2003).

Para Jerusalinsky (2004), é no laço social que o adolescente exercita suas habilidades, vivencia a liberdade de seus pensamentos sem que fique capturado na dimensão ilusória do brincar, mas sem a responsabilidade final de um ato adulto, como se estivesse em um constante exercício hipotético, mas preparatório para outras situações.

No entendimento de Macedo, Fensterseifer e Werlang (2004), observa-se que no mundo moderno há uma tendência de o adolescente buscar apoio emocional no grupo do qual faz parte mais do que propriamente na família, uma vez que os companheiros ajudam, muitas vezes, o jovem a definir sua identidade, a alcançar autonomia pessoal e a fazer a transição necessária e efetiva para o mundo adulto.

3.4 Relacionamentos afetivo-sexuais

Segundo Castro, Abramovay e Busson (2009), as dimensões da sexualidade dos jovens no Brasil têm trajetórias singulares e são codificadas por perspectivas de gênero, classe, territorialidade, raça/etnia e construções sociais do ser homem e ser mulher, trazendo com isso aprendizagens, práticas e representações que tendem a reforçar assimetrias e reproduzir formas diferenciadas de relações.

Estes mesmos autores citam a perspectiva de Gagnos e Simon sobre uma interpretação social do comportamento social:

Gagnos e Simon procuraram substituir as teorias biológicas ou as psicanalíticas do comportamento sexual por uma teoria sexual dos roteiros sexuais. Nessa teoria afirmaram que os indivíduos usam a sua habilidade interativa, bem como material da fantasia e mitos culturais, para desenvolver roteiros (como deixas e diálogos apropriados) como modo de organizar seu comportamento sexual. “Eles distinguiram três níveis distintos de roteirização: os cenários culturais, que fornecem instruções sobre os requisitos narrativos dos papéis sociais gerais; os roteiros interpessoais, que são padrões institucionalizados de interação social cotidiana e os roteiros intrapsíquicos, que são detalhes que o indivíduo utiliza em seu diálogo interno com as expectativas culturais e sociais de comportamentos” (SIMON e GAGNOS, 1986, p. 94-104). Por exemplo, os roteiros interpessoais ajudam os indivíduos a organizar a própria auto-representação e a representação de terceiros para instaurar e exercer a atividade sexual, enquanto os roteiros intrapsíquicos organizam as imagens e os desejos sexuais dos indivíduos. Os cenários culturais moldam os roteiros interpessoais e intrapsíquicos no contexto de símbolos culturais e papéis sociais genéricos (como baseados na raça, no gênero ou na classe). (CASTRO, ABRAMOVAY E BUSSON, 2009, p. 77-78)

Neste sentido, partem da premissa de que, do entrelace entre gênero e geração, são configuradas as relações interpessoais juvenis, representação do outro e de si fundamentadas em cenários culturais, aprendizagens, traduções, reproduções e desconstruções.

Outra observação que devemos aproveitar é a encontrada na obra de Justo (2005), que aponta os desdobramentos das condições de vida criadas pela contemporaneidade e as subjetividades produzidas com e por elas, que inevitavelmente repercutem nos relacionamentos afetivos e sexuais. Neste sentido, os vínculos amorosos também transformam as relações sexuais, conjugais e familiares atuais.

As relações que correspondem simbolicamente às relações de trabalho e de consumo traduzem a plasticidade dos vínculos amorosos, como justifica Justo (2005), quando define relacionamentos baseados em sensações instantâneas, imediatas, que pouco favorecem a aproximação entre as pessoas e a criação de vínculos duradouros.

Trata-se, portanto, de um mundo que não favorece a aproximação entre as pessoas, a criação de vínculos duradouros, a associatividade e a grupalização. Nesse cenário, o adolescente se vê impelido a instituir o modo típico de relacionamento desse tempo: relações abreviadas, voltadas para a satisfação de necessidades e desejos imediatos, sem compromissos que ultrapassem o momento da relação. Usando uma expressão radical diríamos que os relacionamentos atuais são instantâneos, ou seja, possuem a exata duração da confluência de demandas efêmeras já que se renovam continuamente e se multiplicam. Não há lugar para relacionamentos duradouros articulados a um projeto futuro, capazes de catalisar demandas diversas e estabilizar relações, especialmente aquelas que circunscrevem pares, casais, pequenos agrupamentos e espaços afetivos locais. (JUSTO, 2005, p. 70)

Justo (2005), Stengel (2003), Macedo *et al* (2004) e Carvalho (2002) são unânimes em apontar o ficar como o tipo de relacionamento que envolve tais características do mundo contemporâneo e que atualmente é comumente observado na cultura adolescente.

A idealização observada nas amizades também acontece nos relacionamentos amorosos. Nestes o adolescente encontra a possibilidade de envolver-se com outras pessoas sem o compromisso a cuidados futuros e a continuidade no relacionamento, assim como permite experimentar seus desejos, sua sedução e o sentimento de prazer instantâneo.

O ficar não faz necessária a aproximação anterior das pessoas, ele pode acontecer entre pessoas que não se conhecem, as quais não guardam afetos, histórias, mas serve como meio de aproximação caso seja interesse em envolver-se, assim como experimentar e vivenciar sua vida afetivo-sexual inicialmente.

Como característica, o ficar designa um relacionamento episódico e ocasional, que, na maioria das vezes, tem uma curta duração, uma noitada, uma festa na busca de uma diversão. Stengel (2003) e Justo (2005) caracterizam tal relação como uma forma de aproximação despertada geralmente por uma atração e que acaba resultando em contato físico, geralmente envolvendo beijos, carícias e abraços no momento do encontro.

Apesar de ser um tipo de relacionamento comum nos dias atuais, para Justo (2005), o ficar traz consigo conflitos para os jovens a respeito de sua sexualidade e relacionamentos amorosos: “Por um lado, há uma busca de liberdade, prazer, felicidade e, por outro, dilemas, freios, contradições insuperáveis.” (p.74). Para ele, o ficar caracteriza a falta de uma perspectiva

futura, provocando com isso uma sensação de desamparo e insegurança, diferentemente de um compromisso sério, que assume os encargos domésticos e traz consigo a necessidade e as dificuldades da convivência diária.

Mesmo com a observação feita por Justo (2005), Stengel (2003) aponta que, apesar deste ser o relacionamento mais comum entre os mais novos, os jovens, com o tempo, vão procurando relacionamentos mais duradouros, como o namoro, principalmente entre as meninas.

O namoro é um relacionamento caracterizado pelo seu maior grau de compromisso e longevidade (JUSTO, 2005). Na maioria dos casos, “os namoros se iniciam com o ficar, mas nem toda *ficada* resultará em namoro. Para o ficar ter continuidade depende principalmente do interesse dos parceiros.” (STENGEL, 2003, p. 69). Para tal relação é necessário, contudo, um envolvimento afetivo, constante, duradouro e no qual o compromisso também está presente, objetivando, em algumas relações, o conhecimento e a aproximação ao parceiro para fins matrimoniais.

Os namorados não são escolhidos da mesma forma e com os mesmo requisitos que parceiros para uma ficada. Para os adolescentes, a beleza não é ponto primordial para o namoro (STENGEL, 2003), porém para aqueles que tenham o objetivo de um relacionamento mais sério, capacidade de comunicação, aproximação socioeconômica, sentimentos e idades próximas são requisitos a serem analisados.

Stengel (2003) aponta que os pontos supracitados apresentam peculiaridades entre os sexos e que refletem na escolha do parceiro. Para os meninos, o interesse está em meninas bonitas, inteligentes, que saibam conversar, tenham a mesma idade ou sejam mais novas. As meninas preferem homens da mesma idade ou mais velhos, argumentando atitudes infantis de meninos mais novos. Outro aspecto citado por elas são os sentimentos necessários para manutenção deste relacionamento, apontando um lado sentimental presente e imprescindível para isto.

O adolescente vive os dilemas e conflitos de um momento marcado pela transição do paradigma do “amor romântico” para o do “amor confluyente” de acordo com as categorias de relacionamento amoroso propostas por Giddens (1993). Segundo esse autor, o amor romântico, típico dos séculos XVIII e XIX, cede lugar hoje ao amor confluyente, significando isso que

aquele amor jurado à eternidade, estruturador de relacionamentos indissolúveis, fincado na renúncia e na abnegação, suporte do espaço da intimidade na família, está sendo substituído por um amor que exige correspondência, confluência de interesses e desejos e que institui relacionamentos contingentes, negociados e duráveis, não até a morte, mas sim até a finitude dos interesses de uma ou de ambas as partes. (JUSTO, 2005, p. 75)

E complementa:

O amor confluyente é expressão dos avanços das conquistas de maior igualdade nas relações de gênero, da liberdade quanto às escolhas de parceiros e interrupções de relacionamentos conjugais e é também expressão da maior mobilidade espaço-temporal do sujeito na contemporaneidade. (p.75)

Para ele não se trata apenas de escolher um relacionamento, algo pessoal, mas se devem observar considerações sociais contemporâneas que influenciam significativamente em suas escolhas. Neste sentido, a dinâmica relacional atual dificulta relações sociais e afetivo-sexuais estáveis e prolongadas, apesar do desejo deste tipo de relação pertencer à realidade de muitos.

Para Macedo *et al* (2004), as primeiras relações objetais na adolescência não são relações maduras, mas tentativas de autoconhecimento e de reelaboração do Complexo de Édipo renascido. À medida que o adolescente participa e vivencia a realidade, transforma o amor objetal fantasioso e distante da realidade, vai trabalhando para relações mais estáveis e duradouras, estruturando uma identidade sexual única.

É neste período que se busca a satisfação genital por outro, mas para isso o adolescente precisa estar preparado para encarar seus medos, as alterações corporais, apropriando-se da condição da adultez. Para tal acontecimento é necessário reconhecer o próprio corpo e a importância de outra pessoa para essa satisfação.

Para as mesmas autoras, nas primeiras relações a sensação de estar apaixonado é comumente observada e traz consigo o sentimento de completude por outro, mas, ao mesmo tempo, um autoabandono provocado por esta atitude. Tal condição só é possível diante da idealização do objeto de amor e a aproximação dele como parte integrante de si. Somente quando passa por estes relacionamentos,

a escolha do parceiro, assim como as expectativas ante os relacionamentos afetivos mudam.

Para Blos (citado por MACEDO; AZEVEDO; CASTAN, 2004) à medida que interagimos e estudamos a adolescência, podemos entender a complexidade desta fase e a dinâmica de apropriação e elaboração das experiências vividas. As vivências infantis são integradas às mudanças e experiências atuais e resultam numa maior complexidade da identidade, bem como a consolidação para uma identidade adulta, com todas as responsabilidades que isso traz nas mais variadas áreas da vida.

A sexualidade é um ponto primordial na socialização do jovem, é neste campo em que se inscrevem modos de ser da própria pessoa, a percepção de si e do outro, formas de relações sociais, trabalhistas e, como apontam algumas pesquisas, com repercussão na área econômica.

No campo da iniciação sexual e relações afetivo-sexuais, observa-se que a diferença de perfil e de atitudes e perspectivas entre o sexo masculino e feminino são atenuantes. Para o primeiro, a sua iniciação e contato com possibilidades geralmente são maiores. No que diz sobre comportamentos sexuais, a obra de Castro, Abramovay e Busson (2009) apontam diferenças significativas entre as opiniões dos jovens e o sexo. Para os meninos, a iniciação sexual tende a ocorrer mais cedo e conta, em muitos casos, com o apoio da família e do grupo do qual faz parte. Já para as meninas as relações sexuais se iniciam mais tardiamente e tendem a acontecer com pessoas com as quais já têm um relacionamento sério, como um namorado ou o esposo.

Observa-se, na maioria das vezes, para os homens as relações afetivo-sexuais ocorrem com mais frequência, sem necessariamente estarem vinculados em um relacionamento sério e constante. O mesmo estudo mostra a diferença entre os números médios de parceiros sexuais para ambos. Entre as meninas há uma frequência maior daquelas que tiveram poucos parceiros sexuais, tendo a maior porcentagem àquelas que tiveram um ou dois parceiros em sua vida. Para os homens essa porcentagem aumenta com o número de parceiras, identificando, neste estudo, uma diferença de mais de 12,1% entre os gêneros de meninos que tiveram dois ou mais parceiros sexuais em suas vidas.

Além dessas características, os autores relatam que 90,7% dos entrevistados têm a permissão de levar suas namoradas para dormirem em suas casas contra 65,5% das entrevistadas. Apesar das conquistas atuais e a aproximação do ideal de igualdade dos gêneros, as mulheres ainda são minoria quanto à liberdade sexual, o apoio aos relacionamentos afetivo-sexuais como acontecem com os homens, assim como se observa a importância de uma vida afetiva estável e séria, como nos namoros e casamentos.

As diferenças quanto às expectativas e os modos de relações afetivo-sexuais a cada gênero são observadas nestes estudos, assim como características específicas nos casos de ofensa sexual, que serão discutidas no próximo capítulo. De qualquer forma, diferenças de perspectivas, como apresentadas anteriormente, caracterizam alguns dos tipos de envolvimento possíveis de aceitação social entre os gêneros.

Pode-se pensar, com isso, em uma discussão não só das expectativas afetivo-sexuais, mas o quanto estão homens e mulheres passíveis a ordens sociais, se assim podemos chamá-las, que fazem do sexo masculino uma condição para liberdade de expressão, de ações e desejos socioafetivos e sexuais, enquanto às mulheres sugere-se que se preservem, que reservem seus desejos e ações para o que é socialmente aceito. Ao que não é, é proibido, é tabu.

Considerando as observações anteriores e a apresentação de uma realidade que delimita relações entre os gêneros, bem como relações parentais, o capítulo seguinte adentrará na discussão sobre relações sexuais ofensivas de pais/padrastos a filhas.

4 O TABU DO INCESTO

Pensar nas diferentes dinâmicas familiares é considerar a existência de aspectos positivos ao sucesso e à saúde dos seus membros, assim como, quando irregulares, podem revelar formas disfuncionais e violentas de relação. Falar sobre violência sexual intrafamiliar é abrir a oportunidade para descobrir as particularidades das relações incestuosas, de vínculos conturbados, escondidos, obscuros para algumas famílias e profissionais, e que refletem a invasão não só do corpo, mas do psiquismo, da intimidade e das relações sociais das vítimas.

Então, que características devem-se considerar ao incesto? Como defini-lo? Diagnosticá-lo? Conceituar, assim como encontrar características e definições exatas, é quase impossível ante a diversidade de nações, culturas, com costumes próprios que estruturam uma ordem social e que influenciam relações, principalmente as familiares. Apesar destas diferenças, Lévi-Strauss (2009), Besson (1931) e Malinowski (1973) concordam que existe uma ordem maior, uma lei em todas as culturas que inviabiliza as relações incestuosas, o totem e o tabu.

Para Besson (1931), o totem constitui-se num conjunto de regras que organiza as relações dos grupos. Determinadas leis advindas de um sistema, o qual define como “Sistema mágico-religioso e social”, é constituído por leis que regulam as relações entre membros do mesmo grupo, unidos fraternalmente por um vínculo sanguíneo, com as mesmas crenças, de forma a levar os mesmos nomes. Desta maneira, o totem regulariza tanto os comportamentos e costumes, quanto as possibilidades de uniões afetivo-sexuais dos seus participantes.

Durkheim (*apud* BESSON, 1931, p. 11) descreve que o totemismo, além de ser milenar, mostra-se como uma “força anônima e impessoal que age em cada um dos seres, sem confundir-se com nenhuma delas”. Ou seja, esta é uma força comum a vários grupos, independente do local e cultura, que organiza relações de todos os seres que dele fazem parte por parentesco totêmico. Neste sentido, normatizam relações com os seus próximos, permitindo que vivam em fraternidade, a fim de fortalecer laços e organizar a dinâmica social de cada grupo.

As relações afetivo-sexuais são formadas considerando essas regulações. A sua transgressão é tida como falta social muito grave e que pode também ser

refletida por meio de ação jurídica variada, que age desde uma simples advertência à prisão ou pena de morte em alguns países.

Para Lévi-Strauss (2009), o homem é um ser biológico e, ao mesmo tempo, um indivíduo social, que responde a excitações exteriores e interiores, que dependem de sua natureza, assim como a sua cultura e condição. Não se pode compreender em que momento exato começa o ser biológico e o ser cultural, porém, segundo o mesmo autor, pode-se considerar como lados indissociáveis: “tudo quanto é universal no homem depende da ordem da natureza e se caracteriza pela espontaneidade, e que tudo quanto está ligado a uma norma pertence à cultura e apresenta atributos do relativo particular.” (p. 45).

Considerando estas observações, Lévi-Strauss (2009, p.45) sustenta a ideia de que a proibição do incesto se apresenta com estes dois aspectos reunidos:

Porque a proibição do incesto apresenta, sem menor equívoco e indissolivelmente reunidos, os dois caracteres nos quais reconhecemos os atributos contraditórios de duas ordens exclusivas, isto é, constituem uma regra, mas uma regra que, única entre todas as regras sociais, possui ao mesmo tempo caráter de universalidade. Não há praticamente necessidade de demonstrar que a proibição do incesto constitui uma regra. Bastará lembrar que a proibição do casamento entre parentes próximos pode ter um campo de aplicação variável, de acordo com o modo que cada grupo define o que entende por parente próximo.

Observa-se que Besson, Durkheim e Lévi-Strauss compartilham a existência e a importância das regras totêmicas que dirigem as relações parentais e fraternais como sendo de ordem universal, existente nas diversas sociedades e que descrevem possibilidades culturais, regem relações, servindo como medidas protetoras de instintos e desejos. Mesmo não sendo descritos em nenhum código jurídico, ainda atualmente, o código totêmico se constitui como regra social, impedindo relações sexuais entre entes próximos e permitindo relações com pessoas de outros totens (grupos).

É verdade, pelo caráter da universalidade, a proibição do incesto toca a natureza, isto é, a biologia ou a psicologia, ou ainda uma e outra, mas não é menos certo que enquanto regra, constitui um fenômeno social e pertence ao universo das regras, isto é, da cultura, e, por conseguinte à sociologia que tem por objeto o estudo da cultura. (LÉVI-STRAUSS, 2009, p. 62)

Como explicou Lévi-Strauss (2009), não se pode falar de relações sexuais sem considerar a cultura, pois se trata de uma produção sociocultural, histórica e que, como também observa Cohen (1993), compreende o somatório de desejos, instintos e pulsões que o indivíduo possui. Neste sentido, o sexo também é um tipo de relação social, ele está definido, limitado e significativamente influenciado pela história da humanidade.

Para Lévi-Strauss (2009) e Cohen (1993) também se deve considerar que a interdição do incesto não exprime somente as relações de parentesco real, mas também se estende a indivíduos que, de alguma forma, participam do grupo e que assumem um papel dentro dele. Ou seja, vai além do vínculo biológico, mas está implicada às pessoas que desempenham uma função naquele grupo e que estão afetivamente ligadas aos seus participantes.

Para este, o instinto se define como “um comportamento hereditário próprio de todos os seres vivos” (COHEN, 1993, p. 72); já a pulsão sexual é caracterizada como uma carga energética que faz com que o indivíduo tenda a um fim sexual, que pode ser variado e cujo objeto sexual não está determinado biologicamente.

Do ponto de vista psicanalítico, o totem é uma Lei que estabelece que os membros de um mesmo clã não devem manter relações sexuais nem casar-se entre si, e está permanentemente vigiado pelo grupo a fim de evitar ameaças à sua organização. Desta maneira, independente do tempo, das crenças e dos locais, a proibição do incesto está determinada pela cultura e pela vida psíquica humana a fim de evitar contato com a realidade psíquica consciente ou não, mas que traga à tona conteúdos socialmente proibidos (PONTES, 2004).

Freud tem como preocupação central o estudo da constituição psíquica do homem, identificando o inconsciente como “lócus” e ao mesmo tempo motor definidor do comportamento humano, a partir do qual, o homem cria sua cultura, regras, proibições, instituições. A partir do estudo da proibição do incesto os seres humanos criam estratégias para lidar com os desejos, com sua sexualidade, que são essencialmente humanos e que indubitavelmente estão para além das necessidades biológicas. (PONTES, 2004, p. 13)

Diante do exposto, observa-se que as atitudes sociais com respeito a relações sexuais entre membros do mesmo grupo de convívio são, desde

cedo, transmitidas nos processos de socialização a fim de evitar relações afetivo-sexuais em parentesco e estas também repercutirão na percepção que as crianças e adolescentes têm de si no mundo e nas relações futuras, como observaremos nos subcapítulos a seguir.

4.1 Ofensa Sexual

Antes de falar sobre a relação incestuosa, acredito ser de suma importância definir ofensa sexual e a importância de estudá-la. Seguramente encontraremos na literatura termos com usos semelhantes, como violência sexual, abuso sexual ou ofensa sexual, porém, no referido trabalho, utilizaremos este último termo para designar tais situações.

Segundo o dicionário Priberam (2010), a palavra abuso significa mau uso, uso excessivo, desmando, desregramento, excesso. No mesmo dicionário, a palavra ofensa mostra-se como ato ou efeito de ofender, afronta desacato, ressentimento da pessoa ofendida. Nos dois casos observamos significados próximos, porém acredito que o termo ofensa sexual retrata uma relação ofensiva, prejudicial a alguém, neste caso a vítima, diferente da palavra abuso, que remete ao uso, à relação dominadora e dominada.

É fácil concordar com Pires Filho (2009, p. 45) ao dizer que:

Não é fácil de encontrar na literatura uma definição precisa entre violência sexual, violência doméstica, abuso sexual, exploração sexual, crime sexual, etc. No entanto, como ressalta Leal (1997), algumas palavras-chave, tais como agressor, vítima, poder, dominação, violência, abusador, troca, podem ajudar na elaboração das idéias para unificação dos conceitos.

De uma maneira geral, Pires Filho (2009) e os autores citados posteriormente definem violência doméstica como comportamentos adotados por pessoas que moram na mesma residência, independente de sua consanguinidade ou parentesco, e que acarretam em violações de direitos, como danos físicos, morais, emocionais e/ou sexuais, a alguém deste grupo. Esta última é a qual nos deteremos.

Para Sanderson (2005), o abuso sexual está relacionado ao envolvimento de crianças e adolescentes, que ainda cultivam dependência, em

atividades sexuais com adulto ou qualquer pessoa um pouco mais velha ou maior, em que há a utilização de algum tipo de poder sobre o outro, objetivando a gratificação das necessidades ou desejos sexuais. Neste sentido, a vítima não terá capacidade suficiente para dar seu consentimento devido ao desequilíbrio no poder ou a qualquer déficit mental ou físico. O agressor, com isso, utilizará de encontros sexuais ou comportamentos que abrangem aliciamento sexual, linguagem ou gestos sugestivos, pornografia, exibicionismo, voyeurismo, carícias, masturbação e penetração à vítima.

Azevedo e Guerra (1989) complementam a descrição de Sanderson (2005) entendendo o abuso sexual como todo ato ou jogo sexual, heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança/adolescente de até 18 anos, com finalidade de estimulação sexual sobre sua pessoa e/ou de outra pessoa. As autoras compreendem a violência sexual como de natureza erótica e pode apresentar-se de várias formas, veladas ou não, contemplando atividades com ou sem contato físico, como voyeurismo e cantadas obscenas, e com contato físico, a exemplo de beijos, carícias nos órgãos sexuais, até cópulas (anal, genital), sem ou com o emprego de força física.

É interessante ressaltar que, ao falar de ofensa sexual, não se pode esquecer variações desta violência, que pode se manifestar como abuso sexual intrafamiliar ou extrafamiliar, causada por pessoas de pouco convívio, ou como exploração sexual comercial, considerando as violações provenientes da prostituição e da exibição ou veiculação de material pornográfico infanto-juvenil (TARQUETTE, 2007)

Diante de algumas manifestações sobre violência sexual, então como conceituar a relação incestuosa? Mesmo não tendo consenso entre os estudiosos, procurarei trazer algumas definições, iniciando pela semântica, descrita por Cromberg (2001, p.28):

A palavra "incesto" deriva de *incestum*, que quer dizer estreitamente "sacrilégio". *Incestum* deriva de *incestus* que significa "impuro e sujo". *Incestus*, por sua vez, é forjada a partir do privativo *in* e *cestus*, que é uma deformação de *castos*, que significa "casto, puro". Assim *incestus* também tem o sentido de "não casto".

Esta definição pode ser complementada com a de abuso: “deriva de *abusu*, forjada por *ab* mais *usu*. *Ab* contém todo o sentido original antiético das palavras, pois é um prefixo que significa tanto privação, afastamento como excesso de intensidade.” (CROMBERG, 2001, p. 28). *Usu*, segundo a autora, pode significar tanto o aproveitamento de algo, assim como, num sentido jurídico, pode significar o aproveitamento temporário de alguém na medida das necessidades próprias e de sua família.

Nas famílias com transações incestuosas, no seio das quais os estatutos afetivos e sentimentais são mal definidos, os códigos comportamentais são frouxos, o limite entre a afetividade e a sexualidade não é claro, um beijo na face pode ser interpretado como um convite sexual. Aí as relações não desenham fronteiras gestuais claras e, portanto, reasseguradoras. (CROMBERG, 2001, p.29)

Para alguns autores, a relação sexual incestuosa é considerada como relações entre pais e filhas(os), mães e filhos(as), relações entre irmãos, entre pessoas com consanguinidade de primeiro grau e/ou entre pessoas de segundo grau de parentesco, como também sugerem Kaplan, Sadock e Grebb (1997). Porém, Renshaw (1984) traz uma visão complementar a este tipo de relação que vai além da consanguinidade, considerando também ligações emocionais, os vínculos afetivos e de confiança entre os entes do grupo os quais convivem em seu dia-a-dia, que podem ser padrastos e madrastas, avós, tios, primos, cunhados. Esta ideia é a que será considerada neste trabalho.

Em nossa cultura o incesto é um dos abusos sexuais mais freqüentes e que apresentam consequências mais danosas a vítimas. Operacionalmente, o incesto seria qualquer contato sexual entre pessoas que têm um grau de parentesco, incluindo padrastos, tutores e qualquer pessoa que assuma o papel dos pais. (AMAZARRAY e KOLLER *apud* PIRES FILHO, 2009, p. 47)

O ato violento pode ser interpretado como uma submissão ao outro, em que o agressor - o adulto - coloca a criança e/ou o adolescente na condição de objeto de satisfação de seus desejos, algumas vezes podendo este ser vivenciado como inerente à relação entre jovens e adultos, ou a uma relação familiar.

Vale ressaltar que quando falamos em incesto ou violência sexual de forma geral não está intimamente ligada à relação sexual com coito, mas em formas diferenciadas de estímulo físico, visual, verbal, bolinação, insinuação,

que variam conforme a idade, objetivos do agressor, assim como a forma de coerção, força, o prejuízo físico e psicológico gerado à vítima.

Segundo Cromberg (2001), Forward e Buck (1989), a etiologia da família incestuosa é caracterizada por relações fechadas, confusas, com papéis misturados, em que os filhos assumem responsabilidades e funções dos pais, misturando representações, sentimentos, confundindo desejos, fantasias e expressando novos tipos de relações com cada personagem familiar.

Outro aspecto importante que pode ser notado é o despotismo familiar, ou seja, “o chefe de família, geralmente o pai, exerce um poder arbitrário, reforçado por ameaças e torturas físicas e/ou psicológicas e segredos bem guardados com a convivência dos demais ou de boa parte dos familiares”. (PIRES FILHO, 2009, p. 51) Assim, o agressor tem o poder de manter sua(s) vítima(s) como dependente(s) para sobreviver(em), mostrando-se como mantenedor e detentor das normas que definem a vida familiar.

Para os autores pesquisados, o incesto revela um frágil equilíbrio em uma família que tenta evitar a separação e a sua desintegração total. A relação afetivo-sexual incestuosa não gera vínculos frágeis, mas é esta relação que revela a existência de uma dinâmica familiar problemática, com vínculos distorcidos, frouxos e limites que não estão claros.

Para Cromberg (2001), Forward e Buck (1989) e Razon (2007), esta busca pelo equilíbrio tem êxito enquanto cada indivíduo puder dissimular e suportar essa dinâmica. Para eles, algumas condições favorecem que uma família estruturada viole o tabu do incesto: o deslocamento do papel de mãe para a filha; a necessidade de reduzir a angústia de separação; a não aceitação social de que o pai procure satisfação sexual fora do núcleo familiar, tentando manter a aparência externa de um patriarca estável e competente; medo da desintegração familiar e de abandono; pais que se ausentam de seus papéis, que absolvem a transgressão e funcionam como cúmplices da relação incestuosa; relações conflituosas na história de vida dos pais, dentre outros.

Além da confusão para cada integrante, observa-se constantes tentativas de organização e acomodação, mesmo em uma relação pouco saudável. Esta busca, algumas vezes, resulta em formatos diferenciados, assim como relações incestuosas, a fim de compensar tal desequilíbrio.

Independente da forma de persuasão, o uso do poder é ingrediente principal a qualquer situação de abuso. O que poderia ser uma situação saudável de amizade e solidariedade é sim um jogo de poder e submissão entre os envolvidos, despertando o prazer de um e sentimentos de culpa, medo, inferioridade, angústia, desprazer em outros.

Aproximando as afirmações de Cruz (2005) e Dobke (2001), pode-se considerar que a ofensa sexual incestuosa pode acarretar em traumas maiores para crianças e adolescentes vítimas devido à grande decepção em vê-lo praticado por pessoas de seu convívio, que são investidas de confiança e carinho, e a quem esperam proteção, referência e modelos de conduta. Porém, muitas vezes, as relações sexuais não são notadas como tal, mas como expressões de carinho.

Cromberg (2001) e Forward e Buck (1989) trazem em sua literatura casos variados de incesto em que crianças não conseguem entender o que acontece entre ela e o agressor. Para algumas é uma forma de carinho de alguém em quem confiam; para outras, uma forma de relação, mesmo que dolorosa, mas comum às famílias, assim como o apoio afetivo aos pais. Porém, quando começam a compreender a realidade e a nomear esta relação, apresentam em si uma confusão de sentimentos de amor, medo, solidão e culpa como principal consequência.

Renshaw (1984) e Magalhães (2004) também observam a utilização de mecanismos controladores e persuasivos por pessoas afetivamente próximas e de certa confiança da vítima para satisfação sexual própria, caracterizando uma relação dominadora de satisfação unilateral e desigual, constituindo vínculos mais frouxos, que podem proporcionar um estado confusional e tensional no relacionamento entre os envolvidos. Ou seja, o primeiro ambiente de contato socioafetivo, que deveria proporcionar segurança, prazer e educação à criança e ao adolescente, traz experiências de violação, uso de poder, transmissão de valores sociais inadequados, opressão, sentimentos de submissão e culpa, que refletem negativamente no desenvolvimento psicossocial e sexual destes.

Lauretis (1994) e Ferenczi (*apud* CROMBERG, 2001) aprofundam seus estudos considerando que a violência sexual incestuosa ocorre não contra uma pessoa, mas ocorre devido à existência de relações disfuncionais, de poder entre duas ou mais pessoas que buscam realização, ganhos e

satisfação sexual em detrimento do sofrimento e submissão do outro, uma relação de oposição.

Uma observação cabe ser feita para caracterizar ainda mais esta relação: as vítimas são, em sua maioria, do sexo feminino, com idade predominantemente inferior a quinze anos (RANZON, 2007). Apesar da impossibilidade de quantificar as denúncias em qualquer país, no Brasil podem ser observados dados de programas de atendimento específico a esta demanda.

Santos (2009) cita dados colhidos entre os anos de 2001 e 2004 no Programa Rompendo Ciclos da Impunidade e do subprojeto de pesquisa “Responsabilização de pessoas que cometem crimes sexuais”, executados no estado de Goiás. Os dados mostram que o abuso sexual (estupro e atentado violento ao pudor) varia entre 94% e 97% das ofensas sexuais denunciadas, ganhando para as denúncias de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. 78% das vítimas eram do sexo feminino.

Ao descrever o perfil do agressor, Santos (2009) apresenta que a maioria esmagadora dos casos é de agressores do sexo masculino e que tem entre 22 e 45 anos de idade, sendo o grupo da faixa etária entre 22 e 25 anos com a frequência mais elevada, seguidos dos homens entre 38 e 41 anos que representam o somatório de 37% dos agressores nos casos atendidos.

Outro dado interessante traz a faixa etária das vítimas dos casos notificados, observando que os primeiros anos da adolescência foram de maior ocorrência. Nesta, 35% dos atendimentos foram a adolescentes de 12 a 14 anos, 30% entre 15 e 17 anos de idade e 20% dos casos notificados estavam entre 9 e 11 anos.

Em pesquisa realizada no município de São Paulo, Saffioti (1997) contabiliza os pais biológicos como os principais agressores neste tipo de violência (71,5%), somados aos 11,1% de casos envolvendo padrastos. Desta maneira, observa-se que as pessoas que deveriam trazer proteção à criança e ao adolescente contabilizam 82,6% do total deste tipo de violência sexual na família.

Estes dados não indicam a não existência de violência sexual contra meninos, assim como mulheres como agressoras ou de relações incestuosas homossexuais, mas podem traduzir que a ocorrência de denúncias de abuso

sexual homem-meninas é significativamente maior, o que pode denotar, aparentemente, que os meninos sofrem em menor escala com este tipo de violação, como aponta Saffioti (1997).

No caso da violência sexual são observados aspectos que caracterizam e permeiam este tipo de relação como de uma violência de gênero, por dois aspectos: primeiro, a incidência dos dados que apontam as meninas como maiores vítimas. Em segundo lugar, o elevado número de pais e padrastos como agressores, utilizando formas de persuasão masculina e caracterizando o status de portador do poder. Estes indicadores apontam “relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 2010, p. 03)

No seguinte trecho a autora complementa:

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais”: a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. (SCOTT, 2010, p.03)

Scott (2010) observa que não se pode estudar um evento sozinho, isolado sem estudar suas relações sociais, o sistema o qual faz parte para entendê-lo. No caso da violência sexual, o alto índice de agressores homens, assim como vítimas mulheres/meninas, pode indicar não só diferenças naturais entre os sexos, mas diferenças na construção cultural dos papéis femininos e masculinos.

Neste sentido, nos alertamos ao modo de dar significação às relações de poder no nosso convívio social, perpetuando formas desiguais de relação. Então, por que também não considerar como reflexo nas relações afetivo-sexuais atuais? Pensarmos nisso é considerar representações de um sexo considerado frágil, inferior, submisso aos interesses de outro, um masculino, que possui o domínio, mesmo que simbolicamente.

Outro fator a ser considerado é a severidade deste tipo de violência, uma das formas mais cruéis e violentas na qual se observa alto grau de domínio masculino, que atribui à criança, à adolescente e à mulher a condição de objeto sexual. Essa condição é passada por gerações a meninos e

meninas, e pode ser observada pelo alto índice de queixas em órgãos de segurança e saúde, seja de violência psicológica, física e/ou sexual.

Diante de tais dados, observa-se que a ligação entre violência e gênero é útil para indicar não apenas o envolvimento de mulheres e homens como vítimas e autores, mas também os seus envolvimento como sujeitos que buscam firmar, mediante violência, suas identidades e seus padrões de relacionamento. Para Suarez e Bandeira (1999), ir de encontro a esta estrutura pode representar uma ameaça da estrutura patriarcal sob a qual ainda vivemos.

Até os dias atuais a mulher é responsabilizada pelo cumprimento de seus papéis de mãe e esposa, sendo atribuída toda a responsabilidade do sucesso familiar ao desempenho da mulher/mãe/filha. Assim, em casos de violência, além de serem violadas fisicamente, são responsabilizadas por esta barbárie.

Pinto Júnior (2005) afirma que, de todas as formas de violência, a sexual pode ser uma das mais difíceis de ser identificada, pois geralmente se apresenta velada no pacto de silêncio. Além da família, fazem parte deste pacto pessoas próximas ou profissionais envolvidos, pela dificuldade de perceber ou por necessidade de fugir do inaceitável.

Num sistema de relações, quanto mais complexo, menos ele oferece capacidade de perceber as possíveis disfunções, sendo assim difícil corrigi-las. Como exemplo, temos a interação com o abusador, em que a criança não tem condições de estabelecer uma relação simétrica, dependendo sempre das ações dos seus responsáveis. Na relação incestuosa, a criança abusada assume uma posição de responsabilidade e aceita o sacrifício a fim de manter aquela estrutura familiar de convívio, carregando consigo o “segredo” da relação incestuosa, como também o medo, a vergonha e a culpa (SANDERSON, 2005; RENSHAW, 1986).

Este “segredo” permeia o incesto na intenção de manter a relação entre o agressor e a vítima. Nele são constituídas as mais variadas formas de persuasão, chantagem, ameaças, que intimidam o agredido ou mesmo os outros familiares à sua denúncia. Descobrir e intervir neste tipo de situação

torna-se difícil pela dinâmica construída e pela relação de dependência existente na família.

Observa-se que identificar uma situação de ofensa sexual, seja o abuso intra ou extrafamiliar, seja a exploração sexual comercial não é tão simples como podemos imaginar e a família pode ser aliada ou não na identificação desta.

Estudos realizados por Baggio (1991) mostram dois aspectos importantes a serem considerados: a proximidade do agressor à vítima na maioria dos casos denunciados, mostrando relações de confiança existentes entre eles, o que pode ser um fator importante no baixo índice de denúncias deste tipo de ocorrência, além das transformações psíquicas decorrentes deste tipo de violência.

4.2 Consequências das ofensas sexuais

É difícil avaliar quais são os comportamentos e os sentimentos da criança após estes atos. O primeiro movimento seria a recusa, ódio, desgosto, uma resistência violenta: “não, não, não quero, isso me machuca, deixe-me!”. Isto, ou algo assim, seria a reação imediata se não fosse inibida por um medo intenso. As crianças se sentem física e moralmente sem defesa, sua personalidade ainda muito fraca pode protestar, mesmo em pensamento, contra a força e autoridade esmagadora dos adultos, deixam-nas mudas, e podem até fazê-las perder a consciência. Mas esse medo, quando atinge seu ponto culminante, obriga-as automaticamente a se submeter à vontade do agressor, a adivinhar o menor dos seus desejos, a obedecer esquecendo-se completamente de si e a se identificar totalmente com o agressor. Por identificação, digamos por introjeção do agressor, ele desaparece enquanto realidade exterior, e torna-se intrapsíquico; mas aquilo que é intrapsíquico vai ser submetido, num estado próximo do sonho – como o é o sonho traumático – ao processo primário; ou seja, o que é intrapsíquico pode, seguindo o princípio do prazer, ser modelado e transformado de maneira alucinatória, positiva e negativa. De qualquer forma, no curso do transe traumático, a criança consegue manter a situação da ternura anterior. (FERENCZI *apud* CROMBERG, 2001, p. 179)

Nas relações familiares em que ocorre abuso sexual, os prejuízos podem ultrapassar o aspecto social, atingindo a saúde física e psíquica da vítima, como também afetar, ainda mais, toda a dinâmica familiar, os papéis, as responsabilidades e as ações entre si. Segundo Azambuja (2004), a família na qual ocorre o abuso sexual é disfuncional e perturbada na sua constituição, pois existe uma estrutura de

poder, de posicionamento social, papéis e ações individualistas que, de certa forma, dificultam o convívio, mas que principalmente afetam significativamente o desenvolvimento psicobiológico dos filhos em condições de normalidade.

Ao falar em uma relação incestuosa, observamos, na sua constituição, uma estrutura familiar afetada, caracterizada conscientemente ou não por atitudes manipuladoras dos adultos para com os entes. Ou seja, são identificados padrões relacionais abusivos dos pais para com os filhos, numa relação de poder do adulto versus criança/adolescente, em que aquele busca a sua satisfação pessoal e mesmo sexual.

Na relação incestuosa,

vemos aqui algumas etapas: 1) recusa; 2) medo intenso, pois este adulto tem uma autoridade esmagadora sobre ela, já que constitui matriz superegógica ante um ego ainda frágil; 3) hiper-submissão e hiper-obediência, levando a adivinhar o desejo do agressor e a um esquecimento de si até que o agressor passe a estar dentro, como realidade intra-psíquica, apegando-se fora. Identificação, portanto com o agressor; 4) uma vez dentro, corre o curso do processo primário que age também na defesa patológica e no conteúdo transformando-o (FERENCZI *apud* CROMBERG, 2001, p. 181)

Nesta citação observa-se, além do processo de sedução do agressor, a submissão da vítima. Nele, o uso do poder e a forma persuasiva tão perversa quanto patológica permite ao agressor uma invasão não só física, mas que transpassa o limite psíquico da vítima. A submissão masoquista vivenciada concretamente dificulta em muitos casos a denúncia e, principalmente, a defesa da vítima. Neste sentido, observa-se que quanto menor é a vítima, maior o seu desconhecimento, assim como o grau de dependência física, emocional e financeira, o que dificulta a real compreensão de tal ato, sua gravidade e a possibilidade de denúncia.

Desta maneira, Ferenczi (citado por CROMBERG, 2001) mostra a dificuldade de libertar dessa figura maior a qual ele denomina de “figura do mestre”, assim como da submissão e adoração para aceder ao mais elevado grau de uma liberdade reservada ao homem. Nem sempre o agressor pode ser culpabilizado, pois isto quebraria uma estrutura, uma dinâmica (dis)funcional já conhecida para a família e revelaria suas limitações à sociedade.

Um ponto a ser ressaltado é o número significativo de crianças e adolescentes que são retiradas de seu convívio familiar a fim de que sejam afastadas do agressor. Desta maneira, estas são encaminhadas a instituições de abrigo, dificultando seu direito de convivência familiar e retorno às atividades cotidianas, sendo esta mais uma situação de vitimização: foi tirada a sua dignidade física e moral e agora a possibilidade de ser retirada do seio familiar.

Quebrar estes e outros paradigmas é desconstruir em representações sociais mais elaboradas, que foram fortalecidas com a história e que têm uma funcionalidade social. É tocar em uma teia complexa e, muitas vezes, não conhecida, que organiza hierarquicamente relações de poder assimétricas, como a de homens e mulheres, crianças e adultos.

Notadamente, a violência, principalmente a violência sexual, é a materialização, na sua forma mais brutal, dos códigos sociais, atribuindo à vítima sua função e lugar de subordinação, a exemplo da sujeição de muitas mães/madrastas em negar para si e para a sociedade a relação incestuosa a qual os filhos passam, intuindo preservar a organização familiar, um casamento ou mesmo o sustento de seus filhos.

Eventos como este são de difícil caracterização e diagnóstico ante a complexidade desta temática, as variadas formas de contato sexual entre os envolvidos, o pacto de silêncio existente na família que esconde situações de violência, sem esquecer o tabu que ainda existe para a sociedade sobre esta temática. Estas características peculiares da dinâmica da violência sexual devem ser clarificadas por pesquisas a fim de que sua dinâmica seja conhecida e possibilitem uma intervenção em seu processo.

Pode-se ressaltar, neste tipo de estrutura descrita, uma modificação em sua dinâmica, em que os papéis e responsabilidades dos pais para o desenvolvimento saudável dos seus filhos não estão em consonância com o esperado por ela e pela sociedade.

Observa-se que a violência sexual doméstica ou intrafamiliar, pela natureza incestuosa e o tabu a ser notado, faz com que a família se esquive da ação responsável de proteção e da denúncia de eventos como este com receio de comprometer sua reputação. Azevedo e Guerra (2000) ratificam a ideia,

considerando este tipo de violência como uma interdição social, pois se trata de um escândalo na estrutura familiar.

Segundo Ferenczi (*apud* CROMBERG, 2001), estudos mostram que o adulto incestuoso não apresenta maiores anormalidades psíquicas aparentes e que, mesmo ao exame psiquiátrico, releva-se uma pessoa com conflitos e dificuldades usuais ao restante da população. Ele aponta que o índice destes agressores que apresentam desordens psíquicas severas é de 5%, ou seja, os agressores podem ser pessoas de convívio e acima de suspeitas. Este aspecto facilita, para eles, a aproximação com a criança para “propósitos libidinosos”, usando da sedução, confiança, carinho e dependência que a criança ou adolescente tem com eles, deixando-as intimidadas em situações de difícil escape.

Em casos de crianças pequenas, quando submetida à bolinação e à experiência incestuosa, a criança mostra-se com dificuldade de compreender entre o tipo de carícia que sente no vínculo materno e com intenção nitidamente sexual (BAGGIO, 1991). Conscientemente ou não, experiência como esta ultrapassa a capacidade do indivíduo em processar agradavelmente este tipo de carícia, assim como aumenta o incômodo e a suspeita de que há algo inapropriado nisto.

Ressalta-se que uma vez repetida, a situação se torna perturbadora, aumentando a convicção de que há algo errado. Porém, submetida à imposição do adulto abusivo, muitas vezes esconde esta experiência de outras pessoas, guardando este “segredo” para si, “um segredo sujo”, como nomeia Baggio, que marca o psiquismo e que mais tarde, ressignificado por experiência similar, será vivenciado como trauma psíquico.

Submetida a uma sobre excitação a criança pequena fica paralisada em seu desenvolvimento psicosssexual. Fixará nesta etapa da evolução, à espera de uma solução natural destes afetos surmontantes. Com a repetição do contato incestuoso, a criança ficará paralisada em seu complexo desenvolvimento emocional. Permanecerá marcada, para sempre, pela precoce erogeneização de suas vivências afetivas. (BAGGIO, 1991 p. 114)

Comentar sobre o fato fará lembrar as relações vivenciadas, implicará em rememorar estas emoções e aproximar-se da ideia de que merecia ou de que se parece com o agressor. Como Baggio demonstra na citação anterior,

esta precoce e brutal exposição de um psiquismo imaturo à vivência com um objeto mau é a raiz da psicopatologia da vítima.

Vivências como estas podem gerar paralisação no desenvolvimento da criança, outras terão o seu desenvolvimento fortemente distorcido em direção a uma psicopatologia qualquer, como sugere Freud (BAGGIO, 1991). Alteração na sexualidade é ponto significativo, principalmente no processo de simbolização da criança que vivencia concretamente suas fantasias intrapsíquicas, como observado no trecho a seguir:

É natural a criança ter fantasia, isto é, um enredo intrapsíquico da relação incestuosa; primeiro com a mãe, depois com o pai. Esta fantasia está sancionada pela cultura com o selo da proibição. Diante da presença de uma ausência, fica o traço da coisa, que vai servir como marca, de signo, para a simbolização. Se ao invés da ausência de incesto fantasiado tivermos a presença presente do incesto realizado, está aterrada a fresta por onde se dá a simbolização. (BAGGIO, 1991, p. 117)

Neste sentido, dentro da ordem do Complexo de Édipo discutido pela Psicanálise, a fantasia coincide com a realidade e o psiquismo opera então com puras concretudes. O imaginário é reflexo da realidade e esta confirma o imaginário.

Segundo Nasio (2007), esta observação é muito importante, pois a proibição do incesto e a vivência edípica estão na origem das neuroses de adultos como condições de ambivalência afetiva vividas por todos. A revivência deste complexo, comum na adolescência, traz consigo a formação de neuroses e suas variantes, que determinarão os destinos da sexualidade.

Para Freud (1920), o complexo de castração é a forma reveladora e que impulsiona a entrada da menina no Complexo de Édipo. Tal resolução incentivará ou desestimulará a feminilidade da menina, incorporando-a ao ego e na formação do superego, que estruturam e instituem qualidades psíquicas, assim como sua autonomia sexual, atividade e prazer.

A teoria freudiana em torno da sexualidade feminina traz a visão estrutural em torno do complexo de castração, o qual inicia o complexo edípico devido a inveja do pênis. Isto é, a sexualidade feminina resulta dessa resolução e de como isto impacta no seu desenvolvimento e nas relações parentais.

O distanciamento e posterior retorno à vivência edípica contemplam a ideia de que a menina pertence a um grupo inferior do qual a mãe faz parte e traz assim o sentido a sua posição social. Desta maneira, Freud determina que existem três destinos que se abrem para a sexualidade feminina: a inibição neurótica, a masculinização e a reversão da libido para o pai com o desejo de receber filhos dele. Esta última configura o que ele chamou de atitude feminina normal.

Freud (1920) aponta e Nasio (2007) também transcreve em sua obra como três os principais destinos da sexualidade: a repulsa sexual, o complexo de masculinidade ou a angústia de separação. Sobre o primeiro, o autor caracteriza como comportamentos de insegurança significativa feminina, considerado-se uma pessoa não digna de amor, resignada à sua sorte, evitando envolvimento afetivo para que não sofra.

Deste modo, Freud (1920) descreve as primeiras experiências na constituição do sujeito como forças motivadoras que levam a sua neurose futura, sendo que a sexualidade percorre o mesmo destino. Para as meninas ofendidas sexualmente, público o qual nos detemos neste trabalho, esta vivência concretizada do Complexo de Édipo influenciará na forma como elas interagirão posteriormente.

O segundo destino é caracterizado por maior autonomia feminina, em que a mulher exibe uma atitude característica do universo masculino, de desafio, autonomia, onipotência e virilidade. Neste caso, “a mulher substitui a crença de ser castrada e inferior, pela crença oposta” e, “em vez de se julgar castrada, julga-se onipotente; brande o falo, exibe-o com atitude de desafio e acentua os traços masculinos a ponto de se tornar mais viril que o homem”. (NASIO, 2007, p. 99). Para o autor, uma das variações deste complexo de masculinidade assume a forma da homossexualidade.

A terceira variação, a qual consideram próximas à normalidade por ser tipicamente do universo feminino, apresenta-se pela existência de forte angústia, angústia pela ameaça de castração, que repercute no medo de ser abandonada pelo homem amado. O desejo da mulher em ser amada e protegida é tão poderoso que se sente envolvida pelo receio de ser privada do amor de seu companheiro, levantando suspeitas de que este pode deixá-la. (FREUD, 1920; NASIO, 2007)

Tais possibilidades nos fazem repensar na vivência edípica concretizada na infância, como em uma estruturação funcional psicosssexual, desejos e

instrumentos que serão desenvolvidos para expor esta sexualidade. E de onde surgem os distúrbios pela primeira vivência edípica? Nasio (2007, p.118) responde com a seguinte observação:

O que aconteceu na pequena infância edípica para que uma neurose se instalasse na fase adulta? Pois bem, deu-se uma derrapagem; sim a criança edípica sofreu por ter sido submergida por um prazer erógeno intenso demais que se apoderou dela. Seu eu, ainda inexperiente, não soube conter a impetuosidade de um desejo enlouquecido e assimilar o prazer transbordante daí resultante.

E complementa:

“Desejo ou prazer?” vocês me perguntarão. Isso é totalmente equivalente, como vimos, sensações, desejos, fantasias e prazer são vividos pela criança como uma única forma e a mesma coisa; somos nós [adultos] que separamos seus elementos. Dito isto, quando o prazer erógeno é excessivo, o eu infantil fica traumatizado.

Ou seja, quando a criança é incapaz de assimilar tal realidade sexual, não só o sofrimento, mas principalmente a possibilidade de ter sentido prazer em tal experiência, sente-se desamparada e condenada a reviver o trauma no decorrer de sua vida, diante da marca inconsciente que foi criada. Esta será a origem de uma futura neurose.

Nas experiências afetivo-sexuais futuras, o adulto tem a necessidade de reviver a mesma sensação e representar a mesma cena traumática com seu parceiro atual, definindo uma compulsão à repetição, característica da neurose.

Esta repetição ou a continuidade com outras formas de relacionamentos é estratégia para lidar com os desejos, com sua sexualidade, como apontou Pontes (2004), e que caracterizará as dificuldades relacionais do sujeito. Outro grave prejuízo decorre da brutalidade do rompimento súbito da vivência de apego, deixando a criança desprovida de modelo a observar e a fragilização dos vínculos, da confiança e a sensação de desamparo entre as pessoas de convívio.

Como bem observado na obra de Renshaw (1984), a experiência incestuosa não é necessariamente violenta, mas pode provocar transtornos significativos no desenvolvimento. O adulto pode utilizar de formas sutis para

satisfazer o seu desejo sem que a criança perceba inicialmente tal intenção, envolvendo-a numa vivência íntima e angustiante.

Em estudo realizado em clínica de tratamento de disfunção sexual, Renshaw (1991) observa que, dos 1010 pacientes atendidos pelo programa, 106 tinham passado por situação incestuosa e aproximadamente 63% do último público descrito tinham disfunções sexuais como: aversão sexual, frigidez, vaginismo, anorgasmia e transtorno de desejo sexual hipoativo em mulheres. No caso de atendimentos aos homens, foram notados casos de anorgasmia, transtorno de desejo sexual hipoativo, disfunção erétil ou ejaculação precoce, além de formas diferenciadas de parafilias, em que se encaixa a pedofilia, dentre outros transtornos.

Observa-se que, para as crianças e os adolescentes, o apoio dos familiares é de suma importância, pois nestas fases ocorrem a definição e a estruturação da identidade, ideias, comportamentos, valores, modos de interação, construídos desde cedo em relação a si e ao mundo, variando a cada etapa do desenvolvimento e as habilidades adquiridas com as suas vivências.

Deste modo, devemos considerar que o significado de vivências e relações interpessoais violentas com os entes, seja física, psicológica e/ou sexual, reflete no desenvolvimento biológico, psicológico, social e sexual dos envolvidos. Relacionamentos parentais com eventos de violência sexual, principalmente de pais a filhos, mostram-se disfuncionais em sua dinâmica e não cumpridora dos deveres de proteger, educar e socializar, conforme expectativas sociais, revelando com isso outra possibilidade de construção cultural, escolhas e formas de relacionamentos sociais e afetivos das crianças e adolescentes.

Considerando a importância das relações parentais no desenvolvimento biopsicossocial, no repasse dos valores e costumes na educação, podemos também referi-las como modelos de relações afetivas possíveis. Deste modo, ao olhar a família, deve-se observá-la como ponto de referência na construção da identidade de seus filhos.

Pode-se pensar também na influência da identidade construída, das experiências passadas e das relações vivenciadas durante anos de vida para as vivências futuras destes filhos e pais, no repasse da aprendizagem à

próxima geração, da forma como perceberam e vivenciaram-nas, a exemplo da construção de vínculos incestuosos.

É consenso entre os estudiosos que a confusão social e psíquica entre os familiares envolvidos pode acarretar neste tipo de violência. Além disso, a concretização de tais atos traz um impacto ao futuro dos familiares, principalmente das vítimas: pessoas depressivas, com crises de ansiedade, autodestrutivas, usuárias de substâncias ilícitas, alcoólatras, que recorram à prostituição, a fugas do lar, a comportamentos delinquentes, dentre outros.

Sintomas psicossomáticos também são comumente observados durante o tratamento. Reações dermatológicas, falta de ar, insônia, queda de cabelo, tonturas, alteração de pressão em momentos próximos ao horário da violência vivenciada, e durante sonhos, momentos de lembranças dos eventos, terrores noturnos, enurese, amenorréia, tentativas de suicídio ou transtornos alimentares são comumente observados.

O medo de reprovações, da vergonha pode atingir cada um dos entes, assim como sua estrutura faz com que busquem formas de defesa para a não desintegração do grupo a fim de se proteger como pode das consequências da revelação. Desta maneira, com frequência, as mães não costumam acreditar nos seus filhos, os pais negam qualquer responsabilidade e as crianças se escondem em seus depoimentos ou silenciam.

Durante o tratamento também é comum a existência de sentimentos ambivalentes, reações diferenciadas, respostas agudas ao trauma, sentimento de tristeza profunda, vergonha, exibicionismo, medo, risos incontidos, culpa, raiva, dissociação de consciência momentânea, desconfiança, dentre outros comportamentos que devem ser observados com cautela (RENSHAW, 1984; SANDERSON, 2005).

Para Benetti (2002), a presença de conflitos envolvendo a violência familiar se caracteriza por estar associada à etiologia de distúrbios emocionais anteriores. Assim, a utilização da violência de forma frequente e intensa pode ocasionar distúrbios afetivos e manifestações clínicas no desenvolvimento, além de dificuldades ao longo do desenvolvimento, como agressividade, conduta antissocial, abuso de substâncias químicas ou psicoativas, ou ainda transgressões da lei.

Mudanças comportamentais podem ser observadas após uma situação de violência sexual, porém a intensidade da experiência vivenciada é única, indescritível, o que pode trazer uma variada gama de reações a este evento e ações diversas ao tratamento. Desta maneira, sentimentos e emoções negativas para as pessoas podem ser vistas por manifestações somáticas, como descritas anteriormente, e estas podem dificultar o diagnóstico, a adesão e o tratamento necessários para estes casos. Condutas mórbidas e autodestrutivas de pacientes que passaram por uma vivência traumática como a de violência sexual podem agravar seu estado de saúde, interferir no processo de cuidados, assim como colocar em risco sua integridade física e das pessoas de convívio.

Mesmo com conceituações diferentes, Azambuja (2004) e Knobel (1992) concordam que este ambiente primário deve ser de proteção integral, no qual somos expostos a situações e experiências afetivas e emocionais significativas ao desenvolvimento de todos. O estilo parental de convívio, considerando tipos e graus de responsividade e autoridade na relação, também pode auxiliar esse processo de desenvolvimento pessoal (OLIVEIRA, 1985).

Caso as relações intrafamiliares demonstrem uma realidade relacional imprópria, não propícia a diálogo, trocas afetivas e de valores, além de convivência favorável à aprendizagem para a criança e o adolescente, isso pode acarretar em dificuldades socioafetivas para construção de novos relacionamentos, além da compreensão sobre convivência, valores sociais como solidariedade, compartilhamento, deveres e direitos, dentre outros fatores importantes na formação do sujeito.

4.3 Dificuldades no atendimento a vítimas de ofensas sexuais

É prioridade de crianças, adolescentes e mulheres vítimas de violência sexual o atendimento médico, psicológico e social, quando existe esta possibilidade, a fim de cuidar dos aspectos físicos, emocionais e características sociais evidentes após a experiência de trauma.

Durante os atendimentos, não há como a vítima esconder seu sofrimento, sofrimento este que pode dificultar o seu tratamento. Esta perturbadora experiência

inibe encontros com médicos, com os exames profiláticos de rotina, bem como pode interferir na adesão e no sucesso do tratamento.

Segundo Dobke (2001) e Silveira & Ribeiro (*apud* MAGALHÃES, 2005), o adoecimento, ou aspectos que levam ao desequilíbrio de sua saúde, traz consigo a ideia de limite, imprevisibilidade, desconforto e vulnerabilidade a uma condição. Assim, o tratamento vem propor este reequilíbrio a fim de restabelecer a condição de funcionamento do organismo.

Neste sentido, o tratamento do paciente deve favorecer a adaptação a uma condição crônica ou aguda, com a intenção de conhecer o processo de saúde/doença de modo a identificar, evitar e prevenir complicações, agravos e, sobretudo, a mortalidade precoce.

Nos casos de violência sexual, principalmente a crianças e adolescentes, é necessário considerar suas ansiedades quanto a um tratamento desconhecido e que traz à tona experiências voltadas à sua sexualidade (COHEN, 1993). Desta maneira, o tratamento deve vir como um apoio à saúde do paciente a fim de criar uma relação capaz de entender as angústias e limitações do paciente, bem como realizar os procedimentos necessários à manutenção de sua saúde.

Como consequências deste ato violento, além de lesões físicas, não devemos deixar de citar os aspectos psíquicos gerados por esta vivência. Na perícia médica de mulheres/meninas, são considerados: hematomas; ruptura do hímen; marcas de mordidas; lacerações vaginal ou anal; traumas na região retal, genital ou oral, assim como em outras partes do corpo; presença de doenças sexualmente transmissíveis; corrimento e odor vaginal característico; gravidez; uso de substâncias psicoativas; alteração no apetite e sono, que, em alguns casos, podem não ser constatados e que podem dificultar o diagnóstico (RENSHAW, 1984 e SANDERSON, 2008).

No atendimento médico a meninos, são considerados: hematomas; infecções; presença de sêmen; dores, vermelhidão ou sangramento retal, que pode demonstrar a utilização de força para penetração; doenças sexualmente transmissíveis; alteração no sono e apetite; e, desconforto em relação ao corpo.

Neste momento, o serviço de Psicologia pode observar aspectos emocionais, sinais importantes e que, muitas vezes, estão implícitos aos olhos leigos, mas explícitos em comportamentos. São eles: sentimento de culpa, vergonha; aumento ou perda de peso; ansiedade aguda; déficit escolar; desconfiança; medo; sentimento

de pouco valor e sujeira; baixa autoestima; somatizações; depressão; isolamento social; distúrbios do sono; agressividade; fugas; choros; alterações constantes de humor; distúrbios do sono; comportamento sexual inadequado; insegurança; medo da intimidade, evitando afagos, abraços, carícias com outras pessoas; confusão de papéis; docilidade ou agressividade exarcebada; brincadeiras ou postura sexualizada; distúrbios de conduta, podendo chegar até ao suicídio.

As mudanças comportamentais podem ser observadas por profissionais especializados como indícios de alguma violência. Além desses aspectos, as relações familiares devem ser consideradas enquanto estão em atendimento, visto a relação incestuosa ser consequência de relações violentas, de trocas de papéis e de histórias familiares, trabalhando assim os vínculos existentes. Neste momento em que se pode ouvir o “pacto de silêncio”, esclarecer a disfuncionalidade familiar, é que poderão ser observadas a história e a constituição familiar.

Observa-se com isso que o vínculo entre profissional e paciente, bem como seus familiares é de suma importância a fim de estruturar e consolidar a proposta de cuidados à saúde, razão pela qual este vínculo deve ser considerado como ponte de acesso ao outro e à efetivação do tratamento.

Para melhor visualizar a repercussão e a demanda de atendimentos realizados por profissionais de saúde, foi selecionado para este trabalho um ambulatório de atendimento específico a esta demanda para que pudéssemos caracterizar as entradas, perfil das vítimas e do agressor.

5 DESCRIÇÃO DE CASOS DE OFENSA SEXUAL INCESTUOSA

Entrevistar adolescentes com o perfil sugerido na pesquisa não foi algo tão simples. Preocupei-me em tentar buscar informações importantes à pesquisa, ao meu objeto de estudo a fim de encontrar características em comum entre as entrevistadas. Porém, observava, a cada momento, para que esta não se transformasse numa clínica.

O objetivo era entrevistá-las sem que se remetessem ao trauma do incesto, observar suas relações, mais especificamente relações afetivo-sexuais, sem que, na ânsia de encontrar as respostas, induzisse à violência anteriormente sofrida e as conduzisse à sua revitimização.

Posso dizer que consegui as respostas significativas muitas vezes não verbalizadas, mas que nos levam a refletir sobre os pontos que se repetem e que chamam a atenção durante a análise. Antes disso, acredito na importância de descrever o processo e a dinâmica das entrevistas.

As entrevistas de pesquisa foram realizadas entre os dias 19 e 20 de abril de 2010 no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS São João de Deus, amparado pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Aracaju, assim como adolescentes da Casa Santa Zita.

Apesar da situação de abrigamento, as adolescentes com este perfil, assim como crianças e mulheres que sofreram quaisquer violações de direitos, são acolhidas e acompanhadas pelo CREAS do município a fim de serem amparadas psicologicamente e socialmente, assim como obter apoio jurídico durante e após o processo.

A entrevista sobre a violência sexual justifica-se pelo interesse pessoal de aprofundar sobre a temática e profissional pela experiência de atendimentos vítimas deste tipo de violência. Neste período, pude observar um significativo aumento no número de entradas em unidades de atendimento especializado a vítimas de violência sexual, atualmente mantido pela Secretaria de Estado de Saúde de Sergipe, em Aracaju, por familiares acompanhados nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS, financiados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, cofinanciados pelo Governo de Estado de Sergipe e Prefeituras municipais de onde estão implantados.

Hoje, após leitura e experiência em políticas públicas da assistência social e atendimento a vítimas de violência sexual, observa-se a importância do esclarecimento e aprofundamento sobre essa questão, assim como vertentes caracteriológicas das consequências para as pessoas que vivem tal experiência, principalmente crianças e adolescentes, e pessoas de convívio, visto o aumento nos consultórios da saúde e nas salas do judiciário.

No período de 2005, houve 157 atendimentos a vítimas de violência sexual, enquanto em 2006, chegou ao quantitativo de 355 casos acolhidos pela equipe médica e de psicólogos. Em 2007 foram notificadas 322 novas entradas e em 2008, 243, totalizando, nestes quatro anos de funcionamento do serviço, 834 atendimentos a crianças e adolescentes.

Cabe ressaltar que, apesar do menor número de atendimentos realizados em 2007, não se pode vislumbrar que os índices de violência contra crianças, adolescentes e mulheres caíram, mas pode ser resultado na diminuição de denúncias realizadas aos órgãos competentes, por diversos fatores, os quais se pode citar: o tabu que envolve tal temática; ameaças, represálias, dependência econômica do agredido; dificuldade de diagnóstico por familiares, comunidade ou profissionais; deficiência nas estruturas e no funcionamento nos serviços de proteção à criança e de adolescente.

A violência sexual é considerada pela Organização Mundial de Saúde – OMS um dos maiores problemas de saúde pública em todo mundo. Estima-se que em 2006 cerca de 40 milhões de crianças e adolescentes entre zero e quatorze anos de idade sofreram algum tipo de abuso sexual ou negligência. Conhecer esta extensão, assim como conceituá-la adequadamente parece estender qualquer trabalho, visto a complexidade desses dados, considerando as nuances culturais, sociais, as especificidades de violações e a multiplicidade de fatores envolvidos neste processo.

Segundo Cohen e Fígaro (1996), detectar e contabilizar eventos incestuosos pode ser ainda mais complicado, pois o incesto reflete um tipo de relação social com variantes como época e cultura que, demonstrando modos particulares de relacionamento, numa dinâmica disfuncional e silenciosa, que dificulta o diagnóstico por pessoas próximas, entes e profissionais, além da sua denúncia.

Além dos números sobre estes eventos, pesquisar sobre as relações incestuosas, assim como as características que sustentam a violência sexual e sua

influência no desenvolvimento socioafetivo da vítima é de fundamental importância para compreender a dinâmica relacional que se forma entre as pessoas deste grupo.

Observando os índices de violência sexual contra crianças e adolescentes apresentadas nos Estados Unidos, bem como os dados divulgados pela ABRAPIA – Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência - Ambulatório de Saúde e CREAS, em Sergipe, mostra-se a importância de discutir esta questão para se elaborar formas de ações, serviços e políticas de enfrentamento a esta realidade.

5.1 Caracterização de ofensas sexuais em Sergipe

Detalhar o número de denúncias de vítimas de ofensas sexuais é tentar enquadrar, fazer e formular critérios e diagnósticos exatos que identifiquem pessoas vítimas, ou seja, é algo impossível de ser exato, assim como exponencialmente perigoso de fazê-lo devido às subjetividades de cada caso. Diante de tal fato, tomaremos como base os números de atendimentos realizados pelo Serviço de Atendimento a Vítimas de Violência Sexual em Sergipe, entre os anos de 2006 e 2008. Porém, antes será necessário explanar brevemente sobre as relações entre governo e sociedade civil, além de respectivos programas e políticas públicas dentro do Plano Estadual de Enfrentamento às Violências Sexuais contra Crianças e Adolescentes.

O referido Plano foi elaborado no Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente de Sergipe com o intuito de integrar políticas públicas de saúde, turismo, trabalho e emprego, segurança pública, educação e assistência social, definindo seus respectivos papéis e ação, a fim de facilitar com mecanismos eficazes e complementares à prevenção e o tratamento das vítimas.

Diante do diagnóstico acentuado de crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual, observou-se a necessidade de planejamento estratégico de combate a esta e a outras ofensas sexuais. Neste sentido, a política estadual e sua comissão objetiva identificar causas/fatores de vulnerabilidade nesta modalidade de violência, assim como diagnosticar as situações e condições de enfrentamento pelo

Governo e Organizações Não Governamentais – ONG's, além de levantar recursos e envolver a sociedade civil nesta problemática. Cada Secretaria de Estado deve ter seu plano próprio, suas responsabilidades, assim como articular com as outras políticas.

Desta maneira, foi construído um fluxograma dos serviços de atendimento à vítima e que considera as necessidades da demanda: primeiramente, o Conselho Tutelar mais próximo deve ser acionado e este encaminhá-la à delegacia especializada, caso o município a tenha, ou à delegacia geral. Após fazer o Boletim de Ocorrência, este deve ser encaminhado para o Instituto Médico Legal - IML para a perícia médica. Passados os procedimentos legais, a vítima é encaminhada para a Unidade de Atendimento a Vítimas de Violência Sexual do Estado, mantida pela Secretaria Estadual de Saúde.

Nesta Unidade a vítima de ofensa sexual receberá atendimento médico: consulta, exames profiláticos, cuidados especiais, vacinas, atenção contraceptiva e, caso seja necessário, o procedimento de interrupção de gravidez, direito previsto no Código Penal desde 1940. Além disso, a unidade possui psicólogo para o acolhimento inicial e o acompanhamento clínico da vítima e de familiares, caso seja desejado.

Vale ressaltar que se a vítima morar em município com Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS, mantidos com recursos e serviços das respectivas Secretarias Municipais de Assistência Social, será encaminhada para este órgão a fim de serem acompanhadas, vítima e família, por assistentes sociais, psicólogos, técnicos sociais. Caso não possua este serviço, a Unidade de Saúde dá continuidade ao acompanhamento do caso. Com isso, a Unidade de Atendimento a Vítimas é a porta de entrada a serviços assistenciais de saúde física e mental de vítimas e seus familiares.

Os dados apresentados fazem parte de um levantamento entre os anos de 2006 e 2008 na unidade supracitada. Apesar de atender a mulheres, estes se referem somente a atendimentos a crianças e adolescentes vítimas, ou seja, entre zero e 17 anos de idade.

TABELA 1: Número de atendimentos realizados

Ano	Total de atendimentos
2006	281
2007	271
2008	293
Total	845

Fonte: Unidade de Atendimento a Vítimas de Violência Sexual

Do ano de 2006 a 2008 foram realizados 845 atendimentos, sendo que somente em 2008 foram atendidos 35% destes casos. Apesar do aumento, este número não foi significativamente superior aos anos anteriores. Ressalta-se que estes números representam o número de entradas na Unidade, seja de novos casos, reincidências ou suspeitas. Além disso, não representa um elevado número de denúncias, visto o assunto ainda ser um tabu; o desconhecimento da vítima; a dependência com o agressor; a pouca noção de direitos da criança e do adolescente, e dos serviços de atendimento no estado e municípios pela população, dentre outros fatores.

Podemos observar o aumento de atendimento a este público, sendo notadamente que o público com o maior número de atendimentos no setor é de adolescentes entre 11 e 14 anos de idade, o que corresponde a 48% dos casos atendidos, ou seja, quase a metade dos atendimentos realizados pela Unidade desde o seu funcionamento. Estes dados também corroboram a literatura, que indica ser esta a faixa etária com maior índice de denúncias, o que, para nós estudiosos, não significa a faixa etária com maior índice de violência.

O menor índice está entre crianças de 0 a 4 anos de idade, totalizando 10% dos atendimentos. Isto pode representar não um número menor de incidência, mas sim a dificuldade de a criança perceber tais fatos, pela sua imaturidade, desconhecimento, além de sua pouca ou nenhuma autonomia, o que dificulta a possibilidade de defesa e denúncia.

TABELA 2: Faixa etária da clientela atendida

Idade	Atendimentos realizados
1 ano	9
2 anos	23
3 anos	22
4 anos	29
5 anos	30
6 anos	44
7 anos	37
8 anos	37
9 anos	39
10 anos	49
11 anos	65
12 anos	98
13 anos	131
14 anos	102
15 anos	58
16 anos	40
17 anos	32
Total	845

Fonte: Serviço de Atendimento a Vítimas de Violência Sexual (Maternidade Hildete Falcão Baptista)

Ao separar esta clientela por idade e sexo, observa-se outro fator importante e característico de tal serviço: dos 845 atendimentos realizados, 740 casos que deram entrada na Unidade, ou seja, 87,6% dos atendimentos, aconteceram com pessoas do sexo feminino, contra 105 casos do sexo masculino (12,4%). Aproximando com as pesquisas na literatura, esse dado só vem ratificar a incidência de tais números, assim como caracterizar uma violência típica a mulheres, meninas e moças, mostrando-se como uma violência de gênero

TABELA 3 - Vínculo com o agressor

Afinidade com o agressor	Números
Amigo	14
Avô	5
Colega	8
Conhecido	147
Cunhado	10
Desconhecido	77
Ex-marido da tia	1
Filho do padrasto	1
Irmão	13
Marido da avó	2
Marido da tia	10
Namorado	105
Namorado da tia	5
Não sabe	1
Padrasto	109
Padrasto do pai	1
Padrinho	4
Pai	74
Parente	1
Primo	37
Professor	1
Professora	1
Sobrinho	1
Tio	30
Vários	1
Vizinho	93
Total	751

*Engloba diversos tipos de vínculos entre o agressor e a vítima
**Fonte: Serviço de Atendimento a Vítimas de Violência Sexual
(Maternidade Hildete Falcão Baptista)**

Evidencia-se também o número considerável de 125 casos com suspeita de violência a crianças e adolescentes, ou seja, quase 5% do público atendido e que, de alguma forma, não pode ser diagnosticado, seja pela ausência de sinais físicos como também a não continuidade nos atendimentos psicológicos, dificultando tal esclarecimento.

Ressaltam-se dois pontos importantes: o alto índice de suspeita de violência que deve valorizar a investigação, assim como os cuidados com a suposta vítima, mesmo na ausência da confirmação em relação à situação vivenciada; e, em segundo, o baixo índice de casos de sedução a crianças com menos de 10 anos de idade.

Outro ponto investigado por Reis e Carvalho (2007) é o tipo de vínculo com o agressor: do total de casos, 89,74% eram de pessoas conhecidas, mas que não foram identificadas na entrevista, ou seja, 674 casos. Os maiores índices mostram o padrasto e o pai com a maior incidência de casos, 16,1% e 11% respectivamente.

Apesar de todos estes dados serem importantes para caracterizar as facetas da violência sexual extra e intrafamiliar, chama-nos a atenção o grande número de casos envolvendo pessoas próximas, familiares ou não, mas que geralmente estão acima de quaisquer suspeitas, e aqueles que possuíam grau de confiança com a vítima, ou seja, 90% dos casos envolviam amigos, avós, tios, primos, irmãos, vizinhos, colegas.

Diante de tais dados, observa-se, tanto na literatura quanto nos números descritos pela Unidade, a proximidade existente entre agressor e vítima, o que pode dificultar ou até impedir sua denúncia, pois isso revelaria sua desorganização e disfuncionalidade. Desta maneira, mostra a importância de um trabalho bem feito dos profissionais da saúde e educação, aqueles que estão diariamente em contato com elas, crianças e adolescentes, a fim de notar mudanças significativas de comportamento, aspectos familiares importantes a serem acompanhados, assim como sinais que possam deixar transparecer a existência de violações contra eles.

5.2 Entrevistas

Este trabalho foi realizado por meio de pesquisa qualitativa, considerando o apoio de pesquisas bibliográficas sobre a temática proposta para subsidiar as análises dos dados, além da coleta de informações mediante entrevistas semiestruturadas a adolescentes vítimas de violência sexual incestuosa.

As entrevistas foram realizadas com adolescentes, entre 12 e 18 anos, que deram entrada ou que já estavam em atendimento sociopsicológico no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) São João de Deus, cofinanciado e gerenciado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania e Prefeitura Municipal de Aracaju - SE.

A faixa etária escolhida para as adolescentes a serem entrevistadas considera a descrição do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990), que caracteriza a infância por sujeitos entre 0 e 12 anos de idade não completos, e a adolescência entre 12 e 18 anos não completos. Essa escolha também se deu por essa ser uma fase de significativas mudanças em que ocorre o desenvolvimento físico, bem como o da personalidade, emocional, cognitivo, social e sexual, num processo maturativo e de construção de identidade por novas identificações em suas vidas. Neste sentido, a relação de referência e de dependência dos filhos pelos pais modifica-se pela participação em experiências sociais mais intensas, por sua participação em grupos de sua escolha, a fim de desenvolver suas habilidades e autonomia (PAPALIA, 2000).

Segundo Laville e Dionne (1999), a pesquisa qualitativa possibilita o aprofundamento sobre determinada temática ou fenômeno, facilitando a transmissão das perspectivas do(s) participante(s) sobre o assunto, permitindo com isso observar o discurso pessoal, interpretação das informações coletadas, assim como relações com outros fenômenos.

Este tipo de entrevista permitiu ordenar questões importantes à pesquisa que auxiliaram no acesso a aspectos singulares do fenômeno estudado à medida que têm flexibilidade para colocações pessoais e oferece maior abertura à pessoa entrevistada, possibilitando seu posicionamento sobre a questão levantada, relatos

personais, sem deixar de lado o bem-estar da adolescente, considerando a importância desse tema em sua vida.

Neste sentido, antes das entrevistas, foram levantados, pelos profissionais do CREAS, os casos que estavam no perfil exigido para o levantamento dos dados. Desta maneira, foi observado histórico de vivência incestuosa com pai ou padrasto, para daí verificar suas expectativas e experiências afetivo-sexuais atuais.

Vale ressaltar que, para este trabalho, o incesto será considerado como relação de pessoas afetivamente ligadas em grupo de convívio diário, não considerando somente ligações consanguíneas. Assim, foram entrevistadas adolescentes vítimas de ofensas sexuais, do sexo feminino, que estivessem na faixa etária estabelecida para o estudo e que foram abusadas sexualmente por pais ou padrastos que acompanharam seu desenvolvimento desde a infância.

Foram entrevistadas cinco meninas com histórico de violência sexual incestuosa e que, através de contato realizado pelas assistentes sociais ou pelos psicólogos que acompanharam cada caso, aceitaram participar das entrevistas. Este número foi possível mediante a aceitação das adolescentes em participar das entrevistas e a autorização dos responsáveis.

As entrevistas foram realizadas num único encontro com cada adolescente. Nestes encontros foram descritos os objetivos da pesquisa, o método e os instrumentos utilizados, bem como entregues os termos de consentimento para as adolescentes e seus responsáveis.

Vale ressaltar que, das cinco adolescentes entrevistadas, quatro delas estão abrigadas na Casa Santa Zita. Tal situação é comum de ser observada devido à necessidade de distanciamento entre a criança/adolescente do acusado até a finalização do processo judicial. Como não há provas suficientes ou o suspeito agressor ainda não foi sentenciado e, paralelamente, há necessidade de proteção infanto-juvenil, o procedimento comum aos serviços de proteção à criança e adolescente é afastá-los do lar para que não sejam revitimizadas.

Assim, para descrever os casos tornou-se necessário usar nomes fictícios com o objetivo de preservar a identidade e a integridade das entrevistadas. Desta maneira, poderemos analisar cada caso e as repercussões em suas vidas.

Além das entrevistas, foram disponibilizados prontuários de atendimentos de quatro adolescentes, que estavam abrigadas naquele período, emitidos por Assistentes Sociais e Conselheiros Tutelares do município de Aracaju. Estes prontuários, assim como o contato com os profissionais do CREAS e a coordenação do abrigo, permitiram acesso aos dados das histórias das meninas.

Primeiramente foram expostos, para responsáveis e entrevistadas, os objetivos do trabalho, a metodologia e as condições para que o mesmo pudesse acontecer. Desta maneira, foram explanados os questionamentos e tiradas as dúvidas que aparecerem no primeiro momento. Após esta explanação, em momento posterior, foi perguntado se a mesma se sentiria à vontade para responder a entrevista e só a partir do seu consentimento é que se iniciava a entrevista.

A pesquisa foi encaminhada para o Comitê de Ética em Pesquisa da PUC Minas, registrada sob o número 0306.0.213.000-09, sendo aprovada no dia 06 de abril de 2010.

5.2.1 Caso Gabriela

Gabriela tem 13 anos, está há quase quatro anos no abrigo com suspeita de abuso sexual intrafamiliar. Segundo relatório feito pelo Conselho Tutelar e confirmado pela própria Gabriela, ela foi ofendida sexualmente pelo padrasto e dois tios que habitam a mesma residência. Neste local há um fator que chama a atenção: a residência é caracterizada como local pequeno, de taipa, com pouca estrutura, poucos cômodos, onde moram sua mãe, seu padrasto, dois tios maternos, seus avós maternos e cinco irmãos.

Segundo o relatório, a suspeita de violência sexual surgiu quando a mãe começou a observar mudanças de comportamento, não definidas no relatório, do padrasto e dos dois tios durante a noite. Além destas mudanças, a mãe presenciou cenas que “levantaram suspeitas”¹, como as de tios pulando a janela do quarto em que Gabriela dormia. Ainda, a adolescente queixava-se de umidade e dores na área genital, sem discorrer sobre tais fatos, e da presença de corrimento e odor forte em peças íntimas quando acordava.

¹ Termo descrito em relatório.

Vale ressaltar que o relatório aponta que os dois tios da vítima possuem transtornos psiquiátricos e não são devidamente acompanhados por profissionais da saúde, permanecendo ambos na residência da família.

Atualmente sua mãe está grávida do sexto filho. Ao investigar sobre o pai destas crianças, a coordenadora do abrigo informa que a mãe não detalha quem são os pais das crianças. Mesmo com estas dificuldades, na estrutura física do lar, financeira e de cuidados emocionais e de educação, a mãe busca formas de obter a guarda da filha para que possa voltar à casa da família. Durante a entrevista, Gabriela mostra-se motivada em retornar à convivência com a família, mesmo com a presença dos seus tios.

5.2.2 Caso Carolina

A adolescente, 12 anos, está abrigada com a irmã devido a histórico de violência sexual vivenciada por ambas. Segundo relatório emitido pela assistente social da Prefeitura de Aracaju, assim como observações da coordenadora do abrigo e da assistente social que acompanham o caso, a mãe não acredita na possibilidade de violência sexual pelo padrasto. Até que este caso seja julgado, elas estão sob a tutela do município e do Abrigo.

Diante de tal informação, Carolina confirma o distanciamento da mãe, que pouco visita suas filhas no abrigo. A coordenadora do Abrigo complementa que a mãe não aceita tal fato, deixando-as abrigadas como forma de evitar contato, principalmente com o padrasto, com quem convivia até o dia da entrevista.

Vale ressaltar que o caso foi denunciado por uma das irmãs. Carolina não sanciona os acontecimentos, porém sua irmã mais nova confirma com todos os detalhes a violência para as funcionárias do Abrigo que as acompanham, assim como ao Conselho Tutelar e aos profissionais do CREAS.

5.2.3 Caso Andrea

Andrea tem 13 anos e foi encaminhada pelo Conselho Tutelar local ao Abrigo com suspeita de ter sido engravidada pelo pai. A gravidez não foi confirmada e o pai ainda continua sendo investigado.

Na delegacia especial, Andrea confirmou ter sofrido agressões sexuais pelo pai. Em relato ao delegado e descrito em relatório emitido por profissional da Delegacia, seu pai bebia com os amigos e sempre promovia encontros em sua casa. Numa dessas visitas, alguns deles a estupraram e, desde que o pai tomou conhecimento de tal fato, também mostrou interesse em manter um relacionamento sexual com a filha, o que acabou acontecendo.

Após a denúncia e ciente de tal fato, a mãe se separou e apoiou a filha no período em que conviviam. Porém, atualmente a mãe mora com outro companheiro e teme levá-la para casa e passar pela mesma experiência. Desta maneira, segundo a coordenadora do Abrigo, prefere mantê-la na instituição para que não haja possibilidade de “fofocas”, nem problemas no casamento.

5.2.4 Caso Carmen

O caso foi encaminhado pelo Ministério Público Estadual e descreve que a adolescente convivia com a mãe e o padrasto, o qual é caracterizado, em relatório da assistente social do Abrigo, como um rapaz jovem, com passagem em presídio por furto e uso de droga. Segundo a mesma, no período da violência, o padrasto estava desempregado e passava boa parte do dia em casa. Sua mãe mostrava-se constantemente doente, fazendo uso continuado de ansiolítico. Diante do distanciamento da mãe nos cuidados da casa e das filhas, o padrasto obrigava a irmã mais nova e ela a fazerem sexo oral.

Em conversa com a coordenadora do Abrigo, a mesma não tem notícias da mãe das meninas. Por não terem informações sobre parentes próximos, Carmen não recebe visitas de familiares. A mãe, em sua última visita, confirmou sua separação do padrasto, fato não averiguado pelos profissionais do Abrigo e do

CREAS devido à mudança de domicílio. A irmã mais nova fugiu do Abrigo e, até o dia em que foi realizada a entrevista, não havia notícias dela, fato que deixa Carmen ainda mais desamparada.

5.2.5 Caso Clarice

Clarice tem 13 anos e foi encaminhada ao CREAS São João de Deus pelo Conselho Tutelar do município de Aracaju com queixa de furtos a objetos de pequeno valor. Atualmente a mesma ainda está sendo acompanhada por estas instituições.

Segundo a equipe do Centro, é participativa e seus comportamentos melhoraram. A madrasta suspeita de incesto, pois nota mudança de comportamento do marido, com quadro de agitação, ciúme exagerado, aproximação da enteada e carícias constantes, e, quando chega à noite, observa peças íntimas sujas com corrimento significativo. Apesar dessa constatação pessoal, a mesma não denunciou o caso, pois considera não ter provas suficientes para comprovar os fatos.

Segundo a assistente social que a acompanhava, Clarice não falou nada expressivo, mas em alguns momentos demonstra insegurança e indícios de que algo diferente e desconfortável acontece. Porém, durante a apresentação da pesquisa, do objetivo e do perfil dos entrevistados, a mesma concordou em participar sem nenhum receio, confirmando esta possibilidade.

Para melhor visualizarmos os casos supracitados, foi elaborado um quadro com as principais informações colhidas:

TABELA 4: Informações sobre as entrevistadas

ENTREVISTADA	IDADE	AGRESSORES	OBSERVAÇÃO	ONDE MORA
Gabriela	14	Padrasto e tios	Mãe ignora o evento	4 anos de abrigo
Carolina	12	Padrasto	Mãe não acredita na filha	4 anos de abrigo
Andrea	13	Pai e conhecidos	Mãe receia que ela volte para casa	2 anos de abrigo
Carmem	16	Padrasto	Mãe doente	3 anos de abrigo
Clarice	13	Pai (Suspeita levantada pela madrasta)	Aos cuidados do pai / Suspeita de abuso	Com pai e madrasta

6 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

A partir das entrevistas realizadas, observou-se, entre os aspectos importantes, característicos entre as adolescentes, o receio de falar sobre si, principalmente no que concerne à sexualidade. Neste sentido, este último ponto parece ser um aspecto mais delicado a ser exposto, diante das demandas constatadas nos encontros.

No início das entrevistas, era notória a timidez das adolescentes, receosas em responder perguntas íntimas. Carmem e Clarice foram as únicas, aparentemente, despreocupadas com as suas respostas neste momento, mostrando desenvoltura em responder as perguntas, assim como falar abertamente sobre os temas propostos.

Mesmo com o cuidado de não focar sobre o relato da experiência incestuosa, a maioria das meninas mostrava-se tímida, algumas vezes intimidadas quando questionadas sobre relacionamentos afetivos, expressando silenciosamente suas angústias, o estado de tensão e o retraimento visível em suas posturas ou risos desconcertados, mas que desenhavam nitidamente o seu desconforto.

Não devo deixar de considerar que um dos fatores para o que pode ter prejudicado profundamente a entrevista foi a dificuldade de contatá-las anterior ou posteriormente para que pudéssemos construir um vínculo, conhecer entrevistadas e entrevistadora para que assim sentíssemos mais à vontade para expressar interesses, exposição dos temas e assim, oferecer um material vasto a ser discutido. Mesmo sentindo esta falta, para uma análise elaborada dos seus conteúdos, acredito que “o pouco” certamente nos traz uma preciosidade e pode nos oferecer pontos importantes a serem discutidos nesta pesquisa.

Embora do foco para este trabalho focar sobre as expectativas afetivo-sexuais de adolescentes vítimas de incesto, temas como família, amizade, abrigo e projetos pessoais foram observados e poderão nos indicar outras expectativas. Sendo assim, para melhor organizar as informações colhidas, a análise foi dividida em subcapítulos que abordarão os temas supracitados.

6.1 Família

Dentre as cinco adolescentes entrevistadas, somente uma, Clarice, estava sob os cuidados da família no momento da entrevista. As outras quatro meninas moravam há pelo menos dois anos no abrigo quando foram realizadas as entrevistas.

Durante o encontro, nenhuma apresentou queixa específica dos pais ou da história de suas vivências familiares. Mesmo aquelas que estavam sob a guarda do abrigo, mostravam interesse em voltar ao seio familiar e de convívio, sensação de falta de referência e de orientação, além da esperança de poder retornar às suas casas. Um ponto a ser considerado é que das quatro abrigadas, somente duas recebiam visitas de parentes esporadicamente - no caso, a mãe. As outras dependiam de visitas de alguns parentes distantes, que faziam estas visitas com pouquíssima frequência, ou, pelo desinteresse dos próprios pais, perderam o contato definitivamente com eles, como aconteceu com Andrea.

No caso de Gabriela, a mãe reconhece a suspeita do incesto para as profissionais que acompanham o caso, sendo que ela ainda mora com os dois tios da menina que são os principais suspeitos das agressões para com ela, mas considera que conseguirá cuidar dela caso retorne para casa. Este desejo é relatado para os profissionais da instituição e da prefeitura que a acompanham, mas esta possibilidade torna-se inviável diante da realidade de vulnerabilidade social, econômica e estrutural em que vive, assim como a possibilidade de revitimização da jovem no retorno de convívio com os suspeitos agressores.

Os casos de Carolina, Carmem e Andrea também chamam a atenção por uma peculiaridade: a relativa rejeição das mães para a violência que elas viveram e os cuidados necessários. No primeiro caso, Carolina foi violentada pelo padrasto e sua mãe não aceita o fato. Não se sabe, de certo, se o relacionamento entre a mãe e o padrasto chegou ao fim, pois ela pouco comparece para visitá-la e trocar informações.

Para Carmem a ausência materna é lamentada. No caso de Andrea essa falta faz da espera ainda mais incerta e difícil de entender, pois não depende só de suas vontades, mas do desejo da mãe, assim como do fim de seu relacionamento conjugal, para que, desta maneira, a mãe se sinta confortável e segura para recebê-

la sem o receio de que “algo possa acontecer novamente” entre a filha e o seu esposo, ou que as pessoas voltem a “falar mal de seu cuidado” - palavras utilizadas pela mãe em entrevista com a diretora do abrigo e descrita no relatório social.

Nos casos apresentados observamos uma interferência na comunicação entre os entes da família, seja pelo fato de não conseguirem achar indício da ocorrência do incesto/da ofensa, seja pela dificuldade de compreensão das limitações e necessidade de uma estrutura mínima para segurança e bem-estar da adolescente; ou mesmo da negação de eventos como este em suas famílias.

Os pais quase não aparecem nessas histórias e relatórios. As mães, omissas de forma consciente ou não, cegam-se para esta realidade e falham ao permitir tal acontecimento. São a elas que são feitas as principais observações em relatórios ou relatos. Então, o que foi permitido além da violência?

Considerando a vinculação afetiva como resultado de um comportamento social vivenciado, podemos ligar as dificuldades relacionais futuras a déficit ou a experiências passadas em que os laços afetivos anteriores, principalmente no período da infância, refletirão na capacidade de desenvolverem-se em novos relacionamentos sociais ou vínculos amorosos.

Para Bowlby (1990), os ingredientes essenciais que descrevem uma personalidade a qual ele considera como saudável é a capacidade para aproximar-se, manter, discernir e confiar em uma outra pessoa. Porém, para tal capacidade, é necessária a presença de uma figura de confiança que esteja disposta a fornecer esse tipo de base segura para cada fase do desenvolvimento, o que geralmente não se encontra em uma família incestuosa.

Para crianças e adolescentes vítimas de negligência em seus cuidados, falando mais especificamente de vítimas de ofensa sexual intrafamiliar, torna-se difícil encontrar esta referência, pois pai e mãe não foram capazes de proteger seus filhos de uma situação confusa e traumática. Neste sentido, reconhecer figuras adequadas e que possam proporcionar uma base segura em relações mutuamente gratificantes ao desenvolvimento das habilidades sociais é uma tarefa ainda mais difícil.

Para manter um relacionamento é necessária uma autoconfiança alicerçada e que servirá como modelo para as próximas explorações. Como encontrar isso em uma relação em que o pai, característica da grande maioria dos casos de ofensa sexual, violenta a filha e mãe não se encontra presente para protegê-la? Neste caso,

os dois foram falhos, o pai, por demonstrar uma relação dúbia, que ao mesmo tempo em que demonstra carinho e traz certo prazer num contato sexual, a faz também sentir-se mal, desconcertada, ameaçada com tal segredo, culpada pelo acontecido.

A mãe, figura de referência, proteção e amor, falha ao permitir a relação incestuosa, mesmo que desconheça tal acontecimento, deixando seus filhos por conta desse perigo. A ausência materna parcial ou total revela sua incapacidade de cuidar, notar as necessidades dos filhos e os sinais de alerta, assim como atendê-los. Mesmo assim permanece nesta convivência o desejo da vítima de que tudo seja descoberto, que o pesadelo acabe e que seja salva por esta figura maternal que poderá acolhê-la.

Será que este desejo também não faz parte dos anseios maternos, mesmo que isso custe a desestruturação da família e repensar o caminho futuro? Observa-se que mesmo conhecendo as agressões dentro de suas famílias, em muitos casos, as mães reconhecem-se naquela filha agredida, como aconteceu em experiências passadas e considera o terror de reviver, mesmo que indiretamente, as ofensas (FOWARD e BUCK, 1989).

Procurar uma resolução para estes casos é necessário, mesmo que às vezes isso chegue às custas de mais sofrimento para mãe ou filhos: desestruturação familiar, desamparo e vulnerabilidade sociofamiliar, negação e fuga dos acontecimentos, separação das pessoas de convívio e distanciamento afetivo são algumas das soluções encontradas para lidar com esta realidade.

No caso das adolescentes abrigadas, além de serem revitimizadas, punidas com o distanciamento dessa mãe não cuidadora, algumas delas vivem concretamente esse distanciamento e desinteresse materno. Essas figuras de amor que negam, rejeitam seus filhos trazem à tona afetos associados a sentimentos como raiva, medo, abandono, culpa, solidão e incompetência filial, mesmo que estes sentimentos não apareçam conscientemente.

A etiologia da família incestuosa, descrita por Cromberg (2001) e Forward e Buck (1989), é caracterizada por relações fechadas, confusas, tendo como via de satisfação o uso do poder por uma das partes, no caso o adulto, para gerar dependência e, conseqüentemente, a vivência de mais uma relação disfuncional com relação de submissão aos interesses de um outro. Então, como pensarmos em adolescentes espontâneas, ativas e autônomas se isto não foi promovido em suas vidas?

Segundo Dalbem e Dell'Aglio (2005), adolescentes e adultos que passaram por uma situação traumática apresentam, em geral, sinais leves a graves de desorientação, desorganização ou mesmo evitam falar sobre a sua infância e de eventos traumáticos ou de suas perdas, demonstrando em seus discursos a vontade de distanciamento dos pais. Porém, não foi isso que aconteceu com as meninas entrevistadas. Mesmo diante da incompetência parental, intimamente demonstram o desejo de retornarem às suas casas para serem cuidadas por suas mães.

Acredito que aquelas que se mantêm em desorganização e que trazem consigo traços contraditórios, confusos alimentam idealizações, fantasias sobre os seus relacionamentos familiares na infância e sobre as suas perspectivas. Observa-se que tais experiências trazem consigo a dificuldade para aceitar, entender ou mesmo se colocar em situações infantis, lembrar detalhadamente de cenas e sensações, assim como apresentam carência em seus discursos para compreender a origem de suas emoções.

Falarem de si, de suas vidas e intimidades é invadir os seus mundos, transpor a couraça criada para enfrentar situações de frustração e angústia, sem que saiam mais machucadas do que já estão. Além disso, a possibilidade de remexer em um baú de lembranças que, de alguma forma, está guardado e abri-lo é memorar mais consciente que nunca os seus passados. O afastamento de experiências e de seus reais sentimentos pode dificultar e afastá-las das novas vivências e perspectivas relacionais, assim como da sua própria história.

Ressalto a observação de Bowlby (1990) ao afirmar que, apesar de considerar que o rompimento afetivo com os pais não seja o único motivo para causar dificuldades emocionais, síndromes ou transtornos futuros, tais efeitos são observados comumente nos estudos sobre personalidades sociopáticas, depressão, sintomas persistentes, comportamentos delinquentes, bem como suicídio.

Como observamos neste tópico, Bowlby (1990) traz em sua teoria modelos internos de desenvolvimento nas relações com as figuras de apego primárias, aquelas que fazem parte da sua criação, servindo como base para as ligações afetivas à outras pessoas. Neste sentido, o autor referencia o desenvolvimento socioafetivo do sujeito com os vínculos afetivos e modelos relacionais que vivenciou desde a infância, aprendendo, com isso, habilidades e formas diferenciais de interação. Neste sentido, Bowlby (1990) se refere além das representações das

experiências da infância, dos modelos relacionais parentais, como também às percepções do ambiente, de si e dos outros.

Segundo a análise de deste autor, o indivíduo constrói modelos dinâmicos sobre as figuras de vinculação desde o primeiro ano de vida e que se repetirão ao longo de sua infância e adolescência. Desta forma, os modelos representacionais das figuras de vinculação permitirão ao indivíduo desenvolver sua habilidade relacional, consciência da representação de si e dos outros, seus desejos, projetos, além de trazer implicações importantes ao desenvolvimento.

Em resumo, o indivíduo constrói vários modelos internos dinâmicos, a exemplo da mãe, do pai e de si próprio, na interação com cada uma das figuras parentais, compreendendo sobre a forma como essas figuras são capazes de se comportar em diversas situações, os planos e expectativas sociais, cognitivas e emocionais futuros.

Os padrões de comportamento evitativo e desorganizado/desorientado são os mais comuns a crianças e adolescentes que passaram por situações de violência. Nestas duas condições, crianças e adolescentes mostram-se inibidos, confusos e/ou temerosos no contato com os cuidadores e com pessoas estranhas, mostram dificuldade de lidar com situações que considerem diferentes, mostrando pouca adaptabilidade e referência de segurança em conflitos emocionais.

E, para estas adolescentes, além de contar com tais experiências, esta fase representa mudanças significativas em suas vidas, principalmente no aspecto social. O afastamento dos interesses dos seus familiares, além de trazer novas referências pessoais de amigos e pais de suas colegas, acarreta também a ideia de que serão estas as novas referências de segurança para a exploração social. A discussão sobre relações sociais e amizades estarão no tópico próximo tópico.

Durante os encontros, percebe-se que as entrevistadas: é o desejo, mesmo que em longo prazo, de criar e fazer parte de uma nova família, sua própria família, na qual poderão presenciar o afeto que existe neste grupo. Como expõem mais claramente Carmem: *“Eu quero formar uma família, mas eu tenho medo, sabe, tia... mas eu quero construir uma família.”*; e Clarice, *“Olha, o casamento eu acho que é bom, é, porque constrói uma família, tem filhos, por um lado é bom.”*

Todas as entrevistadas expressaram seus desejos de constituir uma família, como local de apoio e de dedicação, e ligavam tal constituição à ideia de casamento, situação que todas colocavam como delicada diante da não confiança de

continuidade desta relação. Para Carolina a primeira possibilidade, família, não é pensada frente à necessidade de passar por um relacionamento afetivo, algo que rejeita ou evita expressar, respondendo “não sei” ou “não quero”. Seus planos são de poder trabalhar como modelo e viajar muito. Mas, será que esta adolescente não foi despertada para os desejos ou esta é uma condição extremamente delicada para ela?

Carolina mostrou-se tensa e na maioria das respostas se limitava a responder “não sei” às perguntas. Acredito que diante de tanta rigidez e evitações, tais assuntos podem despertar sentimentos desconhecidos ou esta seria, como descrita por Pontes (2004), mais uma estratégia para lidar com seus desejos, mudanças em seus corpos e sua sexualidade. Será, então, que podemos pensar dessa forma às outras adolescentes quando justificam seus desejos e inquietações inerentes à violência vivenciada às relações futuras?

Pensemos que se todos tivessem medo de relacionamento íntimo a ponto de ligá-las somente às lembranças das relações violentas como sendo a única condição relacional, será que desejariam “experimentar o lado bom”, como aponta Clarice? Acredito que esse lado faça parte do universo de contextos visualizados em outras situações com outras pessoas, desejos de que se realizem, assim como a contribuição de suas fantasias quanto às suas relações, que observaremos no tópico posterior.

Frente às respostas das entrevistadas, devemos refletir sobre as expectativas que elas trazem a respeito da família e que é reforçado pelo imaginário social de que a família é um grupo de apoio, proteção e afeto. Mesmo com histórias marcadas por violência, o imaginário dessas meninas reflete o receio de não obterem sucesso na construção de um núcleo familiar, mas, ainda mais forte, o desejo de construir uma família ideal.

6.2 Relacionamentos sociais e as amizades

O desenvolvimento social do adolescente acontece à medida que este internaliza a concepção da necessidade social, sendo acompanhado, dessa forma,

pela formação/definição de sua identidade, seus interesses, habilidades, necessidades e desejos, que se expressarão nos contextos sociais.

Longe de entrar na cultura adulta, mas afastado da fase infantil que estava acostumado, o adolescente tenta desenvolver uma subcultura própria com linguagens, padrões e conexões com realidades que caracterizam esta cultura jovem. Neste sentido, os amigos desempenham um papel importante ao seu desenvolvimento, pois tais relações permitirão ensaiar as relações da vida adulta, seja em nível social, de trabalho ou de um relacionamento amoroso.

De acordo com Mussen (1990), os adolescentes são mais dependentes das relações entre companheiros do que as crianças mais novas, pelo fato de que os laços com os pais tornam-se, a cada dia, mais fracos à medida que adquirem mais independência. Buscam nas amizades apoio e compreensão de suas angústias diante dessa grande mudança. No caso das meninas dessa pesquisa, elas têm duas particularidades a serem consideradas neste processo: o histórico de violência e, na maioria dos casos entrevistados, a convivência em um abrigo.

Durante as entrevistas foram analisadas suas falas e observamos sentimentos comuns como insegurança, vergonha de se exporem e de conseguirem confiar em outras pessoas. Considerando esta postura algo comum nesta idade, podemos ratificar a situação de convivência em abrigo, o seu círculo limitado de amizades, que, muitas vezes, se constituem por companheiras da instituição, restrito a pessoas de convivência diária ou de mesma condição: *“Na escola eu não falo quase com a maioria de ninguém. Agora aqui eu tenho mais [amigas]. Na escola eu não acertava nada, tia, aí me chamavam de burra.” (Gabriela).*

Gabriela complementa expondo sua opinião sobre os amigos do sexo masculino: *“Homem é mais difícil pra mim, não gosto de falar muito não... Eu não gosto não, é chato, porque às vezes ficam fazendo palhaçada, aí fico com vergonha.”*

Carolina e Carmem relatam que têm poucos amigos. A primeira não explica verbalmente o seu receio, mas por meio de expressão corporal aponta sua insatisfação. Já Carmem anuncia existir sim uma dificuldade em confiar nas pessoas: *“Só tenho duas amigas [referindo a duas internas do abrigo]. Confio nelas (...), só que eu tenho que passar muito tempo para confiar naquela pessoa e aí demora a fazer amizades.”. “Mais ou menos [quantidade de amigos], acho que pouco, umas duas.”*

Não acredito que esta insegurança pertença somente às adolescentes que foram vítimas de maus tratos, é inerente às dificuldades que cada uma encontra em relacionar-se com os outros, mas receio que não devemos desconsiderar que este “segredo” de parte de sua história de vida fica melhor guardado quando não é necessárias a aproximação e a intimidade com outrem.

Se pensarmos que é por meio da intimidade que é possível a aproximação do outro com o intuito de estreitar relações e aprofundar sobre seus pensamentos, personalidade, desejos, objetivos, podemos considerar também a possibilidade de conhecer as suas relações anteriores, sua família e sua história. O esforço para manter distante essa lembrança será constante e desconfortável.

As explorações de Bowlby (1990) nos fazem pensar além da aprendizagem e dos modelos a seguir, mas revelam também a importância de uma construção de uma história, de uma referência de “eu” em que se possa se mostrar sem receios de discriminação. Além disso, se não puderam contar com o porto seguro da família para confiar, como poderão se apresentar para pessoas desconhecidas, secundárias na escala da confiança?

Clarice parece mais desenvolta, relata gostar de sair, ir ao shopping, ir à casa dos amigos, que considera ter muitos, além de contar um pouco da convivência com o seu pai, madrasta, tias, sobrinhas, amigos da escola e da rua.

A maioria [dos amigos] é da rua onde eu moro e morava. Assim quando vou me mudando, eu saio e vou deixando aquelas amizades e dali fica e não acaba mais. Todos são meus amigos, entendem o meu lado. Quando eu estou com raiva, vou, converso e eles escutam, como eu escuto. É assim. É assim, um afeto como se fosse de pai para filho, a gente briga com todos, mas quando tá com raiva um conta a coisa para o outro. (CLARICE)

Para Carmem e Clarice, para que possam ser amigas, as pessoas precisam mostrar seriedade, respeitar suas opiniões e demonstrar confiança: *“Tem que ser realmente sério, não ser fofoqueiros. A gente tá conversando aqui, só entre nós e você já chega e conta para outra pessoa, aí não é bom não.”* (CLARICE)

Todas as entrevistadas foram unânimes em apontar as mulheres como as pessoas com quem conseguem fazer amizades com mais facilidade, mostrando-se um pouco relutantes a aproximação dos meninos frente à diferença de pensamentos, interesses e comportamentos. Mesmo com este perfil, Clarice relata

que também tem amigos do sexo masculino, diferenciando-se das outras quatro entrevistadas que dizem que fazer amizades com rapazes é mais difícil:

Homem é difícil pra mim conseguir [aproximação], não gosto de falar muito não. Eu não tenho [amigos do sexo oposto]. Eu não gosto não. É chato, tem cada menino chato na minha sala (...) Porque tem vez que ficam fazendo de palhaça, aí eu fico com vergonha e começo a sorrir, mas aí a professora vai lá e manda fazer silêncio. Aí eu paro. (GABRIELA)

Porque gosto de ficar com as mulheres, de conversar e tudo isso, porque os homens não acompanham as mulheres, né? Eles só ficam de brincadeira, de amigos, um monte de coisa. Tudo besteira deles. (ANDREA)

Mulheres [refere-se ao maior número de amigos]. A gente conversa muito no intervalo das aulas, a gente junta e conversa (...). É constrangedor falar de namoro com menino, com rapazinho, sabe? Ele não entende nada. (CARMEM)

Olha, como eu sou mulher eu me bato mais com mulher que com homem. Porque homem gosta de umas coisas, outras coisas e mulher não, sabe o gosto de cada uma, sabe o que faz, é muito melhor. E o homem eu não sei o que eles fazem. A gente mulher gosta de umas coisas, gosta de andar de um lugar e eles de outro. Homens gosta de estar em bar para beber, a gente mulher não, gosta de sair, passear, é diferente. (CLARICE)

A dificuldade de aproximação com o universo masculino, no momento da entrevista, parece ser uma questão de diferença de tempos, gênero, expectativas entre eles e, de certa forma, um comportamento observado nos estudos de Stengel (2003), Justo (2005) e Macedo *et al* (2004). Porém, ao serem questionadas sobre relações afetivas/amorosas, surgem perspectivas peculiares e maximizadas, que podem fazer-nos pensar em alguns sinais. Diante de tal peculiaridade, torna-se necessário discorrer sobre essas observações em tópico posterior.

Uma observação a ser considerada é: será que o abrigo dificulta ainda mais a aproximação às outras pessoas? Afinal de contas, Clarice relata do apoio e escuta das familiares sobre suas necessidades e seus desejos. Diferente das outras meninas, ela consegue ter a escolha do que quer fazer, a liberdade de decidir para onde ir e com quem quer estar a cada momento. Além disso, pensemos que tal possibilidade permite maior convivência em meios jovens, aproximar-se de mais pessoas e, conseqüentemente, envolver-se com outras realidades, permitindo a troca de informações e um treinamento de suas habilidades.

Considerando tais questionamentos e a realidade de quatro das entrevistas, torna-se necessário para este trabalho analisar brevemente sobre a situação de

abrigamento vividas por elas, bem como funcionalidade e influências de tal condição no desenvolvimento das adolescentes abrigadas.

6.3 Abrigamento

O abrigo onde foram realizadas as entrevistas é filantrópico, dirigido por irmãs católicas e cofinanciado pelo Governo Municipal de Aracaju. Ao serem questionadas sobre a convivência, as meninas entrevistadas relatavam no primeiro momento a facilidade no convívio com as outras meninas, mas logo demonstram o incômodo quando relatavam sobre as dificuldades de convivência comuns nas instituições. Além desta dificuldade, compartilham também o desejo de retornar às suas casas ou de deixarem à instituição para fazerem parte de uma outra família, que pode ser criada por elas mesmas: *“Minha preocupação é de me formar, ficar grandona, estudar, e quando for ver eu não sei de nada e minha mãe estar morta? Deus me livre e guarde.”* (GABRIELA)

Eu quero formar uma família, mas só que eu tenho medo, sabe tia. Porque homem fica com a gente, mas depois começa a traição, sabe. Aí deixa eu e meus filhos... [pensativa]. Por isso que eu tenho medo de casar, mas quero sim construir uma família, ter filhos. (CARMEM)

O estudo de Justo e Pereira (2005) discute os sentidos de filiação de crianças abrigadas. Em tal pesquisa, observam o desejo das crianças em recuperar a filiação familiar na busca de uma referência, de um lugar psicossocial. Para os autores, estar em situação de abrigado coloca o sujeito em um lugar de passagem onde os vínculos são temporários e as relações, muitas vezes, instáveis.

Aos adolescentes reconhece-se o receio de ser visto como abrigado, como uma pessoa sem referência, sem família, lidando com as facetas do abandono, com a ausência de um lugar próprio, de uma história, tempo e espaço, identificações e da participação de uma rede socioafetiva que lhes assegurem um lócus, uma matriz e uma identidade.

[situação de abrigamento] Significa deparar-se com a ausência da filiação primária constituída na vivência afetiva, que designe um lugar psicossocial sólido e seguro, um lugar que lhe assegure a possibilidade do desejo dentro dos parâmetros da lei, conectando-a assim a outros e com a cultura de maneira gera. (PEREIRA; JUSTO, 2005, p. 176)

Pensemos, então, como esta instituição pode suprir as necessidades básicas do desenvolvimento biopsicossocial e sexual e servir como âncora para que possam ter uma base, um lugar de referência para reconhecer a si, construir as próximas relações e localizarem-se socialmente, se já se coloca como uma instituição de passagem?

Mesmo tendo que lidar com regras e normas da cultura institucional, Pereira e Justo (2005) apontam que a relação existente está baseada na caridade e piedade, um afeto transitório, dado por profissionais, voluntários e padrinhos que não possuem um lugar fixo na vida das crianças e adolescentes e que tentam restituir algo que não está presente, está esvaziado, que é a própria filiação.

Esta característica pode ser observada quando as entrevistadas foram unânimes em comentar da dificuldade em abordar questões pessoais com as funcionárias. As funcionárias “não entendem”, logo se sentem na obrigação de seguir as suas orientações, deixando de lado seus questionamentos quanto a relacionamentos sociais e afetivos. Elas são estimuladas e lembradas da importância da prioridade aos seus estudos.

Observa-se nas entrevistas que as adolescentes abrigadas mostram-se vulneráveis e temerosas. Algumas a ponto de se sentirem desconfortáveis para explicar seus sentimentos sobre as questões, expressar formas de aproximação e carinho sem desconfiar.

Posicionando a respeito dos lares substitutos, Bowlby (2002) enfatiza a importância do cuidado no seio familiar diante da precariedade ou da insuficiência afetiva que uma instituição, ou meramente uma mãe substituta, pode acarretar. Estudos descritos em sua obra atentam para a pouca efetividade de lares substitutos frente à necessidade afetiva e social da pessoa:

Para a criança, a separação e a colocação num novo lar acabam sobrecarregadas por emoções como medo, apreensão, raiva, desespero e culpa, o que pode ser expresso sob tantas formas quantos forem seus mecanismos de defesa [...] a menos que a criança possa aceitar a necessidade da nova moradia, ela não poderá tirar proveito de sua experiência num lar substituto. Em seu esforço para negar a situação, suas

energias são dirigidas, em fantasia ou na realidade, para o retorno à família. (BOWLBY, 2002, p. 26)

Bowlby (1990) observa que, mesmo em lares com mães substitutas treinadas e instituições em que existe uma boa estrutura para receber a criança e/ou o adolescente, a estrutura não oferece a segurança, a afetividade e a relação de união que um grupo familiar ofereceria. Neste sentido, mesmo com boa intenção, é questionável sua capacidade colaborativa ao adolescente e à família diante de sua responsabilidade na formação dos entes, assim como as repercussões de tal separação no desenvolvimento de habilidades afetivo-sexuais e sociais ante a falta desta referência em suas vidas.

Tal afirmação também é reforçada por Pereira e Justo (2005, p. 177):

Calligaris (2000) entende, ainda, a filiação como um ato de fundação que imprime no sujeito o desejo materno e a correlativa interdição paterna, que constituirão as matrizes psicológicas básicas para a conquista de um lugar próprio. O reconhecimento simbólico do lugar de “filho”, na estrutura familiar, só é atingido pelo processo de interdição, pela renúncia de um desejo, necessária para a abertura de outros possíveis.

Com tal repercussão, pode-se pensar que as dificuldades encontradas em seus relacionamentos de amizade, assim como afetivo-sexuais também podem ser influenciadas pelo distanciamento espacial de entes os quais apreciam e a vivências afetivas complexas que as preparariam para esta realidade; deslocamento a um ambiente em que vivenciam esta insuficiência afetiva dos profissionais, por não ser este o seu papel; e, de inserção social, por não fazer parte de um grupo socialmente aceito.

E como isso repercute nos relacionamentos afetivo-sexuais? Ressalto que a queixa principal nas adolescentes são as suas dificuldades nos relacionamentos interpessoais, sua referência negativa a relacionamentos sexuais, seja por orientação das mães, que se queixam dos “homens da sua vida”, seja pela experiência do incesto ou pela dificuldade que encontram em discorrer sobre a temática da sexualidade, tirar suas dúvidas e esclarecer sobre seus desejos.

Para Winnicott (2005), Pereira e Justo (2005), os sentimentos de não pertença, as revivências edípicas, assim como as questões de cada fase são potencializadas ou vividas de uma maneira trágica diante do desconhecimento de

sua origem, de sua história, assim como podemos pensar na perspectiva quanto ao seu futuro já que a herança psicológica de sua história não lhe é repassada e seu futuro, está nas mãos de profissionais que decidirão seu destino, não a sua família.

Ao mesmo tempo em que não acreditam na possibilidade de vivência afetiva-sexual, suas expectativas de um futuro estão postas em situações que “trarão felicidade”. A primeira delas, se é que é possível classificar, são as expectativas profissionais, como a possibilidade de independência financeira e, conseqüentemente, sua autonomia. Outro ponto a ser destacado pelas entrevistadas é o desejo de retornar ao seio familiar, sair do abrigo e fazer parte de uma família a qual elas denominam de “estruturada”.

Para essas meninas que passaram por uma violência sexual, em quaisquer graus, observa-se um nível de insegurança elevado e que pode traduzir com isso o reflexo das experiências sociais iniciais.

Diante de tantas considerações, devemos pensar qual o lugar desta instituição. Acredito que as observações nos apontam a função e os cuidados que devemos ter com crianças e adolescentes abrigados, mas será e a sua funcionalidade? O que estas adolescentes aprendem e como esta vivência repercutirá em suas vidas, já que foram retiradas de suas famílias e estão a espera de uma resolução quanto ao seu futuro?

Considerando a ideia de Freud (1920) descrita na obra de Nasio (2007), assim como no texto de Cecarelli (2002), a revivência edípica é uma realidade e acontece durante todo o desenvolvimento, mas mostra-se mais visível no período da adolescência. Com esta revivência e a necessidade de figuras que representem os papéis no desenvolvimento psicosssexual, a instituição, com sua lei, regras e culturas parece assumir a figura paterna.

Nesta instituição poderão encontrar a referência de como se portar, cultural, orientação pedagógica, desenvolvimento de habilidades sociais, limites internos e externos, competência e perseverança. Porém, não consegue suprir a necessidade materna aos cuidados pessoais, individuais e de afeto necessários ao sentimento de pertença, sensação de segurança e de apoio emocional para as dificuldades presentes e futuras.

Pensem que se a instituição assume a função de manter e orientar estas adolescentes e, ao mesmo tempo, encontra dificuldades em se aproximar delas para que possam auxiliá-las com questões específicas, ela também pode rememorar as

dificuldades do convívio anteriores com os pais e padrastos? Além de, sem consentimento, serem separadas de sua família, existe a possibilidade de reviver uma relação distante, impositora, simultaneamente, de submissão à figura que a instituição, Estado e judiciário assumem neste momento.

Neste sentido, Winnicott (2005) refere que este tipo de instituição é um recurso para remediar dificuldades sociais, mas que traz consigo a consequência de distúrbios emocionais aos internos, pois além de não ser uma referência, não oferece uma estabilidade ambiental, cuidado individual, assim como a continuidade desses cuidados.

Quando se pensa nos cuidados, considera-se a clínica, um acompanhamento com profissionais qualificados, como assim descreve Bowlby (1990) e que considere a realidade de cada um dos abrigados, trabalhando com aspectos de sua história, sua estadia no alojamento/abrigamento, considerando também o trabalho com os pais, parentes e a supervisão dos profissionais que acompanham cada caso.

Essa realidade não é o que observamos na maioria das instituições de abrigamento. Encontramos, nesta pesquisa, uma instituição que atende à necessidade de receber essas adolescentes, mas que não atende às necessidades afetivas, sociais e psicosssexuais, não pela inexistência das temáticas, mas pelo despreparo e por sua restrita finalidade.

Face a esta consideração, Winnicott (2005, p. 195) aponta que “as crianças que são criadas em seus próprios lares são as únicas que apresentam condições satisfatórias e compensadoras”, pois são nesses que se pode encontrar condições de cuidados nas diversas necessidades, além de referência aos filhos. Quando isso não é possível, comumente são observados dificuldades emocionais, conflitos relacionais constantes e baixo rendimento escolar, consequência da busca de uma mãe, um lar e uma interrelação parental suficientemente boa.

Na tentativa de reparar suas dificuldades e de lidar com os conflitos familiares, é comum que crianças e adolescentes busquem comportamentos antissociais como forma de expressar seus desejos, mesmo que tenhamos consciência que aparece de forma inadequada.

6.4 Relações amorosas

Para os relacionamentos afetivo-sexuais observam-se comportamentos diferenciados entre as adolescentes. Enquanto algumas depositavam a vontade de estar em algum tipo de relacionamento, outras relatavam o receio de envolver-se ou falavam mesmo da evitação total de um relacionamento.

Quando questionadas sobre o ficar, as adolescentes apresentavam respostas diferenciadas: enquanto Carolina e Gabriela mostravam-se inseguras e desconfortáveis ao falar no assunto, Carmem, Andrea e Clarice conseguem expressar melhor as respostas sobre este tema. Para Gabriela o ficar não é uma oportunidade boa para ela, enquanto para as outras adolescentes, esta é uma possibilidade de ter contato e conhecer melhor outras pessoas: *“Ficar? Eu não acho muito bom não, porque esse negócio pra quem já é grande já. Não sou muito disso não, to mais pra criança mesmo. Não gosto não de adolescente.”*, como aponta Gabriela.

Complementada com as citações de Clarice quando responde que *“(...) para mim o ficar é estar com uma pessoa. Ficar, por exemplo: eu to interessada em uma pessoa, chega lá, falar tudo, ‘que eu to a fim de você’, eu acho assim, chegar lá, ficar e tchau.”* E a de Carmem:

Ficar é conhecer aquela pessoa, pra saber o que ela gosta, o que ela não gosta, saber que tipo de pessoa ela é. (...) Assim, eu fico, né? Mas só que quando eu vejo que não tá dando certo, eu peço a pessoa pra dar um tempo até as coisas melhorarem e aí a gente namorar, né? Aí se não melhorar, terminou ali.

Para Gabriela, o ficar ainda é algo impróprio para a sua idade, considera essa possibilidade difícil de ocorrer no momento, mas não se fecha para futuras relações. Carolina, no entanto, evita expressar quaisquer afirmações sobre sua sexualidade e das outras, expressando na entrevista somente informações de sua vontade profissional e atitudes esperadas pelo abrigo e o desejo de retornar a sua família.

Observa-se que o relato de “gostar de ser criança”, não querer envolver-se afetivamente com outras pessoas, ou mesmo não estar disponível a falar sobre esta temática pode traduzir a significativa negação da puberdade, o desenvolvimento do

seu corpo e das mudanças perceptíveis que fazem parte deste período, assim como o aparecimento de seus desejos afetivos e sexuais.

Ressalta-se que enquanto demonstram certa desenvoltura para falar das amizades e do quanto gostam deste tipo de relação, quando questionadas sobre o ficar e namorar, são mais tímidas e comedidas em suas repostas, porém reconhecem esta prática, mesmo que não mostrem interesse no momento:

A construção desses sujeitos, na tradição dualista que associa e valoriza mente/razão em oposição a corpo/emoção, mostra, nos casos supracitados, certo nível de confusão diante da negação das mudanças que ocorrem com a puberdade, assim como a dúvidas quanto à sexualidade, trazendo com isso o afastamento de seus desejos, corpo e emoções como partes que inerentes no processo de conhecimento e crescimento, a fim de buscar uma lógica, um entendimento das mudanças que ocorrem e consigam se ajustar a elas.

Andrea, Clarice e Carmem, porém, informam a vontade de envolverem-se afetivamente com outras pessoas. Os seus maiores receios, entretanto, estão relacionados à violência, rejeição e ao medo do abandono, que, geralmente, aparecem durante as entrevistas como justificativas para o afastamento da ideia de um relacionamento sério, como namoro e casamento. Diante de tanta insegurança e dúvidas quanto a essa possibilidade, a ambiguidade entre sentimento de sonho x realidade, desejo e sexualidade x medo e rejeição torna-se inevitável e complicadora aos relacionamentos.

Desde que isso aconteça, postergam os compromissos a relacionamentos que acreditam que acontecerão mais tarde, entre 20 e 30 anos de idade. As incertezas de suas realidades podem ser outro fator que compromete o envolvimento, como comenta Andrea: *“Quero poder brincar muito, ficar mais perto dos irmãos, ficar mais juntinho de nossa família. Não sei explicar o que farei, porque daqui a pouco eu vou embora e não sei como ficar”*.

Durante a entrevista, Andrea mostra-se desconsertada, mas ao ser perguntada se gostaria de namorar atualmente o rapaz que lhe interessa, ela acena positivamente. Neste sentido, nota-se que as entrevistadas especulam idades, muitas vezes referenciadas aos desejos de suas mães, pais ou orientação da instituição; negam para si a sua sexualidade, seus desejos e fantasias, encobrendo esse fato natural, pouco conhecido.

Carmem e Clarice, além de terem idades próximas (14 e 13 anos respectivamente), parecem ter mais desenvoltura para descrever o que sentem em relacionamentos afetivos. Para ambas, o ficar tem muitas vantagens, dentre as principais o descompromisso e a facilidade em se envolverem com pessoas sem necessidade de precisar terminar o relacionamento, caso este aconteça. Porém, seus planos futuros são de estabilidade nos relacionamentos e possibilidade de casar: *“Casar eu quero, mas só com uns 20 anos.” (Clarice), ou , “Uhum [concordando com a ideia de casar-se], mas não penso isso agora.” (CARMEM)*

Carmem enfatiza uma questão primordial que reflete na sua insegurança quanto a relacionamentos afetivos, que é a falta de apoio da instituição em conversar e esclarecer assuntos ligados a essa temática e a falta que sente disso.

Elas [funcionárias] não aceitam, porque elas acham melhor que a gente se forma, entende? Para depois a gente pensar em namorar. Só que a gente é adolescente. A gente fala pra elas, mas não conversam com a gente. Por isso que a gente não chega mais pra elas e fala assim: ‘tia, a gente tá namorando’, porque elas falam uma coisa tipo ‘tá muito nova, não pode’ e aí a gente faz escondido. (Carmem)

Para Carmem não existe uma aceitação para que as relações afetivo-sexuais aconteçam e as meninas, como vimos em todas as entrevistadas abrigadas, são estimuladas a negar sua sexualidade, mais uma vez, quando o abrigo não fornece subsídios para que possam ter autonomia em suas escolhas e assim esclarecer dúvidas e favorecer o desenvolvimento psicosssexual.

Abertamente Carmem é a única que esclarece sobre a relação incestuosa e o estado de solteira atual, quando acredita estar nesta condição devido à experiência incestuosa que sofreu e complementa: *“Penso que todos os homens são iguais ao meu padrasto e penso que eles vão fazer a mesma coisa comigo. Penso que vão fazer [sexo], depois não vão querer ficar comigo mais. Acho que por isso.”*

Três pontos que podemos observar com este trabalho: os limites indefinidos entre a afetividade e a sexualidade destas adolescentes, representando uma necessidade de envolvimento maior com o outro e assim uma ameaça; relações de gênero que envolvem submissão às vontades deste outro como a única possibilidade de manter uma relação (objetificação), assim como a angústia de separação.

O primeiro ponto é observado principalmente nas respostas das adolescentes institucionalizadas que relacionam e/ou confundem as perguntas sobre as relações

afetivas com relações sexuais necessárias. Muitas se mostram desconfortáveis, logo no primeiro momento das perguntas, o que podemos observar nas posições de Gabriela e Carolina. A segunda mostra-se inteiramente rígida e inacessível, e a primeira se expressa claramente: *“É porque tem vezes que é ruim, o menino tem vezes que a gente não quer fazer sexo e às vezes o menino quer, tem vezes que nós ficamos estressadas, aí ele vai bater, um monte de coisas (...)”*. (Gabriela)

Esta perspectiva só não é observada com Clarice, que escolhe o momento para iniciar uma relação, assim como define os tipos de carinhos possíveis, sem remeter ao ato sexual. Será que podemos pensar esta diferença em relação às outras entrevistadas quanto ao fato de não estar institucionalizada como também pertencer a grupos de família, rua, escola, esporte da mesma idade que possibilitem esse discernimento? Mesmo assim, o receio de ser abandonada ou traída também aparece em sua entrevista como também observadas nas das outras meninas.

Olha, pra mim o relacionamento atualmente é bom e também as várias coisas. Atualmente é bom porque é uma diversão, distrai. Por exemplo: a gente sai, porque ninguém gosta de sair sozinho, gosta de sair com uma pessoa, principalmente com homem do lado, sai, conversa, brinca, beija. Essa parte é ótima. (Clarice)

E complementa comentando sobre seu atual relacionamento:

(...) passam as amigas e falam: ‘júnior’ e eu olho, vou lá, e ele diz: ‘meu Deus, já vai começar a falar’, e eu falo: ‘claro, sabe que não é pra falar com elas’. Porque eu sou ciumenta (...) então, ele olha assim, pra mim, me dá aquela encarada, aí começo a falar, falar, falar, até algumas horas. [ele reage] Calmo, fica só olhando pra mim, calmo, me ouvindo. Aí diz: ‘quando você parar a gente conversa, então se acalme’. Aí quando eu falo tudo, ele pergunta se eu acabei e eu digo: ‘acabei’, então me acalmo. Espero que dure, não é? Por enquanto tá [bem], porque eu sou chatinha, sou cabecinha dura. (CLARICE)

Durante a entrevista relata a dificuldade do namoro anterior e a decisão de ter que finalizar um relacionamento: *“Foi triste, olha, foi muito triste. Quando a pessoa se gosta, é triste, dói, eu não queria, mas tinha que ser assim. Não queria estar namorando uma pessoa que morasse longe, não tem como.”* (CLARICE)

Nas falas de Clarice, assim como em sua postura durante a entrevista, mostrava-se segura, ciente de suas escolhas e confiante de que teria um bom relacionamento. Seu companheiro teria que preencher os requisitos de ser paciente, respeitoso, tolerante com a “sua cabeça dura” para que possam continuar o namoro.

[sobre o namorado] Ele mudou. Assim porque ele era muito... Vou falar uma palavra vai ficar assim... vai ficar meio... é... muito galinha, pegador. Pronto, mudou! Antes [do relacionamento com ela] ele ficava com uma, no seguinte com outra, no outro dia com outra. Mudou nisso. Está outra pessoa. Até a mãe dele chegou pra me dizer "olha Clarice, você mudou júnior que ele não era assim não, o telefone só vivia tocando, as meninas atrás dele, chamando ele" era assim então mudou neste aspecto.

E em outro momento da entrevista compara com o antigo namorado:

Era [mudança que esperava do namorado], porque o outro não era tão calmo e esse é. Quando eu to com raiva ele pára me escuta, eu posso estar com que for, ele conversa comigo, me escuta, é calmo, paciente, educado, generoso, escuta quem for, era isso que eu tava precisando. Já o outro não, vixe, conversava, botava defeito em mim, em tudo, quando eu tava com raiva não me escutava nada. Então acabei.

Apesar de maior desenvoltura da Clarice, observa-se em todas as entrevistas a angústia de separação, o medo do abandono que se repete à cena incestuosa, tentando organizar seus desejos e sonhos e adaptar-se às suas necessidades atuais com formas diferenciadas para busca do equilíbrio. Aquelas que aceitam a libido e desejos tentam formas relacionais diferenciadas como o ficar para treinarem seus receios, começam a construir novas formas de interação, mas as que não, evitam contatar com aquilo que mais as angustiam, seu crescimento e tudo o que isto acarreta.

Em quaisquer das formas a visão de escolha e autonomia é quase imperceptível ao apontarem seus medos quanto às atitudes masculinas. Isso nos leva a pensar numa angústia de repetição ao iniciarem algo, uma nova história com tantas chances de se desfazer quanto à(s) anterior(es), considerando, principalmente, a experiência incestuosa. Então, como se pode reconstruir seu novo papel diante da construção cultural que existe aos papéis femininos atuais?

A cultura descartável, a predominância cultural do poder do masculino, assim como a severidade deste tipo de violência atribuem às adolescentes a condição de objeto sexual. Será que isso mudará à medida que vivam/tenham outros envolvimento? Ou se repetirá reproduzindo outras vivências violentas?

Não devemos esquecer a experiência violenta que passaram, mas como podem comparar suas ideias de relacionamento homem-mulher se esta foi sua

primeira experiência? Aquele que trazia confiança e afeto modificou toda sua infância e história. Como vivenciar algo diferente desta realidade?

Como aponta Fonagy e Target (*apud* DALBEM; DELL'AGLIO, 2005, p. 14):

Nos casos de famílias abusivas, a construção da representação mental infantil tende a se dar de forma rígida, mal adaptada, inapropriada e, como consequência, o desenvolvimento da função de mentalização poderá ser pobre ou aniquilado. Nesses casos, a confiança da criança de que outras pessoas podem compreender os outros por meio dos seus próprios sentimentos é destruída. Aumentam, também nestes casos, as possibilidades de que a criança iniba a sua capacidade de se envolver em relacionamentos de apego intensos.

Desta maneira, podemos dizer que o trauma emocional não somente deixa marcas, fincas na personalidade, mas pode incidir na estruturação, provocando angústia e paralisações no desenvolvimento, o que pode gerar muitas vezes estruturas psicopatológicas, que podem funcionar como partes do *self* ou do objeto.

O contato com a sexualidade fica velado na oposição de novas realidades para existir, de ser alguém, que é estudar e ter emprego, como se fosse a única forma de existir, sobreviver, como relatado por Carolina. Enquanto isso, sua sexualidade ficou presa ao seu passado, encoberta, escondida, recalcada para em algum tempo emergir da maneira como foi percebida ou como hoje percebe: algo de valia diferenciada.

Em resumo, pode-se observar o quão sofrido é para essas adolescentes lidarem com a aproximação das pessoas, com a diferença entre os sexos, com suas frustrações e sexualidade, principalmente para as adolescentes abrigadas que, por estarem numa instituição religiosa, que não dá orientações sobre a sexualidade e prioriza outras ações, deixando de lado uma das condições humanas imprescindíveis e necessárias ao desenvolvimento.

A relação com o outro é visualizada de maneira submissa, relação de poder, colocando-se em posição de objeto de satisfação do desejo alheio, seja numa relação de amizade, em que se preocupam em agradar aos outros, ou em relações afetivo-sexuais.

Segundo Stengel (2003), as expectativas afetivo-sexuais para meninos e meninas vêm mudando com o tempo. Atualmente a perspectiva de cada gênero se transforma em suas expectativas e mostram-se indefinidas, menos rígidas e mais amplas que nas décadas anteriores. Para as meninas, o relacionamento com pouco

compromisso, o ficar, já pode ser visto comumente. Hoje em dia, as próprias meninas já permitem tal prática e consideram importante para que possam conhecer um parceiro. Apesar da resistência inicial feminina, o ficar é um tipo de vivência importante para elas, sendo este, muitas vezes, ponto de partida para próximos relacionamentos afetivo-sexuais. Neste relacionamento, podem escolher um parceiro ante os seus desejos, expectativas e valores.

Para uma relação duradoura, segundo Stengel (2003), as mulheres consideram aspectos importantes sentimento entre os parceiros, escolaridade, inteligência, diálogo, idade, valores. Nas entrevistas com as adolescentes vítimas de incesto, observa-se pouca perspectiva para tal relacionamento, um desejo quase que inalcançável e pouco romantizado, diferente da perspectiva da obra em que geralmente observa-se uma cultura contemporânea de conquista, planos futuros, desejos, com uma idealização de parceiros e relacionamentos.

Podemos considerar que, além da experiência incestuosa, aspectos como referência familiar de relações conflituosas, separações parentais, assim como observações de outros relacionamentos, como os dos amigos e parentes, trazem uma expectativa de insucesso para seus relacionamentos.

Outro ponto observado é que, enquanto as adolescentes entrevistadas por Stengel (2003) apresentam uma idealização de um relacionamento, mas a perspectiva de, caso não dê certo, a possibilidade de procurar em outro relacionamento a sua satisfação, as moças entrevistadas na pesquisa, em sua maioria, não trazem consigo este discurso, podendo pouco considerar esta realidade. Para elas, o relacionamento, principalmente o casamento, carrega uma perspectiva do “para sempre”.

O casamento, com isso, traz uma carga de expectativa muito alta, um desejo de encontrar não só segurança como se espera comumente, mas também uma perspectiva, referência, respeito e estabilidades econômica e relacional. Tais sentimentos nos fazem considerar o tipo de relação instável no núcleo familiar. Será este o motivo de tal procura? Para as adolescentes abrigadas, pode-se pensar em uma referência e expectativa contrárias a esta realidade; afinal de contas, a referência afetiva, a incerteza de seu futuro e a separação de um núcleo afetivo é algo vivenciado diariamente.

Neste sentido, outro ponto a ser considerado na pesquisa quanto as suas expectativas afetivo-sexuais é o fato de quatro das cinco entrevistadas morarem em

abrigo mantido por irmãs católicas. Ao serem questionadas, foram unânimes em comentar a dificuldade em abordar sobre suas vidas afetivo-sexuais com as acompanhantes. Segundo as mesmas, não que sejam obrigadas a não se relacionarem, mas são estimuladas somente aos estudos, o que faz se sentirem solitárias para comentar e trocar informações ou perspectivas sobre o assunto.

A pouca ou mesmo a falta de expectativa é outro ponto a comentar. Durante as entrevistas, pareciam apáticas, com pouca esperança de relacionamentos, principalmente o sucesso deles. Quando mostravam certo interesse, logo se mostravam temerosas de serem traídas, agredidas ou responsabilizadas pelos cuidados com o marido e os filhos.

Deste modo, voltamos ao questionamento anterior: considerando que a família é uma instituição social que organiza as relações sexuais entre os gêneros, e serve como referência para as relações diversas, dentre elas as relações afetivo-sexuais dos seus entes, então como pensar no desenvolvimento saudável de relações amorosas e sexualidade?

Stengel (2003, p. 98) expressa em sua obra os conflitos pertinentes nesta fase: “Com relação ao sentimento, as dificuldades aparecem tanto no momento de sua definição objetiva quanto na percepção subjetiva do que sentem por outrem. Mais ainda, na dificuldade de lidar cotidianamente com seus sentimentos.

Observa-se que tal dificuldade de definir o que se sente, pode ser característica da adolescência, mas diante da dificuldade de entender o que se vivencia e as referências anteriores que se tem da afetividade em uma relação primária, pode-se considerar que experiências rompidas ou com pouca afetividade positiva podem ser um fato preponderante para dificultar tais definições. Experiências traumáticas, tais como o incesto, certamente repercutem como um modo relacional possível e, assim, dificultam uma vinculação.

O medo de separação é constante. Para todas as adolescentes, a figura masculina representa insegurança, instabilidade e falta de compromisso, como o homem que trai, distante, com interesses próprios, que traz medo, pouco preocupado com o bem-estar da mulher. Isso também é notado em relacionamentos de amizade.

É importante considerar o conjunto de respostas emocionais ausentes e que podem aparecer distorcidas, mas que trazem um significado. Para Freud (1920), o trauma é uma consequência de estímulos excessivos que ultrapassam a capacidade

do indivíduo de receber ou entendê-las, marcando-as significativamente. O trauma emocional, neste sentido, traz consigo um conjunto de respostas distorcidas que são capazes de instalar uma patologia no desenvolvimento do sujeito.

Bowlby (1989) apresenta tal formulação quando explica em sua obra a Teoria do Apego que os modelos internos desenvolvidos nas relações com as figuras de apego primárias, aquelas que fazem parte da sua criação e que têm relativa proximidade, tendem a servir como base para outros tipos de relações posteriores.

As crianças, em seu desenvolvimento, aprendem a se relacionar socialmente à medida que experimentam tais relações no seio familiar (BOWLBY, 1989). Para ele, esta primeira experiência serve como referência para as próximas relações. Com o passar do tempo, um verdadeiro vínculo afetivo se desenvolve e serão estes que garantirão habilidades cognitivas e emocionais da criança para a sua vida. Estes modelos internos, termos os quais utiliza em sua obra, permitirão ao indivíduo desenvolver sua habilidade relacional, consciência da representação de si e dos outros, seus desejos, projetos, além de trazer implicações importantes ao desenvolvimento.

Como consequência das experiências traumáticas, muitos adolescentes e adultos demonstram dificuldade em manter relacionamentos, pouca flexibilidade no contato com o outro, além de dificuldade de compreensão ao sentimento alheio, mantendo, geralmente, relacionamentos frustrantes ou insatisfatórios, resultando em sensação de confusão e angústia com a aproximação de outras pessoas.

Na lógica da teoria de Bowlby (1989), estes casos em que a adolescente consegue falar de si e se permitir falar de seus desejos afetivos, eles aparecem de maneira inibida, insegura, com receio de aproximação, medo de crítica, com uma percepção de inadequação. Acredito que tais posturas e comportamentos se dão como reflexo da percepção pessoal, assim como o receio de que referências e lembranças anteriores possam ser revividas em outras experiências.

Nesta discussão, ressalta-se a influência existente entre a realidade da ofensa sexual sofrida, sua consequência na formação e definição da sexualidade dessas adolescentes, bem como a importância da orientação às necessidades de cada etapa. Tais aspectos devem ser percebidos a fim de beneficiar a consciência de si como direito e condição natural ao amadurecimento humano e suas relações.

Notamos pontos relacionados com o trauma vivenciado, visto a literatura apontar como uma das consequências do trauma da ofensa sexual a dificuldade de

aprendizagem e a baixa auto-estima. Não sabemos exatamente quando começa esta relação, assim como estes não revelam por si só indícios de traumas sexuais, porém observamos que são queixas secundárias e que podem influenciar diretamente uma a outra.

De certo, a ofensa sexual incestuosa reflete no desenvolvimento psicosexual. Desta maneira, falar é relembrar suas experiências, quebrar essa dinâmica e mostrar sua marca, aquilo em que se transformou sua dor e sensação de inapropriação.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar este trabalho não foi uma tarefa simples, pois a preocupação em chegar ao objetivo - entender a vida afetivo-sexual de meninas com histórico de relação familiar incestuosa - sem que revivessem as lembranças das ofensas sexuais as quais estão/estavam envolvidas, ao mesmo tempo, com o desejo de que balizassem este evento como indício nas relações atuais, seria mais complexo do que se poderia imaginar.

Este não será o primeiro e nem o último estudo a ser realizado sobre a temática. Há muito a se pesquisar e aprofundar no entendimento desta, as suas causas e consequências na promoção da saúde física e mental dessas e de outras milhares de famílias incestuosas no mundo. O que hoje é silêncio, muitas vezes ainda “segredo”, não precisa ser tido como um peso de um passado de lembranças dolorosas que remetem à culpa e angústia.

Em dias atuais, nota-se que a família se apresenta como uma mistura de elementos históricos evidenciados como centro de atenção por ser um dos espaços privilegiados para associação da vida psicológica, emocional e social de seus componentes e por se manter, sob alguns aspectos, inalterada e, simultaneamente, apresentar grandes mudanças.

A vida em família provoca discussões polêmicas. Para uns, seria célula *mater*, a base da sociedade, garantia de uma vida social equilibrada; para outros, no entanto, deveria ser combatida por representar um obstáculo ao desenvolvimento social, sendo, muitas vezes, considerada como algo nocivo, onde as “neuroses” seriam criadas e onde se exerceria grande dominação, sobretudo, sobre crianças e adolescentes.

No desenvolvimento deste estudo, foi possível observar, através da literatura sobre o tema e pelo resultado das entrevistas realizadas, que a família é uma importante formadora de identidade social do indivíduo, sendo mediadora entre este e a sociedade, onde se aprende a perceber o outro e o mundo.

Dessa forma, seria complexo entender o grupo familiar sem localizá-lo dentro da situação social que o envolve. Sendo constituída de formas diferentes em situações e tempos diferentes, por ser uma instituição social, a família possui

também uma representação que é socialmente elaborada e que orienta a conduta de seus membros, pelas funções a cumprir, influenciada também pelas relações de gênero existentes.

Uma outra observação sobre a composição familiar é que, qualquer que seja a sua forma e origem histórica, inicialmente constitui-se em torno da necessidade material de reprodução, não significando dizer que sem uma determinada forma de família não haja a reprodução, mas que esta é condição para a existência da família.

No entanto, há de se considerar que, além da sua função ligada à reprodução biológica, a família também será a responsável direta pela função ideológica, ou seja, a reprodução social, em que se orienta aos seus membros a construir vínculos, bem como se comportar dentro desta e além das relações familiares. Neste sentido, este espaço permite ao indivíduo o exercício com as primeiras vivências relacionais para que possa, posteriormente, baseá-lo aos outros relacionamentos.

Ponderando sobre os aspectos supracitados, conclui-se que tais funções de reprodução e ideológica são significativos aprendizados às crianças e adolescentes e servem como reflexo na escolha de amizades e formas relacionais, sejam eles características positivas ou negativas, como encontramos nos relacionamentos familiares violentos.

No caso das famílias com relações incestuosas, podemos pensar sobre a repercussão de tais vivências na construção da identidade e subjetivação do sujeito. Como estas adolescentes estabelecerão relações afetivas equilibradas, com boas perspectivas e expectativas, se desde cedo presenciaram vínculos confusos, ideias distorcidas e sentimentos dúbios a pessoas de convívio e que são responsáveis por seus cuidados?

Frente a esta realidade, a família é um dos pontos importantes da estruturação da vida psíquica das pessoas. É o modo característico familiar de organização da vida emocional de seus membros que faz transformar a ideologia dominante em uma visão de mundo, em um código de condutas e de valores, conforme visto na literatura. Mesmo aqueles que hoje não convivem no seio familiar, a inscrição dessa vivência está nos relacionamentos atuais. Este aspecto pode ser observado em algumas das entrevistas.

Das adolescentes entrevistadas somente uma delas conta com acompanhamento e apoio familiar contínuo, o que lhe oferece uma condição afetiva diferenciada. As outras quatro meninas, no entanto, não contam com essa estrutura de apoio, mas com os cuidados de uma instituição de passagem, que não contempla todas as necessidades, principalmente as afetivas, sociais, de orientação psicosssexual e demandas pessoais, contando somente com acolhimento das necessidades coletivas e de organização local.

De certo, a história com a família inscreveu um modo de estabelecer relações. No caso destas meninas, os estatutos afetivos e sentimentais são mal definidos, e como já apontou Cromberg (2001), os vínculos permanecerão frouxos, sem demarcação entre afetividade e sexualidade, certo ou errado, e sem que lhes tragam segurança. As instituições de abrigo, neste caso, pouco oferecem de possibilidade que permita a reelaboração subjetiva e afetiva, assim como a construção da identidade psicosssexual.

Frente a esta realidade, como considerar as peculiaridades da vivência familiar incestuosa, assim como as características da fase atual, suas mudanças, formação/redefinição de suas identidades diante das limitações que este serviço encontra? Pensemos que a atenção, principalmente afetiva, é ponto significativo no desenvolvimento psicossocial e sexual de qualquer sujeito.

Os adolescentes, pela sua própria condição transitória entre a infância e a fase adulta, apresentam dificuldades e fragilidades em relação a certos tipos de tensões decorrentes da nova etapa de socialização, que se inicia a partir do relacionamento com os grupos de amigos. Nesta etapa, muitas vezes, precisam de um referencial de prestígio, de um líder, que pode ser representado pela figura parental significativa (pai ou mãe).

Observa-se que, neste período, ocorrem as mais significativas transformações psicossociais. Além do desenvolvimento emocional, os adolescentes, em geral, revelam uma preocupação com diversos fatores, a exemplo da aparência, do peso, do tamanho; apresentam irritação provocada pelas forças pulsionais dessa fase, que seriam, muitas vezes, responsáveis pelas ações impulsivas; sentimento de culpa procedente da reprovação, bem como do prazer que as descargas sexuais proporcionam; progressão do desenvolvimento mental,

com a melhor utilização da percepção, imaginação, memória, lógica, atenção e maior riqueza de estímulos ambientais por passarem a participar de ambientes socioculturais mais amplos.

Há nesse momento da vida dos adolescentes também um maior desenvolvimento da consciência de si mesmos, de descoberta do mundo interior, com a manifestação do senso crítico. Tudo ocorre simultaneamente. Porém, confundidas por seus sentimentos, desejos e fantasias, as vítimas de ofensas sexuais - neste trabalho mais especificamente as vítimas de incesto - encontram dificuldade em sustentar esse senso crítico, diferenciar as experiências passadas e os sentimentos por elas trazidos, com as sensações que descobrem, ou podem ainda serem despertadas.

Neste sentido, as discussões que surgem em situações cotidianas podem ser uma oportunidade para a qualificação do repertório de habilidades sociais e afetivas dos adolescentes. Deste modo, observa-se que as divergências das ideias familiares não implicam obrigatoriamente prejuízos para a saúde mental, pois permite que se discuta sobre algumas temáticas. Já a omissão/negligência ou a violência dos pais frente às adversidades vivenciadas pelos filhos parece ser um forte causador de disfunções psicológicas, porque, neste caso, não consideram as necessidades, percepções ou sentimentos alheios do outro, neste caso, dos filhos.

Percebe-se, no caso das adolescentes, uma dificuldade de escuta institucional a alguns temas que são importantes ao desenvolvimento, dentre os quais podemos citar a sexualidade. Ponderemos que este é um assunto delicado e que precisa ser discutido, não somente por ser inerente à condição humana, mas, principalmente, por estas adolescentes vivenciarem, em algum momento, relações sexuais patologizantes e que, inevitavelmente, trazem um distorcido significado simbólico quanto ao desenvolvimento psicosssexual. Mas será que estas instituições de abrigo estão habilitadas e preparadas para este tipo de intervenção? Será possível que abarque as atenções e atuações a todas as áreas do desenvolvimento? Existem sim limitações em suas estruturas, assim como no seu papel.

As instituições, dessa maneira, não conseguem atender a demanda de apoio e acompanhamento a cada necessidade dos adolescentes, seja por orientação

profissional adequada, seja pelo passageiro e frágil laço afetivo que se estabelece, ou por sua finalidade de acolhê-los, administrar suas atividades, bem como orientá-los considerando a sua missão e ideologia.

O lugar do abrigo torna-se, então, o de ordem, aplicação das leis, normas institucionais. Podemos pensar em uma nova figura paterna que aparece e que regula, mantém, controla e exige limites. Podemos pensar em uma revivência edípica, neste caso, a revivência da dinâmica incestuosa com demarcações, segredos quanto a emoções e pensamentos, obediência.

Estas jovens, então, estão na condição de duplo desamparo. No primeiro momento devido à desproteção familiar e à vivência incestuosa, ponto no qual toda esta história de sofrimento começou; e, em segundo, a condição de distanciamento e abandono familiar, com a maior importância para a ausência de suas mães nas atenções necessárias e na incerteza sobre o seu futuro, o retorno aos cuidados familiares ou a continuidade na instituição.

Diante destes aspectos, observa-se que, da mesma maneira que tiveram que lidar com as ofensas sexuais, precisam conviver com o desconhecido de seu destino – para onde irão no futuro? Com quem ficarão? – de suas dúvidas não esclarecidas, em como lidar com os sentimentos dúbios constantes, dentre outros questionamentos inerentes à fase e das experiências vivenciadas.

Pensemos também que a separação familiar aconteceu com elas e não com o agressor. Neste sentido, foram duplamente violentadas e hoje, além das lembranças das vivências passadas, convivem com as dores da violência passada, a punição atual de ter que viver em uma instituição, distante de seus entes e de afetos, além de conviverem com a esperança solitária de um futuro melhor.

Aproveitando a explanação de Nasio (2007) sobre as neuroses infantis, o indivíduo traz como sua estrutura o sofrimento psíquico provocado por sentimentos coexistentes de experiências significativas como esta. Isto nos faz pensar o reflexo destas experiências em um dos momentos mais intensos, incertos e que ressoam nos questionamentos comuns na adolescência, como um transbordamento de dúvidas, desejos, dores e sentimentos que se misturam e afligem as adolescentes. Tal condição de ambivalência instala-se duradouramente, interferindo na formação

da identidade e personalidade do sujeito como modelo de todas as atitudes e relações futuras.

Vale lembrar as observações de Freud sobre os destinos da sexualidade feminina como resultados da vivência edípica, as relações parentais, nas formas de interações futuras. Ou seja, a maneira como perceberam essas relações na infância intervém na sua feminilidade, estrutura o ego e estabelece qualidades psíquicas.

Eis que Nasio (2007), sensatamente, explana que os conflitos atuais são prolongamentos naturais, quase reflexos, como mesmo define a neurose infantil conhecida como Complexo de Édipo, rememorando os desejos incestuosos anteriormente despertados e não realizados. Nos casos de crianças e adolescentes que passaram por alguma ofensa sexual, principalmente a incestuosa, eles trazem consigo uma marca concreta do amor e da dor vivenciados, rememorando um Édipo traumático e que repercutirá patologicamente no seu desenvolvimento: “em outras palavras, a neurose é o retorno compulsivo de uma fantasia infantil de angústia de castração.” (p.97).

Dos destinos da sexualidade feminina os quais Freud (1920) e Nasio (2007) descrevem, a repulsa sexual, o complexo de masculinidade e a angústia de ser abandonada, estas três possibilidades são vistas nas entrevistas das cinco adolescentes, prevalecendo a angústia que sentem de serem abandonadas por seus parceiros e serem deixadas com seu rebento, fruto deste relacionamento.

Pensemos que, apesar da recusa de falar sobre a temática da sexualidade, o que parecia um outro tabu em suas vidas, todas apontavam receio do abandono, seja pela fantasia de não se considerarem dignas de interesse alheio, ou mesmo, no caso das meninas abrigadas, pelo abandono que ainda vivenciam por estarem em uma instituição de abrigo.

Nota-se o quanto buscam explicações sobre suas relações afetivas, racionalizam, tentam explicar seus sentimentos, principalmente sobre as relações amorosas, mas não conseguem se definir diante de tanta ambivalência. Esta observação era perceptível quando questionadas se queriam um relacionamento afetivo e o que as impedia de estar neles naquele momento. Todas as entrevistadas relatam que precisam estudar, trabalhar para ter uma vida satisfatória e poder auxiliar os seus familiares. Receiam que acreditar em um relacionamento afetivo traz consigo um risco de abandono, segundo destino sexual descrito por

Nasio (2007), ficando sozinhas com as obrigações maternas e repetindo histórias antes vistas ou premonitório de outras pessoas.

No caso de vítimas de incesto, a vivência edípica se tornou concretizada e, muitas vezes, carrega consigo insegurança de saber qual o seu lugar. Quando isso acontece, sai do desejo fantasioso para uma realidade a qual não teve escolha. Esta se mostra implacável, dura demais para lidar e aceitar, o que provoca uma realidade com uma estrutura de valores incomuns, confusos e fora de uma realidade social concebível, como enfatiza Ferenczi (*apud* CROMBERG, 2001).

Sentimentos dúbios, comuns a esta realidade, foram observados nos discursos das adolescentes quando expressavam sobre a situação de abrigo e a participação da instituição em assuntos específicos a cada interesse, guardando para si as suas dúvidas, emoções, angústias, etc. Que referência dos diferentes tipos de relações é percebida pelas crianças e adolescentes abrigadas? Quando as histórias dessas meninas aparecem para serem esclarecidas e orientadas quanto ao seu futuro?

Este tipo de relação influenciará na resolução e no desenvolvimento psicosssexual destas adolescentes. Neste trabalho, observou-se que o interesse em relacionamentos afetivo-sexuais está vivo, aparece nas entrevistas, mesmo que seja programado para o futuro. Porém, falta a elas a referência educacional sobre a temática, esclarecimento e apoio quanto às experiências anteriores, o que dificulta a construção de novos vínculos e a resolução de seus problemas futuros.

Observa-se comum às adolescentes que esta confusão se dá diante da existência da libido e do desejo sexual, planos, fantasias a relacionamentos afetivo-sexuais e do receio, medo de envolverem-se afetivamente com outras pessoas e, mais uma vez, serem traídas ou violentadas. A realidade de um trauma e o desamparo de referências *versus* a condição da sexualidade humana.

Vale ressaltar que esta dúvida e a dificuldade relacional não se apresentavam somente no discurso das meninas em situação de abrigo, mas também com Clarice, que está acompanhada por sua família. Porém, neste último caso, ela conta com o apoio de parentes e amigos para escolher pessoa e referência que possam auxiliá-la com orientações em seus relacionamentos, bem como com apoio afetivo para treinar as habilidades sociais para este tipo de relação.

É necessário salientar também as dificuldades que têm de afastar-se da figura masculina maior, a qual Ferenczi (*apud* CROMBERG, 2001) denomina de “figura

mestre”, assim como da condição de submissão, sem sustentabilidade suficiente para protestar a esta autoridade masculina que considera mais forte.

Como descrito anteriormente por Cromberg (2001), Foward e Buck (1984), a relação familiar incestuosa possui como características relações fechadas, confusas, tendo uma via de satisfação, uso de poder para gerar dependência e, conseqüentemente, a vivência de mais uma relação disfuncional, com relação de submissão aos interesses de uma pessoa, geralmente o pai.

Salienta-se também outros pontos comuns entre as adolescentes: escolaridade, auto-estima e nível socioeconômico baixos. Isto não deve levar à conclusão de que este tipo de ofensa aconteça somente com pessoas neste perfil, mas são as que estão escancaradas aos cuidados de serviços públicos, do Estado e que podem ser vistas com mais frequência.

A baixa auto-estima chama atenção em todos os casos. Observa-se que são adolescentes inseguras, que evitam relações próximas, que se posicionam como pessoas de pouca valia, com pouca iniciativa de escolher seu caminho, restando a possibilidade de serem escolhidas por parceiros que as remetem à condição de submissão, vulnerabilidade e até violência por parte deles.

Entrar em contato com esta realidade realmente não parece ser agradável, o que nos leva a pensar sobre a real justificativa de não quererem contatar com sua sexualidade e suas expectativas afetivo-sexuais. Transpor isso é deixá-las descobertas de sua armadura, o que automaticamente as deixam vulneráveis a ameaças, a situações e condições de vulnerabilidade, a realidade de medo e risco, remetendo a lembranças e sentimentos anteriores que lhes são desagradáveis e/ou traumáticos.

Clarice, que consegue definir melhor seus sentimentos e com isso falar mais abertamente sobre os seus relacionamentos, parece mais disposta a enfrentar seus medos, mesmo que neste relacionamento mostre-se mais disposta, desenvolva a fim de não se deixar submeter a seu parceiro e assim poder se resguardar, não se machucar. Sua postura ante os relacionamentos afetivos parece transcrever uma forma desembaraçada, enfática e desafiadora, descrevendo, segundo Nasio (2007), traços masculinizados.

Mesmo com características diferentes, observa-se que, independente da forma que se relacionam atualmente, se vierem a se relacionar compromissadamente, elas tendem a evitar contato íntimo nestes primeiros

momentos. Resguardam-se de algo que imaginam ser pior, uma nova agressão. Percebe-se em seus relatos que podem estar suscetíveis a diferentes formas de agressão num relacionamento afetivo, com pouco preparo de defesa ou escolha.

As adolescentes abrigadas são as que mais se mostram vulneráveis e temerosas. Algumas a ponto de sequer sentirem confortáveis para explicar seus sentimentos, pensar em formas de carinho e relacionamento sem estar ligado ao ato sexual e respostas agressivas dos homens. Acredito que este fato está intimamente ligado, além da experiência incestuosa, ao distanciamento das adolescentes entre os meninos de sua idade, o que dificulta pensar em outras respostas emocionais e formas relacionais.

Este distanciamento de relações afetivamente seguras e acolhedoras pode nos alertar a outra questão: em quem confiar? Neste sentido, uma relação afetiva íntima pode estar comprometida diante da dificuldade de confiar em outro, e criar a expectativa de pouca aproximação e desconfiança, desproteção, pouca validade. Frente a tal perspectiva, será que é possível esperar que outra pessoa seja fiel a elas, já que isto não foi possível até então? O desejo de que isso aconteça existe, porém é apresentado também o receio de que isso não seja possível visto a falta de compromisso e seriedade do futuro parceiro.

A fidelidade masculina é posta como algo em que não se deve confiar, pois os homens são tidos como pessoas que não têm o envolvimento afetivo como as mulheres. Suas visões, geralmente pouco ou não romantizadas dos relacionamentos, pouco comuns aos jovens de suas idades, chamam a nossa atenção frente à angústia de abandono posterior.

Devemos abrir um adendo que esta angústia de separação e desamparo são repetidamente vivenciadas ao verem afastamentos entre pais e outros parentes; quando abandonadas durante os eventos violentos; no momento em que o segredo é descoberto e que terão responder pelo ocorrido; mais ainda, aos casos em que as vítimas são afastadas do seu núcleo de convívio para processo judicial.

Acredito que frente a tantos “fins”, pensar em uma relação afetiva e íntima que caminhe por outra história, com poucos conflitos, menos sofrimento e mais satisfação pessoal, tirando a força deste ciclo que constantemente se reproduz, certamente não será uma tarefa simples de se conseguir.

Para as adolescentes entrevistadas é notória a evitação em falar de relações sexuais. Quando não pronunciado, este termo aparece como “não sei disso”, “essa

coisa”, ou mesmo “coisa ruim”. Para todas, o relacionamento sexual é algo não esperado no momento, o que nos leva a considerar as agressões da experiência incestuosa como a principal causa deste desinteresse, assim como as repercussões desta história na formação individual, na escolha dos novos vínculos, assim como nas suas perspectivas frente ao parceiro, o que inclui a manutenção deste relacionamento.

Observa-se também que, para as entrevistadas, o relacionamento afetivo-sexual está associado, muitas vezes, ao ato sexual e este à gestação. Estas possibilidades as deixam inseguras com a expectativa de assumir a maternidade sozinhas e com isso, encontrarem-se, mais uma vez, desamparadas com esta realidade. Repete-se aí a dinâmica familiar incestuosa, em que podemos observar o receio a repetição e as expectativas pessoais e sociais deste envolvimento, medo de como ocorrerá esta relação, assim como a culpa pelos resultados desta escolha.

Pode-se pensar também na identidade construída. O que foi aprendido? O que pode ser repassado pelo que foi vivenciado na sua história? O que existe de ganho, saúde e que pode ser compartilhado e tirar como modelo além de lembranças dolorosas e dificuldade em lembrar sua vida?

Pelo fato de os adolescentes, hoje, estarem expostos a uma diversidade de influências sociais, as preocupações com referências se tornaram ainda mais expressivas ao desenvolvimento do jovem que em outras épocas. Por este motivo, faz-se necessário que os pais ou responsáveis compreendam a necessidade de verem a si mesmos como personagens importantes na formação do sujeito, assim como reconhecendo nos vínculos importante maneira de compartilhar ideias, exercer suas responsabilidades, cuidar, desenvolver afetos e prepará-los para as próximas relações.

Caso as relações intrafamiliares demonstrem uma realidade relacional imprópria, sem diálogo, compartilhamento de experiências, afetos, valores, as dificuldades socioafetivas serão fatores que influenciarão negativamente na construção de novas formas de se relacionar, em trocar ideias, valores, imagem e valoração pessoal, mas principalmente afetos, dentre outros fatores importantes à formação contínua do sujeito. Diante de tais pontuações, pensemos que valor vem sendo dado à afetividade, socialização e sexualidade destas adolescentes?

A relação incestuosa aparece como a concretização do imaginário, uma família que se mostra numa funcionalidade que impede o desenvolvimento adequado do seu filho e não promove um ambiente afetivamente saudável, nem uma sensação de proteção. Assim, estas meninas encontram-se abandonadas com as suas sexualidades, tendo que lidar sozinhas com as expectativas de um relacionamento afetivo que mude a realidade em que vivem, que seja diferente do que foi sentido até agora, mas, ao mesmo tempo, assustadas com a força do imaginário que as cobre com medo da separação e rejeição.

Frente a tais observações, como a sexualidade destas adolescentes poderá desenrolar participando destas experiências, vivenciando o distanciamento familiar, as dificuldades de aproximação de amigos que possam trocar ideias sobre assuntos diversos?

Este trabalho leva-nos a pensar que a legitimidade de tais práticas, assim como as transformações só serão possíveis diante da atenção dada a estas meninas, a seus medos, sonhos, desejos a ponto de quebrar as barreiras criadas às suas realidades, estimulá-las à possibilidade de falar de si, promover aproximações e construir novas formas de relação.

Penso que um acompanhamento profissional adequado, tanto para as adolescentes como para a família, faz-se necessário, pois deve-se pensar a ofensa sexual incestuosa não como um evento separado, um acontecimento único, ou com uma pessoa agredida, mas devemos considerá-lo como uma disfunção relacional familiar que patologiza e esta consequência pode, diante da complexidade desta, ser transmitido por gerações.

Neste sentido, devemos considerar não somente o cuidado com as vítimas de atos violentos, mas também com a família, pois ela traz uma inscrição relacional violenta e que precisa ser considerada, seja para evitar a vitimização, a revitimização, bem como a reprodução desta e de outras violências, relações prejudiciais ao grupo e à sociedade.

Para finalizar, é de grande valor que as instituições e os profissionais que acompanham este público e que pouco foram citados neste trabalho, por não ser este o foco, estejam amparados, acolhidos por um grupo coeso, que proporcionem orientação, acompanhamentos e capacitações. Tal possibilidade favorece-os para

que ultrapassem limitações pessoais e técnicas, permitindo o acolhimento necessário aos usuários dos serviços, como também um serviço de apoio o mais próximo às necessidades de cada sujeito e de cada realidade.

REFERÊNCIAS

ALLEN, D. E (org.). **O comportamento social**. Rio de Janeiro: RENES, 1970. 470p.

ALMEIDA NETO, L. M. de. **Família no Brasil dos anos 90: um estudo sobre a construção social da conjugalidade homossexual**. 1999. 340p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília.

ARAÚJO, N. M. D. **Consequências da separação conjugal no cotidiano dos filhos adolescentes**. 1999. 84p. Monografia (Conclusão de curso em Assistência Social) - Universidade Tiradentes, Aracaju.

ARIÈS, P. **História Social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA. **Maus tratos contra crianças e adolescentes: proteção e prevenção: guia de orientação para profissionais de saúde**. 2 ed. Petrópolis: Autores & Agentes Associados, 1997.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA. **Abuso sexual: mitos e realidade**. Guia de orientação para a população. Petrópolis: Autores & Agentes & Associados, 1997.

AZAMBUJA, Maria R. F de. **Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança?** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A (Org.). **Crianças vítimas da síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, 1989.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. Incesto ordinário: a vitimização sexual doméstica da mulher, criança e suas consequências psicológicas. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. (Org.). **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 195-208.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. Vitimação e vitimização: questões conceituais. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A (Org.). **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, 1989. p. 25-47.

BAGGIO, M. A. Abuso sexual intrafamiliar. **Reverso: Revista de Psicanálise**, Belo Horizonte, Ano 14, n. 32, p. 76-96, 1991.

BEE, H. **A criança em desenvolvimento**. 7 ed. Rio de Janeiro: Artmed, 1996.

BENETTI, S. P. C. Maus-tratos da criança: Abordagem preventiva. In: HUTZ, C. S. **Situações de risco e vulnerabilidade da infância e na adolescência**: aspectos teóricos e estratégias de intervenção. São Paulo: Casa do psicólogo, 2002. p. 132-50.

BESSON, M. **Totemismo**. Trad. Joaquim Gabardo. Sección I. Barcelona: Editorial Labor S.A., 1931. (Ciências filosóficas; n. 26).

BIRMAN, J. Tatuando o desamparo. In: CARDOSO, M. R. (Org.). **Adolescentes**. São Paulo: Escuta, 2006. p. 25-43.

BOWLBY, J. **Cuidados maternos e saúde mental**. 2 ed. Trad. Vera Lúcia Baptista de Souza e Irene Rizzini. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BOWLBY, J. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. Trad. Álvaro Cabral. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul. 1990.

BUTLER, S. **Conspiração do silêncio**: o trauma do incesto. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

CAMPOS, D. M. S. **Psicologia da adolescência**: normalidade e psicopatologia. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

CARVALHO, A.; SALLES, F.; GUIMARÃES, M. (Org.). **Adolescência**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

CARVALHO, M. C. B. (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC, 1995.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M.; BUSSON, Shayana. Gênero, juventude e sexualidade: representações e a produção político cultural. In: GUIMARÃES, M. T. C.; SOUSA, S. M. G. (Org.). **Juventude e contemporaneidade: desafios e perspectivas**. Brasília: Cânone, 2009. p. 77-100.

CECARELLI, P. R. Configurações edípicas da Contemporaneidade: reflexões sobre as novas formas de filiação. **Pulsional: Revista de Psicanálise**, São Paulo, Ano XV, n. 116, p. 88-98, set. 2002.

CENTRO REGIONAL DE ATENÇÃO AOS MAUS TRATOS NA INFÂNCIA. **Abuso sexual doméstico: atendimento a vítimas e responsabilização do agressor**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

COELHO, S. V. Família Contemporânea e a concepção moderna de criança e adolescente. In: INSTITUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Criança e adolescente: prioridade absoluta**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2007.

COHEN, C. **O incesto um desejo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1993.

COHEN, C.; FÍGARO, C. J. Crimes relativos ao abuso sexual. In: COHEN, C; FERRAZ, F. C; SEGRE, M. **Saúde mental, crime e justiça**, São Paulo: Edusp, 1996. p 149-170.

COUTO, K. Teens do Mercosul: o futuro tem dono. In: ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA DE PORTO ALEGRE. **Adolescência: entre passado e futuro**. 2 ed. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999. p 118-131.

CROMBERG, R. U. **Cena incestuosa: abuso e violência sexual**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. (Coleção Clínica Psicanalítica).

DALBEM, J. X.; DELL'AGLIO, D. D. Teoria do Apego: bases conceituais e desenvolvimento dos modelos internos de funcionamento. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 12-24, set. 2005.

DAYRELL, J. O Jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 24. p. 40-52. dez. 2003.

DICIONÁRIO Priberam da língua portuguesa. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=abuso>>. Acesso em: 15 maio de 2010.

DOBKE, V. **Abuso sexual: a inquirição das crianças: uma abordagem interdisciplinar.** Porto Alegre: Ricardo Lens, 2001.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** 2 ed. Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro: Vitória, 1964.

FARBOR, J. L. (Org.). **Psicanálise: problemas do feminismo.** São Paulo: Imago, 1996.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FLEIG, M. O sintoma social da adolescência como impasse de filiação. In: ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA DE PORTO ALEGRE. **Adolescência: entre passado e futuro.** 2 ed. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999. p. 281-290.

FORWARD, Susan; BUCK, Craig. **A traição da inocência: o incesto e sua devastação.** Trad. Sérgio Flaksman. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

FREUD, S. A dissolução do complexo de Édipo (1924). In: FREUD, S. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro: Imago, 1976. v.19, p. 215-217.

FREUD, S. Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos (1925). In: FREUD, S. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. 19, p. 303-309.

FREUD, S. Romances familiares (1908/1909). In: FREUD, S. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. 09, p. 56-67.

FREUD, S. Sexualidade feminina (1931). In: FREUD, S. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. 21, p. 257-279.

FREUD, S. Totem e tabu (1913 [1912-13]). In: FREUD, S. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. 19, p. 303-309.

GIFFIN, K. G. Violência de gênero, sexualidade e saúde. In: GIFFIN, K. G. Violence, sexuality and health. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 146-155 1994. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0102-311X1994000500010&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 20 abr. 2011.

GUIMARÃES, M. C; SOUSA, S. M. G (Org.). **Juventude e contemporaneidade: desafios e perspectivas**. Brasília: Cênone, 2009.

HUERRE, P. **Adolescência como herança: de uma geração a outra**. Trad. Maria Celeste Marcondes. Campinas: Papirus, 1998.

HUTZ, C. S. **Violência e risco na infância e da adolescência: pesquisa e intervenção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

JERUSALINSKY, A. N. Adolescência e contemporaneidade. In: MELLO, Adriana; CASTRO, Ana Luiza de Souza; GEIGER, Myléne Geiger (Org.). **Conversando sobre adolescência e contemporaneidade**. Porto Alegre: Libretos, 2004. Disponível em: <<http://www.chasqueweb.ufrgs.br/~slomp/edu01011/jerusalinsky-adolescencia-contemporanea.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2011.

JUSTO, J. S. O “ficar” na adolescência e paradigmas de relacionamento amoroso da contemporaneidade. **Revista do Departamento de Psicologia**. Rio de Janeiro: v.17, p. 61-77, jan./jun. 2005.

KEHL, M R. A juventude como sintoma da cultura. In: NOVAES, Regina, VANNUCHI, Paulo (Org.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo. Fundação Perseu Abramo. 2004.

KEHL, M. R. Em defesa da família tentacular. In: GROENINGA, Giselle Câmara; PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coord.). **Direito de família e psicanálise**. Rio de Janeiro: Imago, 2003. p. 163-176.

KNOBEL, M. **Orientação familiar**. Campinas: Papirus, 1992.

LAURETIS, T. The violence of rethoric. In: DI LEONARDO, M.; LANCASTER, R. (Org.). **The Gender/sexuality reader: culture, history, political economy**. New York: Routledge, 1997. p. 165 -185.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LÉON, O. D. Uma revisão das categorias da adolescência e juventude. In: GUIMARÃES, M. T. C; SOUSA, S. M. G. **Juventude e contemporaneidade: desafios e perspectivas**. Brasília: Cênone, 2009, p. 47-76.

LÉVI-STRAUSS, C. **As estruturas elementares de parentesco**. 5 ed. Trad. Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2009.

LÉVI-STRAUSS, C. **Totemismo hoje**. Trad. Malcolm Bruce Corrie. Petrópolis: Vozes, 1975.

MACEDO, M. M. K. (Org.). **Adolescência e psicanálise: intersecções possíveis**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

MACEDO, M. M. K., FENSTERSEIFER, L. ; WERLANG, B. S. G. Adolescência: um tempo de ressignificações. In: MACEDO, M. M. K. (Org.). **Adolescência e psicanálise: intersecções possíveis**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p.65-84.

MACEDO, M. M. K.; AZEVEDO, B. H.; CASTAN, J. U. Adolescência e psicanálise. In: MACEDO, M. M. K. (Org.). **Adolescência e psicanálise: intersecções possíveis**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 13-64.

MAGALHÃES, A. P. **Abuso sexual incestuoso: um tema centrado na criança e na família**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2005.

MALINOWSKI, B. **Sexo e repressão na sociedade selvagem**. Trad. Francisco M. Guimarães. Petrópolis: Vozes, 1973.

MARQUES, C. C.; CZERMAK, R. O olhar da psicologia no abrigo: uma cartografia. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 3, p. 360-366, jul./dez. 2008 Disponível em: <<http://www.scielo.br/scieloOrg/php/reference.php?pid=S0102-71822008000300006&caller=www.scielo.br&lang=en>>. Acesso em: 24 abr. 2011.

MEDINA, C. A. Família de ontem, hoje e amanhã. **Debates Sociais**, Rio de Janeiro, v. 26, p.10-31. 1997.

MUSSEN, P. H. et al. **Desenvolvimento e personalidade da criança**. 3. ed. São Paulo: Habra, 1990.

MUUSS, R. E. **Teorias da adolescência**. 5. ed. Belo Horizonte: Editora Livro, 1966.

NASIO, J. D. **Édipo**: o complexo do qual nenhuma criança escapa. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

OLIVEIRA, J. H. B. **Psicologia da educação na família**. Coimbra: Almeidinha, 1985.

OSÓRIO, L. C. **Casais e famílias, uma visão contemporânea**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PAPALIA, D. E. **Desenvolvimento humano**. 7. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

PEREIRA, S. M. C. P.; JUSTO, J. S. A criança abrigada: considerações acerca do sentido de filiação. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n.2, p. 175-180, maio/ago. 2005.

PINTO JÚNIOR, A. A. **Violência sexual doméstica contra meninos**: um estudo fenomenológico. São Paulo: Vetor, 2005.

PIRES FILHO, M. F. **Abuso sexual em meninos**: a violência intrafamiliar através do olhar de Psicólogo que atende em instituições. Curitiba: Juruá, 2009.

PONTES, A. M. O Tabu do incesto e os olhares de Freud e Lévi-Strauss. **Trilhas**, Belém, Ano 4, n. 1, p. 7-14, jul. 2004. Disponível em: <http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/pdf/artigos_revistas/37.pdf>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2010.

PRADO, D. **O que é família?** 12 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

QUASE 40% das crianças violentadas foram vítimas do pai. salvem nossas crianças. 18 maio 2011. Disponível em: <<http://salvemasnossascrianças.blogspot.com/2011/05/quase-40-das-criancas-violentadas-foram.html>>. Acesso em: 22 maio 2011.

RAZON, L.. **Enigma do incesto**: da fantasia à realidade. Trad. Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2007.

RENSHAW, D. C. **Incesto**. Trad. Antônio Alberto de Toledo Serra. São Paulo: ROCA, 1984.

RODULFO, R. A multiplicação e a multiplicidade de paradoxos na adolescência. In: ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA DE PORTO ALEGRE. **Adolescência: entre passado e futuro**. 2 ed. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999a. p. 75-80.

RODULFO, R. Um novo ato psíquico: a inscrição ou a escrita de nós na adolescência. In: ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA DE PORTO ALEGRE. **Adolescência: entre passado e futuro**. 2 ed. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999b. p. 291-314.

ROMANELLI, G. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.) **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez, 1995, p. 73-88.

ROSA, M. **Psicologia evolutiva: psicologia da adolescência**. Petrópolis: Vozes, 1983. v. 3.

ROSELLI-CRUZ, A. Abuso sexual na infância: conceitos básicos e medidas de prevenção. In: SILVA, A. S.; SENNA, E.; KASSAR, M. C. M. (Org.). **Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e tráfico para os mesmos fins: contribuições para o enfrentamento a partir de experiências em Corumbá-MS**. Brasília: OIT, 2005.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

RUFINO, R. Fazendo valer: modalidade contemporânea. . In: ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA DE PORTO ALEGRE. **Adolescência: entre passado e futuro**. 2 ed. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.

SAFFIOTI, H. I. B. No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual. In: MADEIRA, F. R. (Org.). **Quem mandou nascer mulher?** Rio de Janeiro: Record, 1997. p. 134 -211.

SANDERSON, C. **Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças contra abusos sexuais e pedofilia**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2005.

SANTOS, B. R.; ESBER, K. M.; COSTA, I. B. **Autores de violência sexual contra Crianças e adolescentes: responsabilização e atendimento psicoterapêutico**. Goiânia: Cãnone, 2009.

SCHEINER, M. T. **Abuso sexual numa perspectiva de gênero: o processo de responsabilização da menina**, 2008. 240p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis.

SCHREIBER, E. **Os direitos fundamentais da criança na violência Intrafamiliar**. Porto Alegre: Ricardo Lenz, 2001.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade**, Potro Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <<http://sociologianreapucarana.pbworks.com/f/Genero%20-%20Joan%20Scott.doc>>. Acesso em: 17 maio 2010.

SINGLY, F. de. **Sociologia da família contemporânea**. Trad. Clarice Ehlers Peixoto. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

STAIN, R. **Incesto e o amor humano: a traição da alma na psicoterapia**. São Paulo: Símbolo, 1978.

STENGEL, M. **Obsceno é falar de amor?** as relações afetivas dos adolescentes. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.

SUAREZ, M.; BANDEIRA, L. (Org.). **Violência, gênero e crime no Distrito Federal**. Brasília: Paralelo 15, 1999.

TARQUETTE, S. R.(Org.). **Violência contra a mulher e adolescente-jovem**. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2007.

TIBA, I. **Puberdade e adolescência: desenvolvimento biopsicossocial**. 6 ed. São Paulo: Ágora, 1986.

VAITSMAN, J. **Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

WINNICOTT, D. W. **Privação e delinqüência**. 4 ed. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ZAMBERLAM, C. de O. **Os novos paradigmas da família contemporânea: uma perspectiva interdisciplinar**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.



.ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Pró-Reitoria de Pesquisa e de Pós-graduação

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP

N.º Registro CEP: – 0306.0.213.000-09

Título do Projeto: Relacionamentos Afetivo-sexuais da Adolescente Vítima de Incesto.

Prezado Senhora,

Este Termo de Consentimento pode conter palavras que você não entenda. Peça ao pesquisador que explique as palavras ou informações não compreendidas completamente.

1) Introdução

Você está sendo convidada a participar de uma pesquisa que estudará os relacionamentos afetivo-sexuais da adolescente vítima de incesto. Você foi selecionada por ser uma adolescente que tem entre 12 e 18 anos, e sua participação não é obrigatória. O objetivo do projeto é compreender as expectativas que você tem sobre os relacionamentos afetivos.

2) Procedimentos do Estudo

Para participar deste estudo solicito a sua especial colaboração em responder a uma entrevista gravada sobre sua vida pessoal, familiar e profissional.

3) Riscos e desconfortos

Poderemos interromper a entrevista a qualquer momento caso se sinta desconfortável ou tenha alguma dúvida.

4) Benefícios

Espera-se que, como resultado deste estudo, possamos conhecer melhor como se dão os relacionamentos afetivo-sexuais de adolescentes vítimas de incesto e assim promover intervenções que contribuam para a melhoria da qualidade de vida.

5) Custos/Reembolso

Você não terá nenhum gasto com a sua participação no estudo e também não receberá pagamento pelo mesmo.

7) Caráter Confidencial dos Registros

A sua identidade será mantida em sigilo e todos os dados que porventura puderem vir a identificá-la serão omitidos da dissertação. Os resultados do estudo serão sempre apresentados como o retrato de um grupo e não de uma pessoa. Dessa forma, você não será identificada quando o material de seu registro for utilizado, seja para propósitos de publicação científica ou educativa. As gravações e todos os registros das entrevistas serão armazenados em local seguro e destruídos após cinco anos de conclusão da pesquisa.

8) Participação

Sua participação neste estudo é muito importante e voluntária. Você tem o direito de não querer participar ou de sair deste estudo a qualquer momento, sem penalidades ou perda de qualquer benefício ou cuidados a que tenha direito nesta instituição. Você também pode ser desligada do estudo a qualquer momento sem o seu consentimento nas seguintes situações: (a) você não use ou siga adequadamente as orientações em estudo; (b) você sofra efeitos indesejáveis não esperados; (c) o estudo termine. Em caso de você decidir retirar-se do estudo, favor notificar a pesquisadora que esteja atendendo-a.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, coordenado pela Prof.^a Maria Beatriz Rios Ricci, que poderá ser contatado em caso de questões éticas, pelo telefone 3319-4517 ou email cep.proppg@pucminas.br.

Os pesquisadores responsáveis pelo estudo poderão fornecer qualquer esclarecimento sobre o estudo, assim como tirar dúvidas, bastando contato no seguinte endereço e/ou telefone:

Nome do pesquisador: Aline Luiza de Carvalho

Endereço: Av. Itaú, 525 – Bairro Dom Cabral

Telefone: (31)-3319-4568 - (31)- 8869-6751

Email: al.carvalho@bol.com.br

10) Declaração de Consentimento

Li ou alguém leu para mim as informações contidas neste documento antes de assinar este termo de consentimento. Declaro que toda a linguagem técnica utilizada na descrição deste estudo de pesquisa foi satisfatoriamente explicada e que recebi respostas para todas as minhas dúvidas. Confirmando também que recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Compreendo que sou livre para me retirar do estudo em qualquer momento, sem perda de benefícios ou qualquer outra penalidade.

Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade para participar deste estudo.

Nome do participante (em letra de forma)

Assinatura do participante

Data

Representante legal

Data

Obrigado pela sua colaboração e por merecer sua confiança.

Nome (em letra de forma) e Assinatura do pesquisador

Data

ANEXO B – AUTORIZAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA DA PUC MINAS

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Pró-Reitoria de Pesquisa e de pós-graduação
Comitê de Ética em Pesquisa

Belo Horizonte, 06 de abril de 2010.

De: Profa. Maria Beatriz Rios Ricci
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa

Para: Aline Luiza de Carvalho
Programa de Mestrado em Psicologia

Prezado (a) pesquisador (a),

O Projeto de Pesquisa CAAE – 0306.0.213.000-09 “*Relacionamento afetivo-sexual da adolescente vítima de incesto*” foi **aprovado** pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUC Minas.

Atenciosamente,

Profa. Maria Beatriz Rios Ricci
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa – PUC Minas

ANEXO C - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Rapport

Apresentação da psicóloga
 Apresentação da pesquisa
 Explicar procedimento
 Termo de consentimento

Questões gerais

Quantos anos você tem?

Com quem você mora?

Você estuda?

Em que série você está?

O que você costuma fazer quando não está na escola?

Que atividades gosta de fazer?

Você tem amigos na escola? E perto da sua casa?

Sempre teve muitos amigos?

Namora?

() sim: há quanto tempo?

- É o primeiro namorado?
- Como define seu relacionamento atualmente?
- Quais as características do seu parceiro para contigo?
- E você, que características mais sobressaem no relacionamento?
- Acha que mudou com o tempo? Cite algumas características e o que acha dessa mudança.
- Você acha que seus relacionamentos mudaram com o tempo?
- Qual a sua expectativa com neste relacionamento?
- Se pudesse mudar algo na sua relação com seu namorado, o que mudaria?
- O que seria um relacionamento afetivo ideal?
- Já sentiu algo prejudicar o seu namoro?
- O que os seus pais acham de você namorar?
- O que seus pais acham do seu namorado?

() Não: Já namorou?

- tem algum motivo em especial por estar solteira?
- O que acha de “ficar”?
- O que acha de ter um relacionamento afetivo?
- Espera estar namorando em breve?
- Que características espera do seu futuro parceiro?
- E você, como acha que agirá quando num relacionamento?
- Qual a sua expectativa sobre o seu futuro relacionamento?
- Sente que algo a prejudicou por estar solteira?
- Seus pais já se manifestaram sobre namoros anteriores ou um futuro namoro?

Questões finais

1. Agradecimento
2. Avaliar impacto da entrevista para a vítima, perguntando como está se sentindo depois da entrevista e se deseja pontuar algo mais.